

Ana Carla Menezes de Oliveira

**A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA
FORMAÇÃO EM
ECONOMIA DOMÉSTICA NA ESCOLA
AGROTÉCNICA FEDERAL DE
SÃO CRISTÓVÃO (1952 A 1967)**



Ana Carla Menezes de Oliveira

**A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA FORMAÇÃO EM
ECONOMIA DOMÉSTICA NA ESCOLA
AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO
(1952 a 1967)**

1ª edição



**INSTITUTO
FEDERAL**

Sergipe

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA FORMAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA NA
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO (1952 A 1967)
Ana Carla Menezes de Oliveira

Editor Chefe: Igor Adriano de Oliveira Reis

Conselho Editorial: Edifs

Capa: Thiago Guimarães Estácio

Projeto gráfico e diagramação: Thiago Guimarães Estácio

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa do autor e do editor.

@2016 by Ana Carla Menezes de Oliveria

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48t Oliveira, Ana Carla Menezes de
A trajetória histórica da formação em economia doméstica na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão (1952 a 1967) [recurso eletrônico] / Ana Carla Menezes de Oliveira – Aracaju: IFS, 2016.
125 p. : il.

Formato: e-book
ISBN 978-85-68801-38-3

1. Educação técnica – economia doméstica. 2. Ensino profissionalizante. 3. Economia doméstica – educação. 4. Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão. I. Título.

CDU: 771.4

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Célia Aparecida Santos de Araújo
CRB 5/1030

IFS

Avenida Jorge Amado, 1551 - Loteamento Garcia Bairro Jardins - Aracaju / Sergipe. CEP.:
49025-330 TEL: 55 (79) 3711-3222. E-mail: edifs@ifs.edu.br.

Impresso no Brasil – 2016



Ministério da Educação

**Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Sergipe**

Presidente da República

Michel Temer

Ministro da Educação

Mendonça Filho

Secretário da Educação Profissional e Tecnológica

Marcos Antônio Viegas Filho

Reitor do IFS

Ailton Ribeiro de Oliveira

Pró-reitora de Pesquisa e Extensão

Ruth Sales Gama de Andrade

*Dedico este trabalho
A Deus, pela força e luz
A meu pai João Batista (memorian)
A minha mãe Edelzuita
A minha filha amada Ana Carolina*

AGRADECIMENTOS

Para a realização deste trabalho, recebi contribuições diversas de muitas pessoas que, com o carinho, a amizade e a solidariedade, participaram da construção do conhecimento e da descoberta de caminhos; a elas não poderia deixar de agradecer.

Destaco inicialmente o valioso apoio afetivo da minha mãe, Edelzuita Menezes, que soube compreender as minhas faltas em diversos momentos e assumiu com muita paciência e dedicação o papel de segunda mãe para minha filha durante as muitas ausências minhas no lar e em alguns momentos de lazer.

A minha filha, Ana Carolina, por suportar as minhas ausências enquanto mãe, para que pudesse cumprir determinadas etapas da pesquisa.

A meu pai (memorian), a quem devo gratidão eterna pelo incentivo nos estudos e por sempre confiar no meu trabalho.

A minha irmã, Ana Márcia, por sempre ter uma palavra de incentivo aos estudos.

A minha sobrinha, Manuelle, pelas palavras de conforto e confiança.

Ao meu sobrinho Marcello, por sempre dizer: "vai chegar lá".

Ao meu sobrinho Silvan, companheiro de trocas acadêmicas, obrigada pelo orgulho e incentivo sempre nos estudos.

À professora Anamaria Bueno, amiga, incentivadora e companheira constante das suas alunas. Em meu trabalho contribuiu com indicações de leituras e questões, o rigor para com as normas da ABNT, mas, fundamentalmente, com carinho e apoio, ingredientes indispensáveis para a realização deste trabalho.

Ao professor Jorge Carvalho o respeito e admiração pelo rigor em suas observações criteriosas e no ensinamento constante no compromisso com a pesquisa histórica, bem como pela sua orientação cuidadosa, indicando-me pistas e sugerindo questões.

Ao professor Marco Arlindo pelas contribuições ao meu trabalho na qualificação.

Ao professor Joaquim Tavares por ter me mostrado o caminho inicial na minha pesquisa e pelo grande carinho e incentivo.

Aos amigos do mestrado, particularmente, Analice, Cristiane, Geraldo, Neviton, Kátia, Marcos, Luana, Elaine com os quais troquei idéias, ouvi sugestões e nos solidarizamos nos momentos de dificuldade e felicidade durante todo o curso.

Ao meu grande amigo e segundo pai, professor Alberto Acioli, por todo carinho, amor, incentivo, ensinamentos e por sempre confiar no meu trabalho.

Ao meu colega, amigo de todas as horas e tudo mais, Edilson Ribeiro, por estar presente desde o início desta caminhada, me acompanhando na minha pesquisa de campo, viajando pelos interiores, por sempre confiar no meu trabalho e dizer:” irá chegar lá com muito sucesso”.

A minhas amigas e colegas da EAFSC, Dona Selma, Penha, Delma, Anelise , Cristiane Montalvão, Lindamar, Mércia e os meus colegas Reginaldo, Jaziel, Rogério, Edmilson pelo carinho e amizade que se fortalecem nos pequenos e grandes gestos.

Aos meus alunos e alunas da Faculdade Serigy UNIRB pelo carinho, amizade, respeito e confiança.

A minha tia Yelda por estar presente sempre nesta minha caminhada, com suas palavras de fé, carinho, paz e muita luz espiritual.

A minha amiga Carmem Regina, por estar sempre junta comigo na grande batalha para chegar ao mestrado. A Silvânia por organizar com muita presteza e carinho as fotografias do meu trabalho.

A Soninha pela revisão cuidadosa e criteriosa da minha dissertação, o meu muito obrigado.

Ao Instituto Federal de Sergipe através da Editora IFS-PROPEX pela oportunidade de publicação da minha produção técnico científica como livro.

Ao grupo de algumas das ex-alunas e professoras do Curso de Economia Doméstica que foram entrevistadas por mim. Pela disponibilidade com que me receberam em seus lares, despendendo tempo e dividindo comigo fotografias de época e recordações diversas sobre o período em que estudaram na Instituição. A todas elas agradeço pelos valiosos diálogos estabelecidos e por me receberem com carinho e atenção nos momentos em que me foi necessário entender o cotidiano e as práticas vividas na escola. A vocês, Dilma, Maria da Assunção, Dorinha, Marinalva, Humbelina, Gilda., o meu agradecimento especial.

Enfim, sem o apoio dessas pessoas, tão importantes para a trajetória de construção da dissertação, seria difícil realizar um trabalho dessa natureza, porque o próprio ato de pesquisar envolve pessoas, objetos e instituições. A pesquisa não se dá no vazio da objetividade, é fruto de emoções, pensamentos, sofrimentos e alegrias, desânimos, desafios e conquistas, exigindo de quem a pratica um grande mergulho num universo atordoante e prazeroso de grandes aprendizagens.

APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa consiste em apresentar a trajetória histórica da Formação em Economia Doméstica, curso de nível médio, ministrado na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, atualmente Instituto Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão.

Tem como objetivo geral compreender a formação em Economia Doméstica desenvolvida na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, no período de 1952 a 1967 e como objetivos específicos: analisar as relações existentes entre a formação em Economia Doméstica e as discussões sobre o ensino agrícola em Sergipe, além de compreender a Economia Doméstica no contexto da formação para o trabalho no que diz respeito às mulheres.

Neste sentido, os conceitos de cultura escolar, gênero feminino e economia doméstica foram fundamentais para compreender essas práticas, contribuindo para um melhor direcionamento dos elementos que fazem parte dos aspectos institucionalizados na escola, entre eles: currículo, finalidades, modos de ensinar e aprender, condutas e normas, enfim, para a sua organização e práticas cotidianas.

O levantamento histórico dos dados foi processado nos arquivos da instituição escolar – objeto deste estudo – através de fontes documentais, por exemplo: relatórios ministeriais e relatórios de gestão do Colégio Agrícola, fontes iconográficas e fontes orais, como: entrevistas semi-estruturadas e fontes bibliográficas, as quais foram selecionadas, organizadas e sistematizadas.

A fundamentação teórica está baseada em estudos referentes à Cultura Escolar, Educação Feminina e História da Educação, em pesquisadores como: Almeida (1998), Camargo (2000), Cavero (1987), Ribeiro (1996), Saffioti (1969), Serrano (1954), entre outros. Por fim, destaca-se que a formação em Economia Doméstica, na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, destinava-se a qualificar as moças como boas donas-de-casa, visando dar uma qualidade de vida melhor à mulher e à família rural.

Desta forma, a Formação em Economia Doméstica buscava atender às necessidades e às exigências do mercado de trabalho e proporcionar um profissional bem qualificado nesta área.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- Fotografia de alunas do time de futebol do Curso Técnico em Economia Doméstica.....	60
FIGURA 2 - Fotografia das alunas no Laboratório de Higiene e Enfermagem do Curso Técnico em Economia Doméstica- trabalhando a disciplina de Puericultura.....	69
FIGURA 3 - Fotografia das alunas no Laboratório de Higiene e Enfermagem do Curso Técnico em Economia Doméstica, trabalhando a disciplina de Higiene e Enfermagem.....	70
FIGURA 4 - Fotografia das alunas no Laboratório de Higiene e Enfermagem do Curso Técnico em Economia Doméstica, trabalhando a disciplina de Higiene e Enfermagem.....	70
FIGURA 5 - Fotografia das alunas no Laboratório Vestuário e Têxteis do Curso Técnico em Economia Doméstica, trabalhando a disciplina de Vestuário e Corte.....	70
FIGURA 6 - Fotografia das alunas no Laboratório Vestuário e Têxteis do Curso Técnico em Economia Doméstica, trabalhando a disciplina de Vestuário e Corte.....	71
FIGURA 7 - Fotografia das alunas no Laboratório Alimentação e Nutrição do Curso Técnico em Economia Doméstica, trabalhando a disciplina de Alimentação e Nutrição.....	72
FIGURA 8- Fotografia das alunas no Laboratório Alimentação e Nutrição do Curso Técnico em Economia Doméstica- trabalhando a disciplina de Alimentação e Nutrição.....	72
FIGURA 9- Fotografia das alunas no Laboratório Arte e Habitação do Curso Técnico em Economia Doméstica, trabalhando a Confeção de Enfeites.....	73
FIGURA 10 - Fotografia das alunas no Laboratório Arte e Habitação do Curso Técnico em Economia Doméstica, confeccionando enfeites com pintura em vidro.....	74
FIGURA 11 - Fotografia das alunas no Laboratório Arte e Habitação do Curso Técnico em Economia Doméstica, confeccionando enfeites com pintura em vitral.....	74
FIGURA 12- Fotografia das alunas no Laboratório Arte e Habitação do Curso Técnico em Economia Doméstica, confeccionando pintura em tecidos.....	75
FIGURA 13- Fotografia das alunas no Laboratório Arte e Habitação do Curso Técnico em Economia Doméstica, confeccionando moldes de desenho para pintura	75
FIGURA 14 - Fotografia das alunas no Laboratório Arte e Habitação do Curso Técnico em Economia Doméstica, confeccionando enfeites com pinturas.....	76

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Demonstrativo do corpo docente da área geral e técnica.....	53
QUADRO 2 - Demonstrativo do corpo docente – 1954/1967.....	56
QUADRO 3 - Demonstrativo de horário da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão...61	
QUADRO 4 – Relação do Enxoval para as alunas matriculadas no Curso de Economia Doméstica.....	63
QUADRO 5- Composição Curricular do Curso Técnico em Economia Doméstica.....	67

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..	01
Reflexões Históricas no contexto sócio-político-econômico.....	05
1 – A FORMAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA NA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO.....	29
1.1 A Origem e a formação Economia Doméstica.....	29
1.1.1-A Origem da Economia Doméstica.....	29
1.1.2-A Formação em Economia Doméstica.....	36
1.2 O Curso de Preparação em Economia Doméstica: criação, formação e papel do curso.....	38
1.3 O Curso Técnico em Economia Doméstica: origem, filosofia, objetivos e formação.....	40
1.4 Técnico em Economia Doméstica: perfil e campo de atuação.....	45
2 – O COTIDIANO DO CURSO DE ECONOMIA DOMÉSTICA NO PERÍODO DE 1952 A 1967: RELEMBRANDO MEMÓRIAS.....	53
2.1 O corpo docente	53
2.2 O corpo discente.....	58
2.3 O currículo escolar.....	64
2.4 Os programas escolares.....	68
2.5 Estágio e Monitoria.....	76
2.5.1 Estágio Supervisionado.....	76
2.5.2.Monitoria.....	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS.....	81
ANEXOS.....	87

INTRODUÇÃO

O crescente interesse pela investigação histórica da cultura escolar no Brasil deve-se à reconfiguração do campo da História da Educação incentivado pelas novas correntes historiográficas, especialmente, a Nova História Cultural, a qual está vinculada à investigação a cerca da formação de pessoas, à da produção de indivíduos e subjetividades.

No caso específico deste estudo, a cultura escolar atua no remodelamento dos comportamentos, na profunda formação do caráter das alunas que passam por uma disciplina do corpo e por uma direção das consciências.

As mudanças de ordem econômica, política e social vivenciadas pelo Brasil, no século XIX, desencadearam um processo de estudos que alteraram a estrutura do pensamento educacional. Este pensamento, filosófico pela sua própria expressão e complexidade, contribui, atualmente, para o aprimoramento da escola-qualidade de ensino, tornando-o direito de todos, estendendo a escola a todos.

A história narra uma trajetória de vida, de luta, de desigualdades e de sobrevivência. A História se preocupa com a existência humana, porque é para a humanidade que ela pensa sobre o conhecimento, tornando-se parte dela, ao ser revelada, analisada e compreendida de inúmeras formas.

Neste estudo, a história começa não apenas com o nascimento de um curso que implantou, por meio da educação feminina, mudanças de ordem econômica e, principalmente, social no País, mas também quando a educação passou, na lei, a ser direito de todos, o ensino agrícola foi fixado, a mulher despertou para uma nova possibilidade de vida e o País se preparou para a formação de técnicos de nível médio.

Diante dessas inquietações, decorreu o surgimento do nosso objeto de estudo: a Trajetória Histórica da Formação em Economia Doméstica na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, atualmente Instituto Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão, no momento em que possuía o Curso de Preparação em Economia Doméstica, o qual teve início em 1952, por iniciativa de Nelson Maciel Melo. A referida Instituição tinha a denominação de Escola Agrícola Benjamin Constant. Posteriormente, devido às exigências do Ministério da Educação e Cultura, foi inserido o Curso Técnico em Economia Doméstica, em 1964, pelo professor Tenyson Araújo Aragão.

Diante de tais aspectos, é fundamental considerar que esta pesquisa nasceu da necessidade de estudar a história da formação em Economia Doméstica, partindo do surgimento, do conhecimento básico sobre essa ciência, legislação, profissionalização e disciplinas ao longo do século XIX.

Assim, buscamos compreender a formação em Economia Doméstica desenvolvida na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, no período de 1952 a 1967, (neste período a instituição possuía outras nomenclaturas, mas optei pelo nome atual) e como objetivos específicos: analisar as relações existentes entre a formação em Economia Doméstica e as discussões sobre o ensino agrícola em Sergipe, além de compreender a Economia Doméstica no contexto da formação para o trabalho no que diz respeito às mulheres.

Para realizar essa análise, optamos por um recorte temporal compreendido entre 1952 a 1967, o qual não foi escolhido ao acaso, denotando a preocupação de estudar a Formação de Economia Doméstica na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, atualmente IFS – Campus São Cristóvão, nos seus primeiros anos de surgimento, pois suas primeiras sementes se encontram em 1952, com a criação do Curso de Preparação em Economia Doméstica por Nelson Maciel Melo para germinar o modelo proposto. O contexto que se estende ao ano de 1964, com a criação do Curso Técnico em Economia Doméstica, pelo professor Tenysson Araújo Aragão, chegando até 1967, com a conclusão da primeira turma do referido curso.

Nas primeiras tentativas de aproximações com o objeto, alguns diálogos foram estabelecidos. Inicialmente através de entrevistas informais ou planejadas (com professores, funcionários, ex-funcionários, que atuaram no estabelecimento de ensino); depois através da leitura de materiais de pesquisa coletados. Esses diálogos contribuíram para definir algumas situações-problemas, delimitações e focos de nosso estudo.

Instigou-nos, neste sentido, o desejo de desvendar, nas entrelinhas deixadas pelos documentos, os seus silêncios, bem como buscar a possível articulação existente entre a formação em Economia Doméstica, a mulher e os cursos criados e ministrados na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, inicialmente, como preparação e, em seguida, ensino técnico, articulados aos princípios do ensino profissional feminino promovido pelo Ministério da Educação e Cultura nessa época.

Dessa maneira, os conceitos de cultura escolar, gênero feminino e economia doméstica foram fundamentais para compreender tais práticas, contribuindo para um melhor direcionamento dos elementos que fazem parte dos aspectos institucionalizados na escola, entre os quais: currículo, finalidades, modos de ensinar e aprender, condutas e normas, enfim, a sua organização e práticas cotidianas.

Indagações sobre as pretensões, as possibilidades, limites e contribuições do estudo e outras situações e questionamentos afloraram a partir de então. A organização de um plano de investigação, de fato, passou a auxiliar e iluminar os passos, sinalizando para a bibliografia existente sobre a temática da Formação de Economia Doméstica, o universo a ser pesquisado,

o aporte teórico-metodológico a seguir, o levantamento dos espaços para pesquisar, posto que toda a pesquisa histórica, além de um tempo específico, inscreve-se em algum lugar na sociedade, articula-se com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural, enraíza-se em uma particularidade (LE GOFF, 1994).

No tocante ainda ao estudo documental, tivemos algumas dificuldades no percurso da pesquisa em relação ao acesso às fontes históricas, pois alguns documentos e dados procurados no Memorial da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, no que tange ao período de 1952 a 1959, teriam sido destruídos pelo tempo e incinerados, pela falta de seleção e organização merecida.

Apesar dessas limitações, dentro do possível, procuramos preencher essas lacunas existentes e muito recorrentes nas pesquisas. A busca por outros caminhos e fontes que fornecessem novas pistas e informações que melhor preenchessem os espaços questionados durante a nossa investigação terminou sendo a via mais importante diante das adversidades surgidas, ocasionando também novos aprendizados: como pesquisar e redimensionar a metodologia de trabalho.

Por essa razão, a construção da pesquisa foi sendo ajustada às necessidades que foram surgindo, como uma colcha de retalhos que, gradativamente, unificou-se conforme a variedade de tecidos, formando um todo, em que vislumbramos um novo colorido, uma beleza, quando juntávamos os pedaços próximos e dispersos, fazendo reviver acontecimentos minuciosos e adormecidos, reveladores de uma história, compreendendo também que o processo de construção e interpretação sobre o passado e os elos estabelecidos com o presente faz-se no diálogo entre os indícios e as fontes que conseguimos agrupar para colaborar com nossa assertivas e concepções. As ideias e problematizações levantadas sintetizam as nossas interpretações sobre o que fazemos com esse passado contido na diversidade das fontes.

Além disso, a fundamentação teórica baseou-se em obras relacionadas à Cultura Escolar, Educação Feminina e História da Educação, de pesquisadores como: Almeida (1998), procurar apresentar o papel e função da mulher na sociedade, Camargo (2000), apresenta a História da Educação e a mulher, Cavero (1987), apresenta a Economia Doméstica e suas características, Ribeiro (1996), o papel da mulher na colônia e na República, Saffioti (1969), que retrata sobre a luta de classes, Serrano (1954) que apresenta o conceito e características da Economia Doméstica, dentre outros

Desta forma, para que melhor fosse evidenciado o nosso objeto de estudo num *corpus* escrito, optamos pela organização da pesquisa em dois capítulos, além da apresentação, conclusão e referências. No decorrer dessa construção, entendemos que a Formação em

Economia Doméstica apresentou, desde suas origens, uma cultura escolar pautada nos princípios da Escola Nova, buscando formar mulheres ativas, sociáveis e civilizadas. Essa formação não se reduzia à preparação de boas donas de casas e educadoras do lar, mas construía valores morais, cristãos, baseados em princípios disciplinadores e de respeito ao outro, além dos saberes respaldados nos conhecimentos da Ciência Econômica, da Pedagogia Nova e da Formação Cívica.

Com base nesse entendimento, sistematizamos as idéias com a seguinte estruturação: na primeira parte do trabalho, detivemo-nos em uma análise histórica do ensino agrícola e da sociedade, da educação feminina no que se refere ao período da república, mostrando assim a mulher na ordem patriarcal, retratando a posição social ocupada por ela perante a sociedade, a família e sua forma de sobrevivência, mostrando a força do trabalho feminino. Ainda na primeira parte, traçamos o processo de formação da mulher e a profissionalização em Economia Doméstica.

No segundo capítulo, adentramos no estudo sobre a perspectiva educacional do Curso de Preparação em Economia Doméstica e do Curso Técnico em Economia Doméstica da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, atualmente IFS – Campus São Cristóvão, no que concerne à criação, origem, filosofia, objetivo, formação, perfil e campo de atuação, além da pedagogia adotada pela escola e focalizamos os sujeitos que atuaram mais diretamente nas práticas escolares no curso – discentes e docentes – onde se tentou evidenciar quais eram esses sujeitos, de onde vinham e a que grupos econômicos pertenciam, a formação educacional recebida, entre outros. Esses aspectos foram relevantes para compreendermos as ações por eles articuladas no interior da Escola.

Ainda na segunda parte, analisamos as práticas escolares no cotidiano da escola, com ênfase para as práticas do currículo, sua estruturação, o referencial teórico que embasou tais atividades. Analisamos também as normas da escola e a aplicação delas, conforme a Proposta Pedagógica da Escola e do regimento Escolar Interno do estabelecimento de ensino. Esta etapa foi fundamental para entendermos as diversas formas de agir, de movimentar-se das professoras, diretores e alunas, a partir de uma cultura escolar construída e, nessa análise, sobre o movimentar do corpo dentro da Escola, optamos por trabalhar o conceito de disciplina escolar aferido por Michel Foucault (1997).

A parte destinada às considerações finais foi um momento de grande importância na pesquisa. Nele, tecemos algumas reflexões sobre o papel desempenhado pela Formação em Economia Doméstica na história da Formação da Mulher, no que se refere à educação e ao

espaço no mercado de trabalho, assim como a retomada de pontos importantes abordados no decorrer do trabalho.

Reflexões Históricas no contexto sócio-político-econômico

a- História do Ensino agrícola no Brasil

Os caminhos traçados anteriormente levaram o Brasil, na passagem do século XX, a enfrentar momentos de uma crise diversificada – principalmente no aspecto político, possibilitando uma postura promissora diante do desenvolvimento.

Nesse contexto, o primeiro estabelecimento de ensino agrícola do Brasil foi iniciado em 23 de junho de 1875 e recebeu o nome de Imperial Escola agrícola Bahia, situado no Engenho de São Bento das Lages, Câmara de Santo Amaro. Ainda no mesmo período, foram criadas mais três escolas agrícolas: uma na cidade de Pelotas (RS), outra em Piracicaba (SP) e uma terceira no município de Lavras (MG).

Lentamente, essas escolas foram ampliando a sua área de profissionalização, através das disciplinas técnicas para a formação de veterinários, pois “durante toda a fase imperial diplomaram-se no Brasil apenas 74 engenheiros agrônomos e nenhum veterinário” (CALAZANS, 1979, p. 83). Destacaram-se, entre os projetos realizados, alguns poucos empreendimentos de vulto e relevância, como o Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (1856), o de São Paulo (1874), e, no Rio de Janeiro, a transformação do Asilo de Menores Desvalidos em Escola Profissional Masculina, também em 1874.

Salvo esses casos, prosperaram poucas e esparsas escolas agrícolas que, em geral, constituíram-se em forma de internatos, dada a origem e a condição social dos seus alunos. Aos poucos, os órgãos governamentais, os intelectuais, políticos e entidades representativas do meio agrícola fomentaram o surgimento de escolas de ensino agrícola nos estados.

A estrutura social e a política econômica oficial, pela eminência agrícola do País, apresentavam por base, principalmente, a produção e a comercialização externa do café, como recurso gerador de receitas. Sendo assim, os investimentos foram, aos poucos, sendo vertidos na implantação de indústrias de bens de consumo, atendendo a demanda criada pelo crescente aumento populacional, fortalecendo, por conseguinte, a formação de uma nova estrutura social. Politicamente, o sistema coronelista foi sendo delimitado por “indícios” de uma sociedade de formação pré-capitalista (IGLESIAS, 1994, p. 61 – 63).

Considerando-se tais aspectos, notamos que as sociedades de classes têm seu sistema de ensino marcado pela dualidade enquanto expressão assimétrica das relações sociais e de

poder. Esse traço se agravou, sobretudo, sob a égide do capitalismo e, no caso da sociedade brasileira, assumiu caráter extremamente doloroso ao longo de toda a sua história. Se, por um lado, é fato que, no decorrer do século XX, nossa Educação experimentou grandes alterações, tornando-se complexa proporcionalmente às alterações no padrão de modernização; por outro, sua natureza dual se manteve como característica basilar, refletindo o permanente favorecimento à acumulação capitalista.

Neste quadro, adquire relevância o ensino agrícola como uma das mais cabais manifestações desse dualismo – atravessado não apenas pela polarização que opôs o trabalho manual ao “intelectual”, como também pelo antagonismo das duas agências da sociedade política incumbidas por tal ensino: o Ministério da Agricultura e o da Educação, particularmente, no período compreendido entre 1930 e 1961, quando o ensino agrícola passou a ser responsabilidade do Ministério da Educação.

Consideramos ainda que, nesse período histórico, o ensino elementar era considerado de caráter dual, por oferecer oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento social concomitante a uma divisão na educação: povo e elite, ensino profissionalizante e ensino científico. Nos anos subsequentes, a mudança de ordem econômica e social, oriunda da passagem da estrutura agrária para tecnológica industrial, tornou-se evidente a “necessidade de um ensino mais profissionalizante” (CASTRO *et alli*, 1972, p. 68 – 69; SANTOS, 1965, p. 17 – 18).

A demanda gerada pelos processos de urbanização e industrialização passou a exigir da agricultura nacional um aumento de produtividade que atendesse às demandas emergentes do país. Tal necessidade agrícola, aliada à educacional de preparar para o trabalho os filhos dos menos favorecidos, fixando-os no campo, estimulou a implantação do ensino agrícola e profissionalizante na nação (LIMA *et alli*, 1961, p. 4 – 18). Dessa maneira:

Se a divisão social e técnica do trabalho é condição indispensável para a constituição do modo capitalista de produção, à medida que, rompendo a unidade entre teoria e prática, prepara diferentemente os homens para que atuem em posições hierárquica e tecnicamente diferenciadas no sistema produtivo, deve-se admitir como decorrência natural deste princípio a constituição do sistema de educação marcados pela dualidade estrutural. No Brasil, a constituição do sistema de ensino não se deu de outra forma (KUENZER, 1992, p. 12).

Como podemos notar, a origem dessa precoce interferência estatal junto à agricultura relaciona-se à abolição da escravatura – marco do processo de transição ao capitalismo no

Brasil (VELHO, 1979) mediante a redefinição das formas de trabalho compulsório no campo, o que originou uma indissolúvel e contraditória aliança entre grandes proprietários rurais e a sociedade política, apesar da grande presença de proprietários de terras entre políticos importantes do início da República, assumindo, inclusive, postos de destaque em alguns Ministérios, sobretudo no Ministério da Agricultura.

Diante disso, um dos aspectos centrais da atuação do Ministério da Agricultura na Primeira República consistiu em implantar uma política de ensino agrícola calcada num conjunto de práticas de arregimentação de mão de obra, marcado pelo autoritarismo inerente à construção do mercado de trabalho no país. Simultaneamente, a conjuntura gestada pela abolição mobilizaria setores diversos de grandes proprietários – mormente aqueles vinculados a complexos agrários menos dinâmicos – a se articularem para reagir ao temor à desorganização da produção, mediante a construção de uma representação genérica de crise da agricultura que visava a dar conta, segundo a origem de seus enunciadores, de situações regionais específicas (MENDONÇA, 1997).

Diante disso, foram criados, pelo Governo Federal, cursos profissionalizantes subordinados ao Ministério da Indústria e Comércio. Ao Ministério, cabia regular o ensino profissional no País. Nesse sentido, inspirado principalmente na experiência francesa para formar técnicos de diferentes graus, surgiu o Decreto nº 8319, de 20 de outubro de 1910, regulamentando o ensino agrícola no País (LIMA *et alli*, 1961, p. 54; KUENZER, 1992, p.12-13; WEREBE, 1970, p.184).

A filosofia prescrita pelo aprendizado congregava um ensino prático, a fim de habilitar trabalhadores aptos aos diferentes serviços de uma pequena propriedade, a qual estaria destinada, preferencialmente, aos filhos de pequenos agricultores e trabalhadores rurais.

O pensamento educacional, da instalação da República, até a década de 1930, aclamava uma idéia humanista liberal, otimista pedagógico, em que o ensino assegurava novos caminhos sociais, aspirados pela classe popular:

A escola média técnico-profissional parece ter-se feito necessária, pelo preparo que oferecia e, ao mesmo tempo, estimulante, em função da possibilidade de ascensão social, para uma parcela predominante do setor médio da população que, com tal escolarização, conquistava melhor colocação social dentro do próprio grupo a que pertencia, ou seja dos dominados (RIBEIRO,1982, p.114).

Segundo Veiga (2007, p.140), desde o início da República, houve empreendimentos aplicados à educação profissional, embora ela se acentuasse sobremaneira na década de 1940 com a decretação das leis orgânicas de ensino técnico – profissional.

Os Aprendizados Agrícolas foram criados na mesma época que as Escolas de Aprendizagem e Artífices, estando ambos ligados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. No entanto, enquanto os primeiros buscavam formar o trabalhador agrícola; a segunda direcionava-se ao trabalhador urbano. Os Aprendizados foram criados a partir do Decreto nº 8319, de 20 de outubro de 1910, que instituiu o ensino agrônomo e aprovou o seu regulamento. Tais instituições, a princípio, foram fundadas em três localidades: o de Barbacena, em Minas Gerais; o de São Luís das Missões, no Rio Grande do Sul e o de São Simão, em São Paulo (BRASIL, 1910 – 1911).

Os Aprendizados ministravam curso elementar com dois anos de duração, visando fornecer a aprendizagem dos métodos racionais do trato do solo, bem como noções de higiene e criação animal, além de instruções para o uso de máquinas e implementos agrícolas (Idem, 1911, p. 57). Mantinham ainda um curso de primeiras letras, teoricamente destinado a aprimorar a qualidade técnica de seu público-alvo: jovens entre 14 e 18 anos, comprovadamente filhos de pequenos agricultores. Funcionando sob o regime de internato, os Aprendizados Agrícolas contavam com instalações semelhantes às existentes numa grande propriedade agrícola, dando suporte a um ensino eminentemente pragmático e de formação para o trabalho.

Após a revolução e a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1930, o então Ministro Francisco Campos procurou estruturar o sistema educacional por meio da reforma no ensino superior e secundário e da criação do Conselho Nacional de Educação. Durante sua permanência no Ministério, Capanema empreendeu a reorganização administrativa do referido órgão, iniciou a elaboração das leis orgânicas do ensino e tomou diversas iniciativas no campo cultural (HORTA, 2010, p.19).

Alterado o quadro sócio-político-econômico brasileiro com o Golpe de 1937 e com a implantação do Estado Novo, novos caminhos educacionais surgiram com a Reforma Gustavo Capanema, em 1942 (Lei nº 4244, de 9 de abril).

Tal reforma visava a alterações no ensino secundário e técnico-industrial, modificando os ciclos de estudos para ginásio (de cinco para quatro anos) e para Colégio (de dois para três anos), por meio de oito Decretos-lei, referentes ao Ensino Primário, Secundário, Industrial, Comercial, Normal e Agrícola. Posteriormente, criaram-se os órgãos SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), também em 1942, e o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), em 1946 (CASTRO *et alli*, 1972, p. 73-74; GONÇALVES e PIMENTA, 1994, p.35-36).

De acordo com a ponderação de alguns educadores,

O ensino secundário a ser aquele destinado a uma elite que se preparava, em princípio, para os cursos superiores, [...], ao passo que o profissional ainda era encarado como o ensino dos menos favorecidos (CASTRO *et alli*, 1972, p.73-74).

Essa dualidade do ensino era respaldada por uma legislação de caráter dialético, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que estabelecia, entre outros, a preparação para estudos de caráter mais elevado: os estudos superiores.

O ensino agrícola nesse período foi subordinado ao Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que foi desmembrado em 1938 (Decreto-lei nº 982, de 23 de dezembro de 1938), passando a Ministério da Agricultura, resguardando o ensino agrícola. Pelo referido instrumento legal, a Superintendência do Ensino Agrícola teve sua denominação alterada para Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, em 4 de novembro de 1940, pelo Decreto-lei nº 2832.

Nesse contexto socioeconômico e cultural, desenvolveram-se as alterações no campo educacional e produtivo brasileiro, com duas etapas do processo de transformação agrícola. Num primeiro momento, aconteceu a exportação de alimentos; depois, a industrialização do campo nos anos 1950 e 1960.

Paralelo a esta modificação na Agricultura, aconteceram mudanças no setor de ensino, surgindo diferentes cursos profissionalizantes. No período do Estado Novo, o ensino técnico-profissional ocupou uma posição subalterna com relação ao ensino médio, “destinado às classes menos favorecidas”.

Dos cursos profissionalizantes regulamentados a partir da década de 1940, o ensino agrícola foi o último: ensino industrial, 1942 (Decreto Lei nº 9613, de 28 de agosto).

No final do século XIX, notava-se que o país estava perdendo definitivamente a sua fisionomia colonial. Ocorriam mudanças importantes no consumo da população brasileira: novas técnicas na agricultura, trabalho livre no lugar do trabalho escravo, novos costumes, novas ideias, novos jornais e novas escolas faziam crescer o número de profissionais (SAFFIONI, 1996, p. 21).

Na tentativa de solucionar a referida problemática, o Governo Federal promoveu reformas no ensino profissional, por meio do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ao qual competia regular o ensino profissional, considerando-se o momento desde a sua criação (Decreto nº 1606, de 29 de dezembro de 1906). A contratação do engenheiro João Luderitz, em 1920, objetivou efetuar e remodelar o Ensino Profissional Técnico. Este manteve

as mesmas características que se estruturaram durante o período imperial e mesmo colonial, que continuou durante a República – com a mesma linguagem e com os mesmos propósitos, que sempre acompanharam o desenvolvimento deste ramo de ensino.

A partir de 1919, duas modalidades de ensino agrícola evidenciaram-se no Brasil: o ensino nos Patronatos Agrícolas e o na Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária. Os Patronatos Agrícolas eram destinados a grupos sociais das classes menos favorecidas e visavam à educação moral, cívica, física e profissional de menores desvalidos e daqueles que, por insuficiência de capacidade de educação na família, fossem postos à disposição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio.

Nesse contexto, durante o governo de Getúlio Vargas, o ministro Gustavo Capanema empreendeu novas reformas no ensino, regulamentadas por diversos decretos-lei, assinados de 1942 a 1946 e denominados de “Leis Orgânicas de Ensino”: Decreto nº 4073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial; Decreto nº 6141/43 – Lei Orgânica do Ensino Comercial e Decreto nº 9613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola. Assim se estruturou definitivamente o ensino técnico profissional nas três áreas da economia, em dois ciclos, a saber: um fundamental, geralmente de quatro anos (ginásio), e outro técnico, com duração de três a quatro anos (colegial).

Somente após o governo Vargas, o ensino agrícola de nível médio teve a sua primeira regulamentação estabelecida pelo Decreto-Lei nº 9613, de 29 de agosto de 1946, denominado de “Lei Orgânica do Ensino Agrícola”.

Desta forma, de acordo com a Lei Orgânica, o ensino agrícola foi institucionalizado, destacando-se, dentre outras, as seguintes inovações:

- a) Classificação dos estabelecimentos de ensino em: Escolas de iniciação agrícola, que ministravam as primeiras e segundas séries do 1º ciclo, concebendo ao concluinte o certificado de operário agrícola; Escolas agrícolas, que ministravam as quatro séries do 1º ciclo, fornecendo ao concluinte o certificado de mestre agrícola; Escolas agrotécnicas, em que eram ministradas as quatro séries do 1º ciclo e as três do 2º ciclo, atribuindo aos concluintes os diplomas de Técnico em Agricultura, Horticultura, Zootecnia, Práticas Veterinárias, Indústrias Agrícolas, Laticínios e Mecânica Agrícola;
- b) Instituição da orientação educacional e profissional;
- c) Curso de aperfeiçoamento para os técnicos agrícolas;
- d) Instituição do ensino agrícola feminino;

e) Educação agrícola para as comunidades circunvizinhas das escolas.

O referido Decreto-Lei nº 9613/46 enfatizou ainda a importância da formação do docente e do administrador de estabelecimentos de ensino agrícola, por meio de cursos na área pedagógica sobre Magistério de Economia Doméstica Rural, Didática do Ensino Agrícola e Administração do Ensino Agrícola.

Ainda através deste Decreto-Lei, foi inserido o ensino de Economia Doméstica Rural, com o objetivo de proporcionar aos alunos do sexo feminino do meio rural oportunidades de educação, através dos estabelecimentos de ensino agrícola.

Com tal Decreto-Lei, os estabelecimentos de ensino agrícola, até então existentes, passaram a oferecer os seguintes cursos de formação: Curso de Iniciação Agrícola, Curso de Maestria Agrícola; Cursos Agrícolas Técnicos (agricultura, horticultura, zootecnia, práticas veterinárias, laticínios e mecânica agrícola); Cursos Agrícolas Pedagógicos (Magistério de Economia Doméstica Rural, didática do Ensino Agrícola e Administração do Ensino Agrícola).

Destarte, o ensino técnico assumiu uma maior importância, no sentido de contribuir com as funções políticas e ideológicas do país, em termos de modernização. Com o advento da Reforma Administrativa dos Ministérios, ocorrida em 1967, promoveu-se a absorção do ensino agrícola pelo Ministério da Educação e Cultura. Em consequência, o órgão responsável, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, também foi transferido para o MEC, através do Decreto nº 60731, de 19 de maio de 1967, sob a denominação de Diretoria de Ensino Agrícola (DEA), inserindo-se ao Departamento de Ensino Médio (DEM) daquele Ministério, que absorveu as Diretorias do Ensino Agrícola, Indústria, Comercial e Secundário.

As escolas profissionalizantes tinham o objetivo de formar a mão de obra para o mercado de trabalho. Prevaleceu esta orientação até 1971, quando foi aprovada a Lei nº 5692/71, através da qual se tentou implantar uma escola única em termos de uma educação profissionalizante para todos.

Nesta reformulação, a educação passou a ser compreendida como investimento individual e social. Para tanto, surgiu uma proposta pedagógica que privilegiou a tecnologia educacional, a pedagogia tecnicista. A tecnologia educacional representa a racionalização do sistema de ensino em todas as suas formas e níveis, ou seja, significa a absorção, pela educação, da ideologia empresarial. Esta nova forma de abordar o processo pedagógico e sua administração marcou a política educacional nas décadas de 60 e 70 do século XX.

Já o Ensino Agrícola em Sergipe teve seus primeiros registros no ano de 1836. O presidente em exercício desta Província, Manuel Joaquim Fernandes de Barros, discutindo sobre o ensino profissional, propôs que fossem criados estabelecimentos de ensino voltados para meninos visando ao desenvolvimento da agricultura; para meninas, com igual objetivo.

Com essa sugestão, o presidente da Província de Sergipe afirmava que o ensino agrícola para as mulheres era um bom caminho, uma vez que estas aprenderiam a “coser, lavar, engomar, fazer flores, cuidar de hortas e da educação dos animais domésticos, como também a prática da economia, boa ordem e o conhecimento das cousas domésticas”. Já a educação dos meninos deveria “priorizar os ensinamentos práticos de lavrar a terra, de plantar e produzir diversas colheitas, preparar os seus frutos, cuidar de gado e dos animais domésticos e de construção rural”¹.

No ano de 1838, após dois anos do discurso do presidente Manuel Joaquim Fernandes de Barros, estava editado um decreto criando o Colégio das Artes Mecânicas, destinado ao ensino de órfãos pobres, expostos e filhos de indigentes. Em 1860, foi fundado o Imperial Instituto de Agricultura Sergipano que foi criado durante a visita do Imperador Pedro II. O Imperial Instituto Sergipano de Agricultura representou uma tentativa de modernização das práticas agrícolas na Província de Sergipe através da formação escolar.

O sistema agrícola sofreu transformações e como o governo da União decidiu criar centros agrícolas em vários Estados, em 1893, o ensino em Sergipe foi reorganizado para atender as prescrições da Reforma que Benjamin Constant e as primeiras discussões a respeito da implantação de uma Escola Agrícola no Quissamã ocorreram em 1912. Esta Escola teve sua origem no Patronato São Maurício², criado em 1924³, e oferecia curso de aprendizes e artífices a crianças e adolescentes com problemas de ajustamento social e emocional.

¹ Cf. SERGIPE. Fala do Vice-Presidente em exercício, Manuel Joaquim Fernandes de Barros, para Assembleia legislativa provincial, em janeiro de 1836. In: Noticiador Sergipense nº 81 e 82, de 29 de janeiro de 1836.

² São Maurício foi um soldado de Tebas que morreu como mártir da fé cristã. Chefiava a secretíssima Legião de Mártires denominada de Tebana. Cf. de VARAZZE, Jacopo. Legenda áurea. Vida de Santos. São Paulo, Companhia das Letras, 2003, p.784 – 786.

³ Cf. SERGIPE. Lei 872, de 31 de outubro de 1924. A mensagem propondo a provação desta Lei foi enviada à Assembleia Legislativa no dia 18 de outubro de 1924, fazendo com que a criação do Patronato fosse, anualmente, celebrado no dia 18 de outubro.

No final da gestão de Graccho Cardoso, em 1926, o Patronato teve sua denominação alterada, passando a ser Patronato de Menores Francisco de Sá. Com o passar do tempo, sofreu outras alterações: em 1931, Patronato de Menores Cyro de Azevedo; 1934, Aprendizado Agrícola de Sergipe; 1939, Aprendizado Agrícola Benjamin Constant. Em 1946, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola estruturou o ensino técnico profissional no Brasil e a escola recebeu a denominação de Escola de Iniciação Agrícola Benjamin Constant.

Esse tipo de escola ministrava o Curso de Iniciação Agrícola para operários agrícolas e para os interessados em mestria agrícola. Quando a escola passou a oferecer os ensinos primário e ginásial em 1952 passou a ser chamada Escola Agrícola Benjamin Constant, na qual, além do Curso Agrícola, possuía o Curso de Preparação em Economia Doméstica para as mulheres. Em 1957, a Escola Agrícola foi transformada em Escola Agrotécnica Federal Benjamin Constant.

Com a publicação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, ocorreu nova estruturação no ensino técnico profissional no Brasil. Decorridos quase quinze anos da Lei Orgânica do Ensino Agrícola, entrou em vigor a Lei nº 4024, de 21 de dezembro de 1961, que estabeleceu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), estruturando o ensino em três graus: primário, médio e superior.

Em decorrência da Lei nº 4024/61, a escola passou a ter outra denominação: Colégio Agrícola Benjamin Constant. Nesse período, eram ministrados o Curso Técnico Agrícola e foi iniciado o Curso Técnico em Economia Doméstica. A última alteração no nome da instituição aconteceu em 1979, quando passou a chamar-se Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão e, em 1993, a Escola foi transformada em autarquia ligada ao Ministério da Educação e do Deporto, através da Lei nº 8731, de 16 de novembro de 1993. Atualmente, a Escola deixou de ser uma autarquia vinculada à Secretaria de Educação Tecnológica e Profissional do Ministério da Educação e transformou-se em um Campus do Instituto Federal de Sergipe.

b- A Mulher e o Gênero

Inegavelmente, o papel social da mulher, suas funções, seus direitos e deveres foram profundamente alterados com a revolução industrial e com a consequente urbanização. As possibilidades do trabalho feminino, junto ao domínio público, emergiram modificando os papéis familiares tradicionais, passados de geração a geração – esposa, mãe, filha, entre outros.

A “documentação da realidade histórica das mulheres ecoou e contribuiu para o discurso da identidade coletiva que tornou possível o movimento das mulheres nos anos 70”.

A consciência torna-se transparente a todos os olhares, descortinando, então, a “individualidade” e as possibilidades de “emancipação” (SCOTT, 1992, p.83).

Essa é uma realidade próxima passada, em que a mudança de valores e de papéis femininos, alterados culturalmente, proporciona uma nova construção do conhecimento humano que, sob a ótica da mulher, certamente evidenciará os caminhos para nova geração e novo pensamento.

Dessa maneira, no desenvolver do processo de conhecimento acadêmico, o termo “diferença” passou a ser considerado “problema de análise”, objeto de estudo, sendo, assim, necessária uma maneira de pensar a diferença e como sua construção definiria as relações entre os indivíduos e os grupos sociais. Diante disso, o termo “Gênero” foi usado para “teorizar a questão da diferença sexual” (SCOTT, 1992, p. 86).

A utilização do gênero nas análises que abordam o temático feminino, apenas em meados da década de 70 do século XX passou a ser considerada cientificamente no meio acadêmico, estando explicitamente associada aos conceitos de raça e classe social. A necessidade de pensar o feminismo de uma perspectiva teórica motivou pesquisadores a introduzir o conceito de gênero como categoria científica que explicita as relações sociais entre os sexos, o que, por sua vez, levou à elaboração de novos conceitos sobre as relações de poder.

Acredita-se que tal necessidade surgiu entre a militância feminista durante a ultrapassagem da adoção de modelos reivindicatórios dos primeiros movimentos que aconteceram em princípios do século e que se basearam, primeiramente, na aceitação da desigualdade e, depois, na sua eliminação.

Atualmente, a nova geração feminista aceita a diferença entre os sexos e a considera uma construção social, adotando o termo “gênero” como comum aos dois sexos. Nessa perspectiva, ressaltamos que o paradigma da igualdade na diferença é aceita, mas não é desculpa para desigualdades – ao contrário, significa um modelo de conduta, cujas peculiaridades entre os dois sexos são consideradas.

Na Academia, o conceito foi introduzido com a crise dos paradigmas clássicos, que não conseguiram elaborar modelos explicativos mais flexíveis para analisar a situação específica da mulher como sujeito social e, portanto, sujeito histórico, e passou a ser utilizado com maior frequência nos estudos nesse campo.

Embora no sentido mais restrito o conceito de gênero refira-se aos estudos que têm a mulher como objeto; num sentido amplo, deve ser entendido como uma construção social, histórica e cultural, elaborada sobre as diferenças sexuais. Portanto, o conceito de gênero não

se refere especificamente a um ou outro sexo, mas sobre as relações socialmente construídas entre eles, que estão imbricadas, por sua vez, com as relações de poder que revelam os conflitos e as contradições que marcam a sociedade.

Desta forma, a ideia de gênero exige, de acordo com Louro:

[...] que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico, portanto não dado e acabado no momento do nascimento, mas sim construído através de práticas sociais masculinizadas e feminilizantes (em consonância com as diversas concepções de cada sociedade). Como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais, o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc [...], são “generificantes”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero (LOURO, 1995, p.103).

Esta teoria postula que o gênero é uma interpretação cultural das diferenças biológicas entre a mulher e o homem; que é construída por meio de processos socioculturais, criando um universo simbólico institucionalizado na estrutura e nas relações sociais e refletido nas vivências e experiências diferenciadas de pessoas de ambos os sexos. Sendo uma construção sociocultural, o gênero não tem conteúdo fixo, mas é construído e reconstruído por processos socioculturais através da história e toma variadas formas diferentes e nos extratos sociais distintos, na mesma sociedade.

O conceito de gênero fornece ferramentas novas e incisivas da análise da vida sociocultural e de seus “produtos” (instituições, símbolos, teorias, etc.), oferecendo a possibilidade de produção de um conhecimento mais detalhado e abrangente da realidade em que vivemos.

O cerne principal da definição de gênero nesta sociedade repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primordial de significar relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86); ou seja, gênero é um campo primordial no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. Não se trata de dizer que o poder está na dominação exercida pelo homem sobre a mulher, mas sim de mostrar que o poder nas relações de gênero se manifesta em termos do conflito entre o espaço masculino e o espaço feminino.

Em consonância com esta visão, Saffioti (1992, p. 185) afirma que “as relações sociais de sexo ou as relações de gênero travam-se no terreno do poder, onde têm lugar a exploração dos

subordinados e a dominação dos explorados, dominação e exploração sendo faces de um mesmo fenômeno”.

Nesta perspectiva, a historiadora Michelle Perrot, recorre a imagem da “mulher popular rebelde”, capaz de perceber conscientemente as representações⁴ de liberdade de suas ações, nomeando-se em relação aos poderes masculinos. A historiadora alerta para o “grande risco de encerrar uma vez mais as mulheres na mobilidade dos usos e costumes, estruturando o cotidiano na fatalidade dos papéis e na fixidez dos espaços” (PERROT, 1998, p. 87).

Essa análise ressalta que o importante é encontrar “as mulheres em ação, inovando em suas práticas, mulheres dotadas de vida, e não absolutamente autômatos, mas criando elas mesmas o movimento da história” (PERROT, 1988, p. 87).

O conceito de gênero explica de que modo as pessoas articulam as representações que homens e mulheres fazem da realidade social, operando como forças propulsoras de novas ações de acordo com seu interesse, com a situação e com a relação em que se encontram. O que é considerado feminino depende de cada cultura e pode variar de uma sociedade para outra.

Seja qual for a abordagem que se faça da questão de gênero, não se pode perder de vista as condições sociais mais gerais que atuam na determinação dos problemas e oportunidades que afetam homens e mulheres no trabalho, ambiente doméstico, político, institucional, em síntese, tanto na vida privada como na vida pública.

Portanto, relações de gênero podem ser entendidas como aquelas que põem em jogo representações e símbolos de masculino e feminino e dependem das práticas sociais para se manterem vivas no conjunto de valores da sociedade.

Apesar de todas as transformações ocorridas na contemporaneidade, esta “apresenta uma nítida divisão dos papéis de gênero, compete ao homem o papel de provedor, sendo responsável pelo sustento econômico de sua esposa e filhos. A mulher é responsável pelos cuidados dos filhos e trabalho doméstico” (CARVALHO, 1996, p. 21).

Frente ao mercado de trabalho, à lei, e quase todas às instituições que organizam a vida pública, entendemos que todos os indivíduos são considerados iguais, pelo menos no plano ideológico e assim devem se comportar.

⁴ “Representação pode ser conceituada como sendo o reconhecimento do eu e do outro e, sobretudo, a relação entre o eu e o outro, podendo ser classes sociais, grupos étnicos ou categoria de gênero. A representação é o pensar-sentir a vivência, não se confundindo com experiência. Tem lugar segundo uma base material, que nutre simbólico e por ele é alimentada na realidade concreta, não se podem separar o material e o simbólico: um é constitutivo do outro [...] é o pensar-sentir a vivência” (SAFFIOTI, 1992, p.209).

No âmbito da família, de acordo como o modelo da divisão sexual do trabalho, homens e mulheres passam a ser desiguais, na medida em que a sociedade atribui às tarefas que desempenham, valores distintos, frente ao objetivo de reconhecimento individual e realização pessoal que, indistintamente, enquanto indivíduos, homens e mulheres se propõem alcançar (CARVALHO, 1996, p. 21).

Na visão da autora, a complementaridade dos papéis de gênero na família deveria supor uma reciprocidade e uma igualdade que a sociedade moderna até agora se mostrou incapaz de produzir. Mesmo quando a mulher compete em condições de igualdade no trabalho, ela continua sendo responsável pelo trabalho doméstico e o cuidado dos filhos, assumindo uma dupla jornada de trabalho. Segundo Durham (*apud* Carvalho -1996, p. 22), “o conflito tende a se agravar na medida em que cada um dos cônjuges, competindo individualmente no mercado de trabalho, tende a cobrar do outro uma participação maior nas tarefas domésticas a fim de que lhe sobre mais tempo para o trabalho e o lazer”.

Os estudos no campo das relações de gênero possuem, segundo Sorj (1992, p. 15 – 16), um “argumento central”, que envolvem pelo menos duas dimensões:

A primeira compreende a idéia que o equipamento biológico sexual inato não dá conta da explicação do comportamento diferenciado masculino e feminino observado na sociedade. Diferentemente do sexo, o gênero é um produto social, apreendido, representado, institucionalizado e transmitido ao longo das gerações. E, segundo, envolve a noção de que o poder é distribuído de maneira desigual entre os sexos, cabendo às mulheres uma posição subalterna na organização da vida social (SORJ, 1992, p. 15 – 16).

Dentro dessa dualidade, as relações sociais entre os sexos, para Castro e Lavinas (1992, p.242), “exprimem-se em práticas concretas, sejam elas do domínio do simbólico ou do material”. Consideram que, em uma sociedade como a brasileira, o enfoque das relações sociais de gênero “permite ultrapassar a dicotomia entre classes e sexo”; por isso afirmam que: “As relações entre os sexos se dão em uma sociedade de classe por práticas variadas sim, mas valoradas pelo espaço/tempo da produção dos sujeitos sociais” (CASTRO e LAVINAS, 1992, p. 242).

Das muitas definições analisadas historicamente por Scott (1990, p.7), consideramos para este trabalho a que afirma: “Gênero é sinônimo de mulheres”. Isto “não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder [...]”. Comprendemos com tal assertiva o seguinte:

“Gênero” tanto é substituto para mulheres como é igualmente utilizado para sugerir que a informação sobre o assunto “mulheres” é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro. Esta utilização incide sobre o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado em e por este mundo (SCOTT, 1990, p. 7).

Às mulheres brasileiras, o acesso à educação formal se deu por intermédio do ensino gratuito a todos, no início do século XX. Mas, esta foi uma forma de introduzir também outra maneira de educar a mulher para as tarefas que os pensadores da época consideravam adequadas à sua natureza biológica e reprodutora.

Uma nova perspectiva de profissionalização feminina surgia, “ao mesmo tempo que se expandia a própria instrução da mulher”, permanecendo ainda a discriminação sexual, pela primeira lei do ensino primário, em 1827, ao só permitir o ingresso feminino ao ensino primário com conteúdo diferenciado (BRUSCHINI e AMADO, 1988, p. 5).

Barreto (1981, p. 221) explicita que diferenças de natureza biológica entre sexos, no ensino elementar, transpareciam na ênfase ao caráter lógico, dado os currículos dos cursos oferecidos aos meninos, ao passo que, para as meninas, prevaleciam os trabalhos manuais.

As explicações sobre as desigualdades no ensino foram primeiramente dadas ao caráter biológico (orgânico) e, posteriormente, às capacidades inatas do indivíduo, físicas e genéticas. Foram atribuídas “também às próprias formas de ser e de comportar-se dos indivíduos” (BARRETO, 1981, p. 121).

A carreira profissional da mulher no Brasil foi tolhida durante muitas décadas, cerceando-lhe culturalmente, dificultando e retardando seu acesso tanto ao mundo científico e intelectual, quanto ao mundo pessoal e individual, de forma que: “Por meio da dominação imposta pela sociedade vão sendo construídos inconscientemente modelos prontos de comportamento, pensamentos e sentimentos” (KENSKI, 1994, p. 49).

Mudanças na ordem econômica e social explicam as “tendências da participação da mulher na força do trabalho, contribuindo para aumentar o emprego feminino” (MIRANDA, 1975, p. 22).

Neste sentido, a sociedade desempenha importante papel no direcionamento profissional da mulher:

Para compreender a orientação que a mulher assume em seu desempenho profissional é preciso distinguir o modo como a sociedade manipula a participação da mulher enquanto força-de-trabalho e as atitudes da própria mulher e de seu grupo familiar ao desempenhar este papel profissional (BLAY, 1975, p. 9).

Esses conceitos aqui abordados e discussões apresentadas são de suma importância para melhor compreender como se estabelecem as relações de gênero e como se articulam as representações, desnaturalizando as diferenças e inserindo as questões relativas às estratégias e vinculações de poder, inerentes às representações de feminino e masculino, na sociedade e no mercado de trabalho.

c. A Mulher e a Instrução

Do fim do século XIX até as primeiras décadas do XX, mudanças socioeconômicas ocasionadas pela implantação do regime republicano no país, pelo processo de urbanização e industrialização, pelas duas guerras mundiais e seus efeitos nas mentalidades da sociedade da época, pelas conquistas tecnológicas representadas pela difusão dos meios de comunicação, coincidiram com a eclosão das primeiras reivindicações do feminismo que, nos países em que aconteceram tais alterações, atingiram várias gerações de mulheres, ao alertar para a opressão e para a desigualdade social a que estiveram até então submetidas.

Com o movimento feminista e as reivindicações pelo voto, o que lhes possibilitaria maior atuação política social, a domesticidade foi invadida, as mulheres passaram a atuar no espaço público e a exigir igualdade de direitos, de educação e profissionalização. Após o término do regime ditatorial, implantado no Brasil com o golpe de Estado em 1937, a retomada dos ideais democráticos coincidiu com o final da segunda Guerra Mundial e contribuiu para modificar as representações culturais acerca da educação feminina e do papel das mulheres na nova sociedade emergente.

Nesse contexto, no mundo ocidental mais desenvolvido, a constatação da capacidade feminina para o trabalho fora do âmbito doméstico e o conseqüente ganho de autonomia que isso poderia proporcionar, além das necessidades de sobrevivência ditadas pelas circunstâncias, iniciaram uma reviravolta nas expectativas sociais, familiares e pessoais acerca do sexo que até então estivera confinado no resguardo do espaço doméstico e no cumprimento da função reprodutiva. Essas ideias, por sua vez, atravessaram as fronteiras por intermédio da imprensa, do rádio e do cinema, provocando alterações nas mentalidades de países periféricos, entre eles, o Brasil, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. Para isso, a contribuição da imprensa feminina foi decisiva e as mulheres instruídas aproveitaram esse espaço – aberto no mundo das letras – para serem ouvidas e exporem uma nova maneira de pensar, diferente daquela dos tempos do Império.

No plano educacional, os anos iniciais do século XX, ofereceram maiores oportunidades ao sexo feminino, representado pela escolarização das meninas e moças, na esteira dos ideais positivistas e republicanos, tendência que se estruturou nas décadas seguintes. Considerando-se esse aspecto, a historiografia tem revelado essas mudanças como resultado de uma política de concessão por parte dos poderes oficialmente instituídos e dirigidos pelo sexo masculino, sem atentar que as transformações, assim como as chamadas “concessões”, também foram resultado de atendimento às reivindicações e, portanto, conquistas femininas. Sem o movimento das mulheres, sem a resistência de algumas e o desafio que lançaram à sociedade, tais resultados demorariam muito mais para ser implantados.

O imaginário republicano brasileiro que se estendeu ao século XX foi a fé do liberalismo no poder da escola e a feminização do magistério, que dava mostras incipientes já desde o final do século XIX, fortaleceu-se após a República. Na reconfiguração da sociedade, que se desejava progressista e esclarecida, com o potencial de regeneração nacional, havia a crença numa visão de escola que domesticasse, cuidasse, amparasse, amasse e educasse.

Essa crença se prolongou nas décadas seguintes à Proclamação e, juntamente com as aspirações de unidade política e a proliferação de um discurso alvissareiro sobre a educação, depositou nas mãos femininas a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os costumes. Nessa visão, construiu-se a tessitura mulher-mãe-professora, aquela que iluminava na senda do saber e da moralidade, qual mãe amorosa debruçada sobre as frágeis crianças a serem orientadas e transformadas por dedos que possuem a capacidade natural de desenhar destinos e acalentar esperanças, coadjuvantes inspiradas de uma escola que se erige como transformadora de consciências.

Acompanhando a inserção feminina num espaço profissional representado pela educação da infância, há de se considerar que, no cenário das primeiras décadas, o século XX foi também o período em que se iniciaram os primeiros movimentos pela liberação feminina.

A educação, que se pretendia igual para os dois sexos, na realidade, diferenciava-se em seus objetivos, pois, de acordo com o ideário social, o trabalho intelectual não devia fatigar o sexo feminino, nem se constituir num risco a uma composição frágil e nervosa, posto que o fim último da educação relacionava-se a preparar a mulher para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e os filhos. A mulher educada dentro dessas aspirações masculinas seria uma companhia mais agradável para o homem, que transitava regularmente no espaço urbano, diferentemente da prática do período colonial, com seu recolhimento e distanciamento do espaço da sociabilidade. A mulher-mãe deveria ser pura e assexuada, e nela repousariam os mais caros valores morais e patrióticos.

Além disso, a responsabilidade feminina nunca deveria transpor as fronteiras do lar, nem ser objeto de trabalho assalariado. Este somente poderia ser lícito se significasse cuidar de alguém, doar-se com nobreza, resignação e servir com submissão – qualidades inerentes às mulheres, premissas com as quais também se afinavam profissões ligadas à saúde, como enfermeira ou parteira. Esse procedimento fez com que se investisse na criação de cursos preparatórios de formação representados pelas escolas normais, em seguimento a uma tendência que já se havia manifestado nos finais dos oitocentos (1876), quando se criou, em São Paulo, no Seminário das educandas, uma escola normal destinada a dar instrução e habilitar as órfãs e outras jovens que demonstrassem interesse em se tornarem professoras.

Os limites de convivência entre os sexos eram claramente definidos e transmitidos para interiorizar, sem questionamento, as normas de conduta ditadas pelos agentes sociais. Das mulheres, esperava-se a permanência no espaço doméstico, o recato, a submissão, o acatamento da maternidade como a mais elevada aspiração. Dos homens, a atuação no espaço público, no mundo do trabalho, na política, o exercício da liberdade (inclusive, a sexual), a incorporação dos atributos de proteção e autoridade.

O ensino na Primeira República apresentava-se ainda de forma precária, sem muitas oportunidades de instrução ou mesmo ascensão social para a mulher. A Escola Normal surgiu como uma perspectiva de profissionalização, mas apresentou também em sua esfera o dogma da dona-de-casa e de mãe de família “destinado à educação das moças burguesas” (NAGLE, 1978, p.270; SAFFIOTI, 1979, p. 213 – 216).

A Igreja Católica, em sua linha conservadora, procurava manter a estrutura familiar “patriarcal”, evidenciando as diferenças entre homens e mulheres, situando o elemento feminino em posição de inferioridade. A atuação do catolicismo no ensino ocorreu em razão do “liberalismo de que impregnava a legislação sobre o ensino na Primeira República” (SAFFIOTI, 1979, p. 214).

A remodelação do ensino secundário, em 1931, pelo Decreto nº 19890, alterou a estrutura do ensino para sete anos, agrupados em duas etapas: uma com cinco, a educação fundamental, e outra com dois anos, promovendo uma “adaptação à futura vida profissional”. Essa mudança tornou possível a instrução feminina, ampliando a “vida acadêmica da mulher”, sem, contudo, dissociar o pensamento “doméstico” de sua organicidade, evidenciando a divisão sexual do trabalho (SAFFIOTI, 1979, p.224).

As consequências da industrialização e da urbanização não só refletiam na vida econômica do País, trazendo novas oportunidades de trabalho, mas também afetaram o perfil sociocultural, fortalecendo o emergir de uma classe média que modificou o sistema de vida familiar (WEREBE, 1970, p.25).

Nagle (1976, p.163 – 174), ao analisar a sociedade e a educação na Primeira República, afirma que, juntamente com a Filosofia prescrita no ensino profissional, de “elevar o nível moral e intelectual das classes pobres e operárias”, existe também a de atrair a mulher para os afazeres domésticos, preparando-a como futura dona-de-casa, em proveito da vida de família.

Serrano (1954) constata em seus estudos sobre a educação feminina que bastava à mulher deter qualidades morais, honestidade e formação cristã e, desta forma, obter vaga para o ensino das primeiras letras às meninas, considerando que o mesmo ensino não incluía informações aritméticas superiores às quatro operações e que as professoras reproduziam na escola os conhecimentos adquiridos na vida prática.

Nesta perspectiva, percebe-se que a educação feminina no século XIX no Brasil sofreu algumas mudanças, no que diz respeito à mentalidade recebida pela herança portuguesa, com os mesmos preconceitos e limites impostos pela política do reino, na qual o acesso à instrução ainda era considerado necessário apenas para preparar até o casamento, devendo ser este a maior aspiração das mulheres.

É nesse contexto histórico que foi criada a escola normal no Brasil, na década de 30 a 40 do século XIX, em consequência do Ato Adicional de 1834. Os pretendentes a uma vaga na escola normal deveriam ser portadores de idoneidade moral como fator mais relevante do que sua formação intelectual. Isto se evidencia no Art. 4º da Lei da Criação da Escola Normal de Niterói, a primeira a iniciar suas atividades na década de 30, a qual determinava que: “[...] O homem para ser admitido à matrícula na Escola Normal requer-se: ser cidadão brasileiro, maior de 18 anos, com boa mozerização; e saber ler e escrever”(VILLELA, 2000, p. 106).

A Escola Normal no Brasil foi, a princípio, uma instituição de caráter precário, com limitações orçamentárias significativas que impediam seu bom funcionamento; além disso, abria ou fechava em função de decisões políticas nem sempre acertadas e foi criada para atender às necessidades de formação de professores para o ensino primário que tentava se expandir. Nela, era ministrado um tipo de ensino elementar, mais propriamente voltado para aquilo que se deveria ensinar no curso primário do que num aprofundamento de estudos e numa real formação profissional.

Esses estabelecimentos surgiram como uma alternativa possível para a instrução feminina, além de suprir a necessidade de mão de obra para um ensino que apresentava como meta se expandir e se estender à população, de acordo com os ideais liberais e democráticos que passavam a disseminar-se entre as mentes ilustradas do país com a proximidade da República.

Em Aracaju, a Escola Normal criada em 1870, durante um longo período, foi um espaço de formação feminina. Nesse sentido, Nunes (1984) ressaltou algumas das funções deste tipo de instituição, nas primeiras décadas do século XX: formação profissional, ampliação da instrução, elevação cultural da mulher brasileira, uma vez que “o magistério entendido como prolongamento das atividades maternas, passa a ser visto como uma ocupação essencialmente feminina, e, por conseguinte, a única profissão aceita plenamente para a mulher” (NUNES, 1984, p. 21 – 22).

A Professora Doutora Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas⁵ e A historiadora Maria Thetis Nunes⁶, ressaltam que em 1916, a Escola ampliou ainda mais sua oferta de ensino, com o Curso Complementar, que tinha a duração de um ano letivo e funcionava como intermediário para o acesso ao curso normal. Até 1925, o certificado de aprovação, neste curso, permitia acesso ao curso de formação de professores sem a necessidade de realizar exame de admissão. Em 1922, este curso foi estendido para dois anos, sendo que no primeiro ano manteve-se o caráter preparatório para o curso normal e o segundo deu ênfase à formação específica para as jovens que não desejassem se encaminhar para o magistério, fundamentado em disciplinas como: Economia Doméstica, Educação Moral e Cívica, Higiene Geral, Higiene Infantil, Arte Culinária e Música. Percebemos, pelo programa do curso, a preocupação em formar para as atividades relacionadas ao espaço doméstico e à maternidade.

Nesse contexto, podemos afirmar que as escolas normais deram novas possibilidades às mulheres solteiras, como forma de trabalhar por questão de sobrevivência para aquelas que não casassem e assim não se tornariam um “peso” para a sociedade. Além disso, o exercício do magistério era visto como prolongamento das funções maternas e por isso aceitável como

⁵ Professora pesquisadora do Departamento de História da UFS. Pesquisadora da Educação Feminina em Sergipe. Realizou estudos sobre a Escola Normal, retratando o caminho das normalistas em Sergipe.

⁶ Professora e Historiadora consagrada, com inúmeros estudos sobre a História de Sergipe, desde os primórdios da Colônia até o final da chamada República Velha, em 1930.

profissão às mulheres que passaram a ser vistas como necessárias, pois as classes deveriam ser da responsabilidade de senhoras “honestas”. Neste sentido, o sexo feminino passou a ser essencial na esfera pública e algumas ações que lhe eram pertinentes no espaço privado ampliaram-se ao público pela sua ação educativa junto às crianças.

As escolas femininas tinham a preocupação de desenvolver determinadas habilidades manuais com o objetivo de facilitar a entrada das meninas das classes populares no mercado de trabalho, a partir da aquisição de determinadas habilidades manuais coerentes com o que se concebia como “atividades relacionadas à natureza da mulher”. Essas habilidades deveriam estar vinculadas ao serviço doméstico, na qualidade de esposa ou mãe, de criada, ocupada em atender seus patrões, ou ainda, como operária da indústria têxtil, reproduzindo, na fábrica, os costumes recebidos no lar.

Para as moças de alto poder aquisitivo, a frequência às escolas normais “[...] continuava atrelada aos princípios veiculados de ela ser necessária não para seu aperfeiçoamento ou satisfação, mas para ser esposa agradável e mãe dedicada [...]” (ALMEIDA, 1998, p. 62). Notamos aqui, muito presente as ideias dos filósofos do século XVIII, representadas pela mentalidade de que as mulheres deveriam ser educadas para instruir homens, como também servir a eles e à família.

Entretanto, é preciso reconhecer que a entrada feminina nas escolas normais imprimiu fortes possibilidades de acesso à instrução pública, favorecendo a abertura de um espaço profissional às mulheres, o qual foi conquistado pela recusa delas à desigualdade, à passividade e à inoperância a que estavam submetidas até então.

Assim, esse pensamento de abertura de espaço para a mulher no mundo foi contrariado por outras correntes de pensamento, cujos teóricos defendiam que ela deveria permanecer em seu espaço “naturalmente” doméstico sem participar das transformações operadas na sociedade.

A utilização do trabalho feminino no campo da educação ganhava força em toda parte, no final do século XIX, tendo em vista a necessidade de conciliar o recrutamento de um grande número de profissionais para atender a difusão da educação popular, mantendo-se salários pouco atrativos para os homens. Em compensação, viria a se constituir num dos primeiros campos profissionais “respeitáveis” para os padrões da época, abertos à atividade feminina (SOUZA, 1998, p.62).

Nos dois decênios que antecederam a proclamação da República era intensa a agitação de ideias, diretamente inspiradas no liberalismo e cientificismo estrangeiros que, desta ou daquela maneira, equacionavam as mudanças exigidas pela estrutura social brasileira. Dentro

daquele quadro, os papéis sociais da mulher e suas necessidades de instrução eram percebidos em consonância com as reformas sociais e políticas que cada uma das correntes de pensamento pretendia realizar.

Neste contexto histórico, a Igreja Católica representou o pensamento conservador, desdobrando seus esforços por manter a ordem na qual seus interesses haviam sido investidos. Numa tentativa de preservar a estrutura patriarcal da família, os católicos alegavam diferenças básicas entre o homem e a mulher, uma correspondente desigualdade no plano das capacidades civis e políticas.

Nos primeiros anos republicanos cresceram as escolas normais e o ensino primário por conta de melhores condições socioeconômicas que possibilitavam maior desenvolvimento educacional; as transformações das classes iniciadas no Império se completaram e as camadas médias forneceriam o contingente que se dedicaria ao magistério, entre outras profissões. Esse contingente também marcaria presença nos movimentos político-sociais que intentavam estabelecer mudanças na sociedade, entre elas, a crença no poder transformador da educação.

As mulheres passaram a se fazer cada vez mais presentes na instituição normalista e a procuravam para obter conhecimentos, preparo para a vida no lar e também para ter uma profissão que lhes permitisse sobreviver com seu próprio rendimento. Os homens que procuravam a escola, uma vez ingressos no magistério, aspiravam a cargos de chefia e direção, diferentemente das mulheres, que permaneciam nas salas de aula.

A solução encontrava-se na educação feminina, capaz de permitir uma recuperação do atraso a que esteve sujeita a evolução do cérebro da mulher. E só então a família poderia estabelecer-se como “um contrato sexual e social” que é no momento em que deixava de ser considerada como uma “instituição sagrada”. A instrução feminina ganha então a dimensão de agente propulsor da superação de uma forma de organização familiar “moral”, baseada na ignorância e na escravidão da mulher (CASTRO, 1893, p.320). A educação feminina é, pois, pensada, de um lado, como necessidade para se estabelecer a justiça social e, de outro, como o setor-chave de uma política de reformas sociais visando atingir um estágio superior de organização social.

Na Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei nº 4244, de 9 de abril de 1942), o art. 25 consta para o ensino feminino as prescrições especiais:

3. Incluir-se-á na terceira e na quarta série do curso ginásial, e em todas as séries do curso clássico e científico, a disciplina de economia doméstica.

4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar (Título III – “Do ensino secundário feminino” – Art. 25).

O trabalho, desenvolvido por Saffioti (1979, p.226), caracteriza essa reforma, denominada Reforma Gustavo Capanema, como “retrocesso” ao conceber “ensino secundário feminino”, acentuando a discriminação das mulheres, por intermédio de “classes exclusivamente femininas”, dada a sua natureza e “missão no lar”. Neste contexto, cabe ressaltar que o poder político, distribuído de maneira desigual na sociedade, reforça a posição “subalterna” da mulher, a qual vem sendo padronizada ao longo dos tempos nas escolas e instituições, de maneira respaldada em Lei.

Após recomendações direcionadas ao ensino feminino, o Decreto-lei nº 9613, de 20 de agosto de 1946, Lei Orgânica do Ensino Agrícola, em seu Capítulo III, Seção II, art.9º e 2º, efetiva as novas perspectivas para a mulher, prevendo o ensino de Economia Rural Doméstica, iniciado sob duas formas de modalidade: o Magistério, com dois anos de duração, e a Extensão, com duração de um ano, subordinada à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

O período pós-republicano mostrava uma mudança gradativa na mentalidade feminina, apesar de ainda considerar o lar como o real espaço para a mulher e o casamento, sua garantia de felicidade. A intervenção feminina supunha-se capaz de uma ação moralizadora no seio da sociedade e serviria para manter a unidade da família e da pátria. A função materna não era somente biológica, mas social e patriótica, principalmente. Situava-se nessa identidade uma representação burguesa e educada que se havia radicado nas cidades, abandonando as distantes fazendas, sua antiga morada, e que agora transitava no espaço público e no mundo social e da política.

Nesse sistema ambivalente, a demanda pela educação escolarizada, o valor da escola como agente educativo e a proliferação das escolas normais no interior do Estado viabilizaram uma ampliação da educação que, ao atingir maiores parcelas da sociedade, também se firmou como instituição pública. Neste sentido, com o crescimento da procura pela escola, aumentou também seu valor, e a Escola Normal passou a receber grande número de alunas pertencentes aos segmentos médios, as quais encontravam no magistério uma possibilidade de ascensão social, e as jovens normalistas e futuras professoras principiaram a desfrutar de maior liberdade pessoal, advinda do exercício da profissão que, envolvida numa aura de respeitabilidade, permitia sua profissionalização sem maiores problemas, instalando-se, em pouco tempo e de forma definitiva, sua completa feminização.

A preocupação com a família e com a educação do indivíduo para uma vida melhor; a solução racional de seus problemas; o melhoramento das comunidades, além da consequente

elevação da sociedade, levou a mulher a buscar novos caminhos e um espaço na sociedade e no mercado de trabalho, desta forma surge a formação em Economia Doméstica. Em sentido amplo, as Ciências Domésticas abrangem o estudo das leis, princípios e idéias relacionadas às condições físicas do homem e de seu habitat. De outro lado, estuda também a natureza do homem como ser social em relação aos fatos ecológicos e estéticos

CAPÍTULO 1 A FORMAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA NA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO

Este capítulo pretende apresentar o Curso de Preparação em Economia Doméstica, no que se refere à criação, formação e papel do curso, apresentando suas características principais desenvolvidas na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão. Será destacado o Campo de Atuação e o Perfil Profissional do Técnico em Economia Doméstica.

1.1 A ORIGEM E FORMAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

1.1.1 A origem da Economia Doméstica

A Economia Doméstica pode ser entendida como uma Ciência e uma arte cujo domínio envolve o cuidado da casa e da família (MARTINS, 1993, p. 65). É ciência, porque supõe conhecimento de nutrição racional, higiene da família e da casa, noções de administração e finanças do lar. Utiliza-se de muitos princípios básicos da Economia Geral, tais como: a divisão do trabalho e do consumo coletivo. Como arte, inclui idéias artísticas, estéticas, como o gosto no decorar, aparelhar a casa e apresentar de forma cuidadosa as mais simples tarefas da vida cotidiana.

Historicamente, observamos que na Antiguidade, a família se encarregava da confeccionar a própria roupa, sendo que as atividades de fiar, tecer e tingir tecidos constituíam as funções mais importantes dentro de uma casa; já na Idade Média, o artesanato imperava e as pessoas produziam para o seu próprio consumo.

Com o desenvolvimento do comércio e da indústria, a maior parte daquelas atividades tipicamente caseiras passou a ser realizada pelas fábricas, como, por exemplo: a conservação de frutas e verduras, a confecção de roupas, a fabricação do pão, do sabão e de muitos outros produtos. Os serviços oferecidos em hotéis, restaurantes, salões de beleza, lavanderias, entre outros, contribuem para simplificar o trabalho de casa. O progresso da indústria de artefatos domésticos, da alimentação e vestuário impôs uma revisão de valores e contribuíram para o desenvolvimento das Ciências Domésticas.

A preocupação com a família e com a educação do indivíduo para uma vida melhor; a solução racional de seus problemas; o melhoramento das comunidades, além da consequente elevação da sociedade constituem objetivos da Economia Doméstica. Em sentido amplo, as Ciências Domésticas abrangem o estudo das leis, princípios e idéias relacionadas às condições

físicas do homem e de seu habitat. De outro lado, estuda também a natureza do homem como ser social em relação aos fatos ecológicos e estéticos.

Formalmente, a Economia Doméstica passou a existir em 1909, resultante de mudanças sociais que ocorreram com o advento da revolução industrial. Era um campo de conhecimento referente às funções da família, buscando eficácia científica nas tarefas cotidianas da casa em razão da melhoria da qualidade de vida dos grupos familiares.

Para a noção da importância atribuída à educação doméstica e às noções de higiene, é fundamental nos remeter à “formação da moça”. Há longo tempo, o curso Normal tinha a função de ser um “colégio para moças”. Para lá, iam as estudantes no momento em que terminavam o ginásio, para aumentar o conhecimento e a instrução delas, a fim de buscar a realização de melhorar a tarefa de mães de família. Em 1930, o curso Normal representou a solução ideal para a escolarização da mulher brasileira e, no início de 1940, passou a apresentar características de um ensino destinado às mulheres (CAMPOS, 1987, p. 21).

Dessa forma, percebemos que a Economia Doméstica surgiu no panorama de ensino como “trabalhos manuais” Posta no currículo secundário pela Reforma Capanema, até então vista como um Curso de Economia Doméstica, fazia parte do ensino técnico-profissional, regulamentado pelo Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio em dezembro de 1909 (CAMARGO, 2000, p. 124).

A Superintendência da Educação Profissional e Doméstica, criada pelo Decreto nº 1604, de 13 de agosto de 1934, subordinada à Secretaria da Educação e Saúde Pública, com sede no Instituto Profissional Feminino da Capital de São Paulo, possuía um número relativamente alto de matrículas de alunas distribuído por várias seções; porém, as matrículas de Economia Doméstica começaram a funcionar somente em 1912 sendo, posteriormente, esquecidas. Reapareceram, em 1919, graças à reforma geral dos cursos profissionalizantes em São Paulo (CAMARGO, 2000, p. 124).

A partir desse momento, uma série de entraves dificultou a consolidação de uma boa imagem do Curso de Economia Doméstica, que somente conseguiu quando decretos do governo estadual paulista aplicaram mudanças, em 1930, na legislação do ramo de ensino profissional. O grande salto para valorizar a Educação Doméstica ocorreu a partir do que consagrara o Código de Educação em 1933, que levou o curso a se estender às escolas profissionais secundárias femininas com o intuito da formação das “futuras donas-de-casa” (CAMARGO, 2000, p. 125).

O Plano Nacional de Educação de 1934, do Ministério da Educação e Saúde, em 1934, previa a existência de um ensino doméstico reservado para meninas entre 12 e 18 anos. Tratava-se de um ensino feminino, contendo, em um dos ciclos, o preparo das mulheres para a vida no lar e, em outro, a formação de professores pela Escola Normal Doméstica (SCHWATZMAN, 1984, p.110).

No tempo de Capanema, a partir da promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário⁷, em 1942, foi incluído o ensino de Economia Doméstica em todas as séries dos cursos ginásial, clássico e científico. Os objetivos da Economia Doméstica estavam voltados para a educação feminina, sobre a qual Capanema teria definido “o que viria a ser estatuído para o ensino secundário: a necessidade de uma educação especial para a mulher com o fito de prepará-la para a vida doméstica e para a conservação da família. Este seria, inevitavelmente, o tipo de serviço que a mulher deveria prestar à sociedade brasileira” (VILHENA, 1988, p. 214).

Dessa forma, tornaria imprescindível à mulher moderna preparar-se devidamente para enfrentar, com êxito, as exigências da vida contemporânea e preservar, ao mesmo tempo, com zelo, amor e inteligência, o seu lar – patrimônio que a sociedade lhe confiava. Não podia abdicar, igualmente, por interesses secundários, da missão de esposa e de mãe. Economia Doméstica⁸, arte e ciência da vida do lar, foi uma das respostas a esta situação. Compreende o estudo das ciências domésticas, isto é, um conjunto de disciplinas tendentes à formação precípua da mulher para o lar.

Como matéria isolada, abrangendo o conhecimento da arte culinária, bordados, noções sumárias de puericultura e higiene, constituiu sempre preocupação dos educadores de todas as épocas, figurando paralelamente aos trabalhos manuais. À moça “prendada” do século passado, a melhor recomendação possível ao matrimônio era aquela que, ao lado da formação cultural, recebia preparação para as lides domésticas. Escolas femininas particulares de tradição no País, gozando de alto conceito nas classes mais elevadas, propiciavam esses conhecimentos.

Observamos a decisiva influência européia ou norte-americana na denominação dos diferentes cursos e escolas organizados para a preparação da mulher como “gerente do lar”.

7. Decreto-lei n.4.244 de 9 de abril de 1942. Lei Orgânica do Ensino Secundário. Título III, Do ensino secundário feminino, Art. 25- “Prescrições especiais

8. O vocábulo *economia* tem origem em duas palavras gregas: *oikos* – casa, lar e *nomos* – regra, medida. Assim, a palavra *oi* “*konomia*” ou economia traz implícita o sentido de governo do lar, administração da casa. Entretanto, com o decorrer dos anos, e sob a influência de diferentes fatores, perdeu o sentido original. Como palavra designativa de várias disciplinas, é seguida do adjetivo que as caracterizam: economia política, economia social, economia rural, economia doméstica (SERRANO, 1954, p.10)

Cursos ou escolas de educadoras do lar, educadoras familiares, foram inspirados na designação francesa – *l'enseignement ménager* – e cursos ou escolas de economia doméstica provieram diretamente do inglês – *home economics*(SERRANO, 1954, p.10)

Nos Estados Unidos, o movimento inicial ocorreu em fins do século XVIII, quando foi prevista a importância dos estudos científicos aplicados à vida da família. Os primeiros livros sobre a matéria apareceram em 1841, escritos por Catherine Beecher, fundadora da primeira Escola de Economia Doméstica para moças. Os seus livros, embora profundos, reflexivos, eram práticos e apresentavam a administração do lar como um apelo honesto e digno à melhor contribuição da mulher à família e à sociedade (DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.436).

O profissional norte-americano na área de Economia Doméstica é bastante respeitado e, por isso, as escolas deste campo de saber atraem grande número de pessoas. Os cursos existem há quase um século, possibilitando e incentivando as pesquisas que se baseiam em princípios científicos, humanísticos e artísticos. Os currículos são preparados para propiciar aos alunos uma vida compatível com a evolução do mundo, oferecendo-lhes também uma profissão muito humana, pois visa ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades. As escolas ministram o curso com um currículo amplo e diversificado, incluindo ciências naturais e sociais, humanidades e artes, como matérias obrigatórias nos dois primeiros anos. Uma de suas maiores preocupações é a aptidão individual que permite, nos dois últimos anos do curso, ao aluno optar por áreas de seu maior interesse. (DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.436).

Outros países também consideram importante a Economia Doméstica, possibilitando a ela, além de valor prático, o caráter científico peculiar às áreas de estudo que merecem atividades de pesquisa. Existem Escolas de Economia Doméstica em Portugal, na Índia, Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda. Como ciência, para atender ao homem e ao meio, a Economia Doméstica se alastrou por grande parte do mundo, tornando-se conhecida na sua propagação do aperfeiçoamento humano e atualização da família para uma vida mais condigna com a sua natureza e seus recursos.

No Brasil, o interesse oficial por esse importante aspecto da educação feminina teve suas primeiras manifestações concretas com a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-lei nº 4073, de janeiro de 1942) e com a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-lei nº 4244, de 9 de abril de 1942).

Como podemos perceber, a história da Economia Doméstica no Brasil é recente. Começou em 1948, na antiga Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), em

Viçosa, atualmente Universidade Federal de Viçosa, com a criação do serviço de extensão rural. Em 1952, foi criada a Escola Superior de Ciências Domésticas (ESCD). A implantação da ESCD e dos cursos tornou-se possível a partir do acordo feito com a Universidade de Purdue, dos Estados Unidos. (DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.437).

As primeiras escolas de Economia Doméstica, em nível superior, surgiram no Brasil ligadas às Escolas de Agronomia. Com a finalidade de preparar profissionais para trabalhar pelo desenvolvimento das famílias rurais, foi criada em Minas Gerais a primeira Escola Superior de Ciências Domésticas. Surgia integrada à Escola de Agronomia e Veterinária de Viçosa, iniciando o funcionamento, em caráter experimental, a partir de 1952. (DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.437).

Em 1961, foi criado o Curso Superior de Ciências Domésticas na Escola de Agronomia Eliseu Maciel, da Universidade do Rio Grande do Sul, em Pelotas. A escola começou a funcionar nos mesmos moldes da escola de Viçosa; entretanto, inserida numa região com outras características e outras condições peculiares ao sul do País, cujas oportunidades que esta escola pôde oferecer aos alunos foram visíveis: muitos já concluíram o Mestrado e outros já ingressaram em cursos de pós-graduação nos Estados Unidos. (DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.437).

No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, o curso em Economia Doméstica funciona desde 1966, na Universidade Federal Rural; já em São Paulo, a primeira Escola de Ciências Domésticas, em nível superior, foi o instituto Santa Tereza, de origem salesiana, em Lorena, criado em 1962. A outra Escola paulista funciona em Piracicaba – criada em 1967, junto à escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. (DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.437).

Notamos, sobremaneira, que o interesse por Ciências Domésticas no Brasil ainda é bastante limitado, uma vez que o valor do curso ainda não foi conscientizado e consequentemente sua utilidade prática é pouco conhecida. Entretanto, houve certa movimentação no sentido de propagá-lo e melhor reconhecer o valor do profissional Economista Doméstico.

Neste sentido, foi fundada, em 1967, a Associação de Economia Doméstica de São Paulo cuja principal finalidade foi a de congregar profissionais, promovendo estudos e pesquisas para o progresso da Economia Doméstica, a qual, historicamente, tem sido vista como uma profissão com fenômenos de interesse originados por problemas expostos tanto pelas ciências naturais, quanto sociais. (DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.437).

Profissionalmente, recebem conhecimentos das disciplinas: Química, Sociologia, Arte, Biologia, Filosofia, Antropologia, Física e Economia. Tais informações são adotadas para resolver problemas práticos contínuos enfrentados por indivíduos e famílias.

Por outro lado, cabe ao Economista Doméstico, não apenas informar sobre aspectos relativos à natureza técnica e científica dos princípios de alimentação, higiene e saúde, vestuário e habitação, mas também despertar a consciência crítica dessas famílias sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais embutidos na forma como esses conteúdos são tratados no contexto da sociedade moderna globalizada.

Caracterizada como uma profissão eminentemente feminina, a Economia Doméstica é entendida como uma atividade distanciada dos saberes científicos, ou seja, voltada para o fazer em detrimento do pensar; para a prática e não para a teoria. Culturalmente, é uma profissão feminina, afeita à natureza da mulher e, por isso mesmo, inferiorizada no campo da razão e da ciência – este um campo eminentemente masculino e, por isso mesmo, detentor de poder e supremacia.

Objetivando preparar profissionais para gerar, reproduzir e difundir tecnologias tidas como apropriadas ao meio rural, a Economia Doméstica se situa entre o limiar da ciência e do senso comum, com atividades voltadas a um campo da esfera das necessidades, do mundo da reprodução.

Fora do alcance do saber científico androcêntrico, a Economia Doméstica é vista sem uma solidez teórica que a identifique como um campo de saber com identidade própria. Por conseguinte, considerar natural o saber doméstico como próprio à mulher dentro da própria categoria profissional, tem sido o nosso primeiro grande equívoco. Na verdade, a mulher foi culturalmente formada para ter este tipo de saber. Além disso, os profissionais dessa área, não só transmitem técnicas domésticas, mas também pesquisas e estudos sobre a família e o saber científico necessários ao espaço da reprodução.

Com o passar do tempo, a Economia Doméstica foi gerando saberes novos, tais como: a descoberta de que as relações de consumo da família são parte de um todo inscrito na economia de mercado, ou que determinados nutrientes atendem aos padrões alimentares básicos da família, ou que os hábitos alimentares culturais devem ser considerados na elaboração de cardápios, ou que o desenvolvimento e a educação das crianças demandam políticas públicas específicas.

Ao fazer um balanço deste campo de conhecimento e da profissão, objetivando uma análise da perspectiva de futuro no próximo século, encontramos revelações de algumas contradições fundamentais, pois o século XX foi destinado às mulheres pela grande

visibilidade social e política que elas conquistaram. Mas, apesar de a Economia Doméstica estar fortemente vinculada à condição feminina, a inserção da categoria profissional e da entidade de classe nas discussões sobre a questão da mulher foram extremamente tímidas – talvez isto tenha ocorrido em razão do fato de tal sexo estar enquadrado, como muitas outras áreas de estudo, ao modelo positivista funcionalista, vivenciando mais intensamente os valores androcêntricos presentes com tanta força na sociedade.

Tal fato seja, provavelmente, consequência ou causa do saber fragmentado presente nos currículos dos cursos de formação superior que não incluíam, explicitamente, conteúdos que tratavam de estudos da família. As orientações para aproveitamento de bens e produtos, cuidados com a saúde e a higiene, ensinamentos sobre nutrição, planejamento de cardápios e preparação de alimentos, sobre educação das crianças, a organização do espaço e a administração do lar, além de outros, deveriam ser desdobramentos do eixo norteador Familiar.

No entanto, ao contrário, eram conteúdos estanques na formação profissional, que se apresentava numa perspectiva positivista funcionalista em que família e a mulher eram tidas como categorias estáticas padronizadas dentro de um modelo “*parsonian*” – sem questionar nem criticar a diversidade de famílias existentes, como também as circunstâncias sociais e políticas da opressão vivenciadas pelas mulheres no seu cotidiano familiar.

Os profissionais de Economia Doméstica, por terem a missão de lidar com a família e demais instituições que trabalham como extensionista e produtor autônomo, precisavam estar atentos a uma série de valores que permeavam certas representações sociais, a fim de não atuarem com base no senso comum.

Sendo assim, percebemos que a Economia Doméstica é uma profissão explicitamente relacionada ao feminino, que reúne uma série de conhecimentos do mundo da reprodução e os transfere sob a forma de atividade profissional para o mundo da produção.

Notamos ainda que ela tem sido a prática que permeia a própria ruptura da separação dos espaços público e privado; a relação entre os espaços da reprodução e produção, ou seja, recinto da esfera das necessidades e da esfera social, que está associado ao biológico ou à política, em perfeita interação, posto que a esfera da produção só existe porque, na esfera da reprodução, a força de trabalho é alimentada e socializada. Em relação a estes referenciais de espaço e corpo social associado às características biológicas, são necessárias certas desconstruções também na área de Economia Doméstica.

A Economia Doméstica, vista sob o prisma das relações de gênero, portanto, desmistifica esta hierarquização e dá um novo significado ao estigma socialmente imposto.

Dominando o saber científico, podemos desmistificar os estereótipos, questionando tratamentos diferenciados que hierarquizam homens e mulheres, sendo preciso desconstruir a dominação do sexo masculino sobre o feminino no campo político que pretende manter as desigualdades entre homens e mulheres. No espaço da casa, há uma somatização da dominação masculina que precisa, urgentemente, ser revista.

1.1.2 A formação em Economia Doméstica

Para falar da formação profissional do Economista Doméstico, é preciso fazer referência à sua atuação. Sentimos, porém, que é necessário, primeiramente, fazer algumas considerações gerais a respeito da própria evolução histórica da Economia Doméstica e suas concepções.

Na verdade, a história da Economia Doméstica confunde-se com a própria história da humanidade na sua luta pela sobrevivência. Se em tempos pré-históricos, na sua luta diária para a melhoria da qualidade de vida, o homem tinha que resolver problemas relativos à alimentação, habitação, vestuário e saúde, ainda hoje esta luta continua, pois dela depende a sobrevivência da espécie. Sendo assim, acreditamos que o homem vem fazendo economia doméstica ao longo dos anos e nem percebe esse fato.

A formalização da Economia Doméstica no âmbito familiar ocorreu com a organização política da sociedade e a conseqüente divisão dos papéis entre os gêneros. Dotada do potencial natural de gerar a espécie, couberam à mulher, pelo menos nas sociedades que evoluíram segundo orientação religiosa centrada numa figura divina, diversos papéis considerados eminentes da economia doméstica: “As funções da mulher estavam, portanto, estigmatizadas e pareciam mesmo imutáveis” (AMARAL, 1990, p. 51).

O processo evolutivo da sociedade, com conseqüentes transformações no modo de produção, exigindo o engajamento da mulher na força de trabalho extradomicílio, foi decisivo para que ocorressem mudanças substanciais nas relações familiares. Portanto, a participação feminina na força do trabalho dita economicamente ativa da sociedade possibilitou alterações significativas nos valores sociais.

Tais mudanças, sem sombra de dúvida, refletiram-se e foram influenciadas pela participação da mulher nas decisões políticas e econômicas e, conseqüentemente, pela nova maneira de se conceber funções na estrutura familiar. As relações de dominação-submissão na família estavam sendo contestadas e começavam a surgir novas formas de relacionamento entre os membros da família

Nesse contexto, as atividades da Economia Doméstica não mais estariam restritas à mulher e nem só à família. Outras instituições, além de empresas e indústrias, passariam a assumir atividades desenvolvidas pela família e que se caracterizavam, conforme Amaral (1990, p. 51) como trabalho doméstico. Este compreende todas as atividades que envolvem a administração e o consumo dos bens para o conforto da família, a compra, o preparo e armazenagem de alimentos, a confecção e os cuidados como o vestuário, o planejamento, a aquisição e a conservação do espaço, a educação, o cuidado – particularmente dos menores e dos idosos –, a manutenção da saúde e higiene do ambiente.

Todas essas atividades desenvolvidas de forma rotineira a nível doméstico, ou não, exigiram estudos teóricos da área de Economia Doméstica no sentido de desenvolver e aperfeiçoar sua prática.

O processo evolutivo da sociedade vem colocando ano a ano a família com menos tempo do dia na sua unidade domiciliar. Com isto, a família tem utilizado as mais diversas alternativas para solucionar, internamente, a questão do trabalho doméstico. No entanto, nem sempre a divisão equitativa dos afazeres entre os membros resolve os problemas concernentes ao trabalho doméstico e à administração familiar.

Os avanços tecnológicos de equipamentos, utensílios e mobiliário doméstico aliviaram esforços, equacionaram o uso do tempo e simplificaram as tarefas rotineiras exercidas no lar. A mulher, assumindo a dupla jornada de trabalho, porém, não teria amenizada a fadiga, enquanto a família, ou outras instituições, empresas e até mesmo indústrias não passassem a assumir e a compartilhar todas as responsabilidades na administração familiar ou de serviços que suavizassem o trabalho doméstico.

O processo de formação da sociedade e a complexidade de sua estrutura econômica foram decisivos para o surgimento de locais, tais como: creches, lavanderias, restaurantes, locadora de mão de obra, além de outras que substituiriam o trabalho doméstico.

Por outro lado, indústrias de roupas, de equipamentos, de utensílios, de calçados e de alimentos foram conseqüências da evolução econômica da sociedade que alteraram a forma de produção de bens e os produtos de consumo da família. A Economia Doméstica passou então do domínio privado, e deste, à comunidade, sendo assim a ser exercida em instituições, empresas e indústrias que socializaram o trabalho doméstico e, assim, a sociedade pôde solucionar os problemas advindos com a alteração dos padrões de vida familiar.

A educação e o cuidado com crianças e idosos, o serviço de preparação de alimentos e o serviço de produção de equipamentos, de utensílios e mobiliários de uso doméstico são tipos

de atividades não mais restritas ao meio familiar. São trabalhos inegavelmente executados também em instituições, empresas e indústrias.

Além de atuar em locais que desenvolvem esses tipos de serviços para a família e a comunidade, o economista doméstico pode também orientar para a aquisição, o consumo e o uso racional de bens, produtos e serviços.

Segundo Amaral (2002, p.56),

O economista doméstico tem condições de realizar esse tipo de orientação, uma vez que, em sua formação, o estudante aprende a identificar causas e conseqüências de escassez de recursos. Como profissional ele está apto a prevenir e orientar a população para melhor escolher, adquirir e consumir bens e serviços, isto é, educar o consumidor.

Como as demais profissões, a Economia Doméstica sofreu a interferência dos valores sociais vigentes, orientados por determinada linha filosófica e política. Dessa forma, o economista doméstico absorveu e teve posturas profissionais que orientavam o desempenho de atividades do ponto de vista assistencialista e tecnicista.

A atuação do economista doméstico, porém, tornou-se mais crítica, à medida que seu objeto de estudo e trabalho se definiram. A sua prática profissional assumiu uma atitude dialética mais envolvida com o processo histórico e dimensionada no contexto político social.

A formação do economista doméstico possibilita, sobretudo, uma atuação engajada na sociedade, nas áreas que dizem respeito ao atendimento às necessidades de melhoria de qualidade de vida da população de forma direta, isto é, atuando junto à comunidade em serviços de desenvolvimento comunitário, ou de forma indireta, atuando em empresas e em indústrias que objetivavam a satisfação das necessidades do homem no tocante à alimentação, vestuário, saúde e habitação.

1.2 O CURSO DE PREPARAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA: CRIAÇÃO, FORMAÇÃO E PAPEL DO CURSO

Desde 1946, o Ministério da Agricultura estimulava a inclusão da educação feminina em seu programa de trabalhos. Esse incentivo à educação da mulher através do ensino agrícola foi intensificado na década de 1950.

Em 1952, na EAFSC foi criado o Curso de Preparação em Economia Doméstica, por inspiração de Nelson Maciel Melo, um dos principais assessores do Ministério da Agricultura. Contudo, desde 1910, com a primeira regulamentação do Ensino Agrícola pelo Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio, foi prevista a criação das escolas domésticas

de agricultura, “visando a preparar as filhas dos trabalhadores agrícolas para os misteres da vida rural” e ministrando “uma educação apropriada ao sexo feminino” (CLEOPHAS, 1952, p. 65).

O Curso de Preparação em Economia Doméstica, criado em 1952, era oferecido na Escola Agrícola Benjamin Constant e em duas unidades implantadas fora da sede do estabelecimento de ensino: uma, no município de Maruim e outra, na capital do Estado de Sergipe, Aracaju.

Era um curso informal, considerado pelo Ministério da Agricultura como atividade de extensão. Era uma espécie de contribuição do ensino agrícola para as populações femininas mais pobres. A clientela desse ensino era quase toda formada por mulheres pobres que aprendiam noções de higiene, floricultura, culinária e vestuário. No final de cada ano letivo, elas expunham os trabalhos produzidos no período.

O curso era marcado pelo caráter assistencialista. A sua prática profissional tinha como fundamento a teoria da “Cultura da Pobreza” (LEWIS, 1961). Essa cultura “representa uma situação de vida que seria caracterizada pela precariedade sociocultural de certos segmentos da população de baixa renda” (KOWARICK, 1977, p. 34). Dentro desta perspectiva, o papel desempenhado pelo Curso de Preparação em Economia Doméstica Rural direcionava-se “no sentido de aliviar as misérias, as dificuldades de ordem econômica e/ou psicológica, através de ações que redundem na reintegração desses indivíduos ao sistema produtivo” (TAMBARA, 1983, p. 78).

Em Maruim, a unidade de Economia Doméstica era dirigida por Josilda Dantas. Além desta unidade, foi implantada outra em Aracaju⁹, do mesmo modo que em outros estados existiam outras ligadas à rede de escolas agrícolas mantidas pelo Ministério da Agricultura.

O curso foi criado com a “intenção de dar melhores condições para aqueles que viviam no campo. O homem produzindo e a mulher elaborando as atividades domésticas”

9. Apesar de alguns poucos registros, nos arquivos da própria Escola Agrotécnica Federal de Sergipe, que dão conta de haver a Unidade funcionando durante vários anos, não permitem uma reconstituição da sua trajetória e das práticas ali implantadas. A unidade de Aracaju funcionava no bairro Santo Antônio, nas proximidades do Hospital Sanatório.

(TAMBARA, 1983, p. 85). O curso preparava mão de obra para o exercício de funções como as de babá e empregada doméstica, ao mesmo tempo em que alfabetizava as alunas.

A partir de 1973, depois que foram encerradas, em Aracaju, as atividades do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, algumas freiras da Ordem das Irmãs Sacramentinas passaram a

trabalhar em Marumim, na Unidade de Economia Doméstica do Colégio Agrícola Benjamin Constant.

A iniciativa de implantar os cursos de Preparação em Economia Doméstica pelo Ministério da Agricultura, em 1952, estava inspirada no entusiasmo daquele órgão governamental com o êxito da experiência da Escola Doméstica de Natal, que funcionava desde o início do século XIX e que passou a interessar ao governo federal a partir de 1923.

Em 1946, a Lei Orgânica do Ensino Agrícola buscou incentivar a frequência feminina aos cursos agrícolas lembrando que:

O direito de ingresso nas escolas desse tipo era igual a homens e mulheres. Ressaltava, no entanto que, quando tais cursos se endereçassem às mulheres, deveriam ser de frequência exclusivamente feminina. É que se pretendia com isso um duplo objetivo: não exigir das mulheres trabalhos inadequados, sob o ponto de vista da saúde, e, na execução dos programas, ter-se sempre em mira a natureza da personalidade feminina e o papel da mulher no lar (ROSA, 1980, p. 129).

De acordo com a citação, foi concedido o direito ingressar nas escolas as mulheres, porém para os estabelecimentos que possuísem os cursos determinados, deveriam ter frequência somente feminina, não era permitido esses cursos para os homens, pois a execução do curso tinha o foco na formação da personalidade feminina e no papel desenvolvido pela mulher no lar, em casa.

Em 1964, o Ministério da Agricultura determinou a extinção dessas unidades e a transferência do ensino de Economia Doméstica para a sede da escola, a fim de ajustar o seu funcionamento às diretrizes da lei nº 4024/62. O novo padrão do curso foi então pensado como uma possibilidade de formar equipes de extensão rural. Tais grupos contariam com Engenheiros Agrônomos, Técnicos Agrícolas e Técnicas em Economia Doméstica, todos atuando de modo integrado.

1.3. O CURSO TÉCNICO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

O Curso Técnico em Economia Doméstica teve sua organização iniciada em 1957 no momento em que a Escola Agrícola Benjamin Constant passou a oferecer cursos técnicos de nível médio. Em março do ano seguinte, a professora Leda Wanderley fez a entrega da escola

ao diretor. Na Exposição de motivos encaminhada ao superintendente do ensino agrícola e veterinário, Newton Beleza, foi notória a demonstração da viabilidade para implantar o referido Curso, o qual foi fundado em março de 1964 pelo Agrônomo, o Professor Tennyson Araújo Aragão, que, na época, exercia o cargo de diretor do “Colégio Agrícola Benjamin Constant”.

Ele transformou o Curso de Preparação em Economia Doméstica em Curso Técnico em Economia Doméstica. O Curso era dinâmico, atualizado, buscava objetivos operacionais que, ao serem postos em prática, corresponderem às perspectivas do alunado e, mais do que isto, às expectativas daqueles que procuravam o curso. Habilitava profissionalmente a aluna, consoante os critérios didático-pedagógicos mais modernos.

Quando inaugurado, o curso foi coordenado pela professora Walmy Laranjeiras, a única do grupo com formação específica em Economia Doméstica, responsável por toda a orientação técnica para o seu funcionamento. Na primeira turma, o curso técnico formou apenas três alunas. O processo de implantação foi progressivo – realizou-se um trabalho de sensibilização com as famílias e de convencimento das pessoas de que o curso era adequado e bom. Foi um processo muito difícil e uma das estratégias adotadas foi a organização de seminários de orientação vocacional para os alunos das turmas de oitava série de escolas públicas.

O Curso tinha a duração de três anos e possuía um currículo com disciplinas do Núcleo Comum e da Parte Diversificada. A presunção era a de que o Técnico em Economia Doméstica deveria ser formado com um currículo de disciplinas que possibilitasse o desenvolvimento das atividades profissionais através do conhecimento das ciências, da tecnologia e das artes, para a solução de problemas relacionados com todos os aspectos da vida, do ambiente e da família.

Durante o ano letivo, as alunas participavam de Palestras Educativas, Visitas Pedagógicas, Cursos Complementares, Seminários e da Semana Técnico Científica, apresentando pesquisas e exposições de produtos manufaturados em aulas práticas.

Dentro do aspecto filosófico-pedagógico, o curso era desenvolvido em uma Escola-laboratório onde o educando aprendia a fazer fazendo, participando de todas as atividades e etapas de trabalhos, desde o planejamento à execução. Tinha como objetivos preparar profissionais destinados a orientar a comunidade, de forma a superar suas necessidades através da valorização das potencialidades, contribuindo para a melhoria de vida, orientando a prestar assistência técnica em órgãos públicos e privados em atividades relacionadas às áreas da Saúde, Arte e Habitação, Vestuário, Alimentação e Extensão Rural, além de proporcionar

oportunidade de vivenciar experiências concretas, fundamentais para atuação do profissional autônomo.

O Curso Técnico em Economia Doméstica funcionava com cinco laboratórios devidamente equipados para atividades práticas, tais como: Alimentação e Nutrição, Arte e Habitação, Vestuário, Administração do Lar e Higiene e Enfermagem. Neles, as alunas executavam atividades teóricas e práticas, objetivando aprimoramento profissional.

Os laboratórios de Alimentação e Nutrição, Arte e Habitação e Vestuário funcionavam com Unidades Educativas de Produção (UEPs), recebendo recursos da Cooperativa da Escola para aulas administrativas, manutenção e execução dos projetos, cuja comercialização dos produtos manufaturados ficava sob a responsabilidade da cooperativa.

O mercado de trabalho para as Técnicas em Economia Doméstica era bastante abrangente, já que as mesmas podiam atuar em várias áreas, entre as quais: Instituições Públicas ou Privadas de Assistência no campo da Educação (escolas e creches); Saúde (hospitais, centro de saúde e campanha de educação sanitária); Alimentação e Nutrição (restaurantes, hospitais, hotéis, indústrias de alimentação e educação alimentar); Vestuário (atelier de alta costura, lavanderias, entre outros estabelecimentos); Arte e Habitação (feiras de artesanato e estabelecerem-se de forma autônoma); Cooperativas e Sindicatos Rurais e Órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural Estadual. Em Sergipe, o Hospital Santa Izabel contratou muitas profissionais formadas pela Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão.

As diplomadas também conseguiam ingressar como extensionista em órgãos públicos estaduais e federais responsáveis pela política agrícola em Sergipe. Outra alternativa era prosseguir os estudos e cursar licenciatura em Economia Doméstica para, posteriormente, tentar um vaga no quadro de docentes da própria Escola Agrotécnica.

Na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, o conjunto de disciplinas oferecidas no Curso Técnico em Economia Doméstica continuava considerando o pressuposto de que o lar era o reino da mulher e ela deveria ser formada para exercer tal papel: “Seja qual for a categoria social ou a situação financeira, o lar deverá representar sempre uma pausa nas lutas e dificuldades da vida. E quem comanda o espetáculo, quem cria a sua atmosfera é sempre a mulher, a esposa, a dona de casa” (SILVA, 2012).

Destarte, caberia à mulher a responsabilidade para oferecer, no lar, um ambiente tranquilo, o qual se estenderia para toda a família. Por esta razão, “a mulher não deveria assumir o papel de profissional geradora de renda, uma vez que o conforto material não pode depender dela” (ALMEIDA, 2007, p. 109).

O Curso Técnico em Economia Doméstica surgiu para atender à necessidade de “atenuar os problemas que envolvem as famílias modernas em suas múltiplas atividades e condições, para ajudá-las a acompanhar o desenvolvimento de todos os setores do conhecimento humano e tirar deles o melhor proveito” (CAVERO, 1987, p. 58).

O Técnico em Economia Doméstica desempenhava, geralmente, sob direção e supervisão de profissional de nível superior, tarefas de caráter técnico para planejar, orientar, supervisionar, executar e avaliar trabalhos de sua especialidade relativos à Administração do Lar e Habitação, Alimentação, Vestuário, Saúde e Educação (SERRANO, 1954, p. 14).

Colaborava no desenvolvimento de planos, programas, pesquisas e experimentação das atividades que visavam a melhorar ou modificar hábitos de caráter econômico, social, educativo e de saúde, da vida individual e familiar, no desenvolvimento de cooperativas, orientando quanto às aquisições que servissem às famílias, com planejamento de gastos e poupanças. Alusivo à Indústria e ao Comércio, suas atividades técnicas direcionavam-se à comercialização de produtos domésticos, utilizando os recursos da região. Era o Técnico que orientava, principalmente, nos meios rurais ou menos favorecidos, a organização racional do lar e trabalhava nos projetos de vida da comunidade (SERRANO, 1954, p. 15).

Na Educação, além do magistério, suas atividades desenvolveram-se junto às Instituições do SESI, centros de Economia Doméstica, cozinhas experimentais, cooperativas de trabalho, programas de extensão urbanas e rurais, comércio de utilidades domésticas, meios de comunicação e outros.

O Curso Técnico em Economia Doméstica de nível médio na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão oferecia, conforme a grade curricular, as duas áreas que, fundidas, formavam a trabalhadora cidadã, dando uma boa formação na educação feminina. De acordo com as Diretrizes da Educação Nacional, na educação geral eram ministradas aulas com a formação geral, humanística e científica; na formação especial, conteúdos especificamente profissionalizantes; 360 horas do exercício orientado da profissão, o estágio supervisionado e a monitoria (CAVERO, 1987, p.59).

Associando a formação geral e a especial, o curso preparava o estudante não apenas para ser um técnico especializado, mas também para se tornar atuante e participativo, comprometido com a transformação social. O curso habilitava o cidadão para atuar no mundo do trabalho e não apenas para o mercado de trabalho, contribuindo para a melhoria de vida da comunidade. Para estes fins, o curso deveria qualificar o profissional com visão crítica do universo em que iria atuar, que exercesse seu papel como agente de transformação e com condições de acompanhar as mudanças tecnológicas.

O currículo¹⁰ do Curso Técnico em Economia Doméstica era composto, em sua educação geral, pelas disciplinas de: Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Química, Biologia e Física; já as disciplinas que compunham a grade da educação especial eram as seguintes: Nutrição e Preparo de Alimentos, Desenho Aplicado, Vestuário, Artes Industriais, Práticas Agropecuárias, Confeção de Adornos e Utensílios Domésticos, Arte e Decoração, Enfermagem, Pequenas Atividades Agrícolas, Educação Artística, Administração do Lar, Puericultura, Noções de Extensão Rural, Arte de Habitação, Recursos Audiovisuais, Prática de Administração do Lar e Práticas Industriais Rurais Caseiras.

O Técnico em Economia Doméstica executava trabalhos relacionados à economia doméstica em instituições de assistência social, recreativas e esportivas, em cooperativas e na administração pública, com a finalidade de ((DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.438):

- Planejar, orientar, executar e avaliar esses trabalhos de acordo com os processos estabelecidos;
- Colaborar no desenvolvimento de programas que visassem melhorar e/ou modificar os padrões de vida do homem, tanto individualmente, como no meio familiar;
- Planejar atividades referentes à administração do lar, habitação, alimentação, vestuário, saúde e educação para o lar, traçando esquemas e diretrizes com base nas necessidades e possibilidades regionais, para incentivar pesquisas, experiências e aplicação de processos que reformulassem ou aperfeiçoassem hábitos de caráter econômico, social, educativo e de saúde da vida individual e familiar;
- Colaborar no desenvolvimento de cooperativas, orientando quanto às aquisições mais úteis e menos dispendiosas para possibilitar o combate ao monopólio e maior poder de aquisição pelos consumidores;

¹⁰ Quadro com a composição curricular no item 2.3.O Currículo Escolar, p.62

- Desenvolver projetos de produção e comercialização e utilização de produtos domésticos, baseando-se nos recursos da região, para elevar o padrão de vida da comunidade;

- Prestar assistência técnica na comercialização e utilização de produtos domésticos, orientando sua aquisição e venda e divulgando os processos adequados ao emprego das mesmas, para assegurar as vantagens desejadas na realização desses atos, procedendo ao planejamento e coordenação de programas de educação do consumidor, organizando e orientando campanhas, visitas domiciliares e outras atividades, para levar ao interessado o conhecimento de novos produtos e da melhor escolha e utilização dos já existentes;
- Colaborar no desenvolvimento de planos e programas, executando tarefas determinadas, orientando, supervisionando e avaliando outras, para assegurar o processamento das atividades pertinentes, segundo os parâmetros fixados e os resultados previstos.

Como podemos perceber, o Técnico em Economia Doméstica era um profissional de nível médio, preparado para atuar como mobilizador de comunidades. Como agente de transformação social, sua meta era trabalhar com a comunidade, principalmente com a população de baixa renda. Desempenhava seu papel, identificando e desenvolvendo as potencialidades naturais e humanas, racionalizando a utilização dos bens disponíveis.

Em síntese, o Técnico em Economia Doméstica era o profissional capaz de descobrir os problemas existentes e buscar as soluções cabíveis de dada comunidade, que estava apto a orientá-la para melhor se organizar e poder ter melhores condições de vida, estava habilitado para dar assistência aos carentes, dentre eles, os menores, estendendo a eles os conhecimentos adquiridos durante o curso, tinha capacidade para orientar as famílias para não apresentarem problemas com a saúde, podiam desenvolver, dentro de sua área de formação, o seu próprio trabalho e organizar, como lhes conviesse, a sua vida.

1.4 O CAMPO DE ATUAÇÃO E PERFIL PROFISSIONAL DO TÉCNICO EM ECONOMIA DOMÉSTICA

O Economista Doméstico, como já expresso anteriormente, não era um profissional voltado apenas para as atividades domésticas em casa; ele tinha funções no comércio, na indústria, em escolas, creches e até no setor de habitação familiar (MARTINS, 1993, p. 75).

A formação deste profissional estava direcionada ao cotidiano familiar, às necessidades de alimentação, habitação, higiene e saúde, consumo e vestuário (SERRANO, 1954, 65). Por esta razão, este profissional aprendia a administrar e organizar este cotidiano e a orientar as famílias no sentido de lhes propiciar melhores condições de vida.

Cabia ao Economista Doméstico informar sobre aspectos relativos à natureza técnica e científica dos princípios de alimentação, higiene e saúde, vestuário e habitação assim como despertar a consciência crítica dessas famílias sobre os aspectos políticos, econômicos e sociais embutidos na forma como esses conteúdos eram tratados socialmente.

O Economista Doméstico era o responsável por planejar e supervisionar programas sociais nas áreas da saúde, alimentação, vestuário, economia familiar e direitos do consumidor (MARTINS, 1993, p. 75).

Havia inclusive, uma grande procura por especialistas em Economia Doméstica com boa visão administrativa em empresas de médio e grande porte, pois o Técnico em Economia Doméstica exercia suas atividades em entidades ligadas à comunidade na área de administração do lar e habitação, alimentação, vestuário e saúde.

Na Administração do Lar e Habitação, seu trabalho envolvia orientação, no sentido de se racionalizar a limpeza de casa, hospital e restaurante; de se organizar um almoxarifado, cooperativas de trabalho, transportes, hotelaria, cozinhas experimentais, lavanderias, refeitórios coletivos, decoração e utilidades domésticas.

Na área da Alimentação, o profissional se dedicava a restaurantes, cozinhas experimentais, merenda escolar e serviços de “*buffet*”. Dentro do aspecto Vestuário, também o técnico podia colaborar na indústria da moda, do vestuário, artesanato, lavanderia e tinturaria.

Na área da Saúde, podia exercer suas atividades em creches como “*baby-sister*”, jardim da infância, escola maternal, hospitais geriátricos, postos de puericultura e centros de reabilitação. Neste aspecto, a Economia Doméstica visava a atender às necessidades básicas humanas – na casa, roupas, alimentação e administração do lar.

As atividades do profissional, neste campo, dependiam de certas qualidades inerentes a ele, pois era importante a todo técnico em Economia Doméstica possuir raciocínio abstrato bem desenvolvido, isto é, a capacidade para estabelecer relações e compreender

símbolos, a partir de estímulos verbais, já que suas atividades abrangiam pesquisas e experimentações em situações familiares e junto à comunidade.

O Economista Doméstico era um profissional que se preocupava com a vida integral do indivíduo e sua família, ou seja, com a elevação do homem e da sociedade como um todo. Como os indivíduos se inserem em uma família, o trabalho deste profissional abrangia o lar em toda a sua dinâmica inter-relacional. Nesse aspecto, suas atividades estavam ligadas à arte culinária, artes da agulha e artes decorativas(DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.438).

A dietética na cozinha, o preparo de doces e de alimentos também eram de competência deste profissional, que levava ainda às famílias conhecimentos a respeito do vestuário, sua confecção e conservação, informando qual o meio mais econômico para a utilização e aquisição dos mesmos.

Nas artes decorativas, o Economista Doméstico se preocupava com arranjos de interiores, confecção de adornos e a própria montagem do lar. Assim, o profissional orientava as famílias na aplicação de princípios concernentes a aspectos funcionais e estéticos da habitação, objetivando atender as necessidades básicas.

A atuação do Economista Doméstico, por sua vez, dava-se mais intensamente no meio rural, pois as famílias eram mais carentes de orientação e, além disso, as atividades do profissional se desenvolviam para levar até elas noções de higiene, administração do lar, utilização dos recursos agrícolas disponíveis.

O trabalho do Economista Doméstico envolvia-se também com a indústria e o comércio, informando-os sobre necessidades de consumidores na aquisição de produtos em momentos pontuais, como também oferecendo assistência às famílias, esclarecendo-as a respeito da utilização dos produtos e serviços postos no mercado de consumo. Suas atividades direcionavam-se para o planejamento, orientação, supervisão e coordenação de programas de educação do consumidor, preparando-os para o uso eficiente do equipamento doméstico(DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.438).

O Economista Doméstico constituía-se também como agente de consulta em assuntos de Economia Doméstica em Bancos, Caixas Econômicas, prestando os devidos esclarecimentos para a aquisição da casa própria, compra de móveis e equipamentos domésticos.

O Economista Doméstico podia ainda dedicar-se ao magistério, tanto no ensino secundário como no superior. Apesar da formação em Economia Doméstica possuir um campo tão amplo e com tantas oportunidades, mas a maioria dos formados se aperfeiçoou na

área do magistério, pois encontraram no ensino melhores oportunidades de trabalho, no que diz respeito à valorização financeira.

Já o técnico em Economia Doméstica atuava em três campos profissionais: o extensionista, o produtor autônomo e o de prestação de serviços(DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.439):

- **Na Função de Extensionista**
 - orientar famílias quanto à formação de hábitos de higiene, alimentação e nutrição e utilização do vestuário;
 - dar noções sobre primeiros socorros, puericultura e cuidados com saúde;
 - prestar assistência técnica na utilização, conservação e comercialização dos recursos disponíveis na comunidade;
 - orientar a comunidade sobre melhoria das condições habitacionais;
 - incentivar a criação de cooperativas e implantar as já existentes;
 - colaborar no desenvolvimento de planos e programas referentes a atividades de extensão rural e urbana.

- **Na Função de Produtor Autônomo**
 - confeccionar e comercializar peças do vestuário;
 - preparar, conservar e comercializar produtos alimentícios;
 - confeccionar e comercializar peças de artesanato;
 - cultivar e comercializar mudas e plantas em vasos;
 - orientar a instalação de hortas caseiras;
 - orientar e organizar a criação de cooperativas;
 - planejar e administrar microempresas nas áreas de Vestuário, Alimentação e Nutrição e Arte e Habitação;
 - planejar e administrar microempresa responsável pela organização de mudanças domiciliares;
 - oferecer cursos de treinamento de pessoal para serviço de mesa e etiqueta para cerimônias sociais;
 - oferecer cursos de treinamento de pessoal sobre técnicas de conservação de alimentos.

- **Na Função de Produtor Autônomo**
 - coordenar economato de escolas, empresas e outras instituições;

- participar de programas de orientação ao consumidor sobre a aquisição, conservação, consumo e/ou uso de produtos;
- prestar orientação às empresas sobre técnicas de rotulagem;
- orientar nas empresas, equipes encarregadas da criação de móveis, equipamentos e utensílios domésticos, quanto aos aspectos de utilidade, economia, funcionalidade, durabilidade, anatomia e estética do produto;
- planejar refeições e organização serviços de mesa, DCE acordo com as etiquetas sociais;
- participar de programas governamentais de educação alimentar.

Este profissional pode atuar em todos os ramos onde exista um serviço que se preocupe especificamente com a promoção do indivíduo. Atua na área de Extensão Rural e Urbana, Desenvolvimento de Comunidades, Instituições de Assistência Social e de Difusão Cultural e Estabelecimentos de Ensino. Suas atividades poderão ser exercidas em (DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.439):

- indústrias de equipamentos e utilidades domésticas, onde colabora no planejamento de manufaturas de produtos funcionais que melhor atendam às necessidades do consumidor e também educando-o no uso eficiente do equipamento e outras utilidades domésticas. Sua orientação estende-se na arte de comprar, preparar e servir alimentos;
- em instituições bancárias ou outras que oferecem financiamento para compra de imóveis e equipamentos domésticos;
- em jornais e revistas, programas de rádio e televisão, em seções ou programas de interesse da família e relacionados às disciplinas de Ciências Domésticas;
- no ensino secundário e superior.

O progresso das indústrias de artefatos domésticos e vestuário abriram um campo extenso de possibilidades para o Economista Doméstico. Nesta área, prefere trabalhar como profissional liberal, desenvolvendo suas atividades geralmente em suas próprias residências.

No Brasil, no setor alimentício, o Economista Doméstico é quem irá planejar os cardápios para os trabalhadores e cuidar das condições de higiene em que são mantidos os alimentos e os refeitórios. Além disso, é ele quem orienta sobre a melhor maneira de aproveitar os alimentos, reduzindo desperdícios e garantindo a qualidade do que é consumido.

Já nas indústrias, o papel do Economista Doméstico é interpretar as necessidades do consumidor e contribuir para o aperfeiçoamento de produtos. Para dar conta das tarefas, o Economista Doméstico precisa ter formação multidisciplinar.

O Economista Doméstico pode controlar a qualidade dos produtos antes e depois de seu lançamento; informar as famílias e comunidades sobre alimentação, habitação, higiene e saúde; orientar na compra de bens e na contratação de serviços, de acordo com o orçamento e as necessidades da família; implantar e acompanhar os processos de corte, modelagem e lavagem de roupas, zelando pelo melhor aproveitamento e pela conservação dos tecidos, podendo trabalhar em confecção, hospitais e em grandes lavanderias; ajudar a desenvolver produtos alimentícios; definir métodos de manipulação, armazenamento e conserva; conferir critérios nutritivos e de higiene, a validade e o peso e criar cardápios nutritivos e balanceados e de custo mínimo.

Além dessas habilidades, esse profissional pode atuar também nas zonas rurais como orientador, através do Serviço de Extensão, e como instrutor dos Programas Intensivos de Preparação de mão de obra do Setor Agrícola.

Considerando-se que suas atividades são desenvolvidas no sentido de interpretar as necessidades do consumidor, é importante que o profissional tenha facilidade no uso da linguagem, sendo que a fluência verbal, o desembaraço e sociabilidade são indispensáveis, pois comunicar-se bem faz parte da própria profissão.

Os trabalhos de orientação das comunidades, principalmente rurais, exigem do Economista Doméstico qualidades de liderança, a fim de que sua orientação possa ser aceita com eficácia. O senso artístico bem desenvolvido facilita o trabalho do profissional ao se dedicar a artefatos domésticos e vestuários, em que a originalidade e o capricho devem estar presentes.

Em contrapartida, na realização de todas essas atividades, o Economista Doméstico precisa de sua habilidade manual, porque trabalha objetos com as mãos, de maneira minuciosa, e cada detalhe é considerado em termos da beleza e da estética.

Diante disso, para desenvolver com competência suas atividades, além dos conhecimentos teóricos e práticos, o profissional em Economia Doméstica deve possuir características como: espírito crítico, responsabilidade, pontualidade, objetividade, interesse pelo trabalho, criatividade, raciocínio verbal, raciocínio abstrato desenvolvido, habilidade manual, atenção concentrada, memória, facilidade de adaptação, sociabilidade, segurança emocional, liderança, paciência, sensibilidade e ética profissional.

Essas características são condições pessoais para o desempenho da profissão que devem ser introduzidas e intensificadas no desenvolver das atividades letivas.

O técnico em Economia Doméstica pode exercer suas atividades como extensionista, orientando as famílias para melhorarem o padrão de vida, atuando em órgãos governamentais em nível municipal, estadual e federal e em fundos assistenciais.

Como prestadores de serviço, atuam em empresas públicas e privadas, escolas, creches, restaurantes, casas de decoração, fábricas de móveis, ateliers de costura e bufês. Como autônomo, este técnico pode, por fim, se estabelecer como empresário na sua área de formação.

CAPÍTULO 2 O COTIDIANO DA FORMAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA NO PERÍODO DE 1952 A 1967: RELEMBRANDO MEMÓRIAS

Este capítulo pretende apresentar o cotidiano do Curso de Economia Doméstica, através de memórias, desde o momento que era um curso de preparação até o curso técnico profissional. Será retratado assim o seu corpo docente, o perfil das ex-alunas, como se desenvolvia a ordem e a disciplina no ambiente escolar, além do currículo escolar, os conteúdos do ensino, as práticas pedagógicas e avaliativas e a confecção dos trabalhos manuais pelos discentes.

2.1 O CORPO DOCENTE E ADMINISTRATIVO

A formação em Economia Doméstica desenvolvida na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, através do Curso Técnico tinha seu corpo docente constituído de professores da área geral e técnica, como:

Quadro 1 – Demonstrativo do corpo docente da área geral e técnica

PROFESSOR(A)	FORMAÇÃO	ÁREA GERAL/TÉCNICA
Abelardo Monteiro	Engenheiro Agrônomo	Agricultura Geral
Alaide Teles Nascimento	Não encontramos dados	Não encontramos dados
Antonia Almeida	Sem formação superior	Alimentação
Cacilda de Oliveira Barros	Sem formação superior	Português
Francisca de Souza Prata,	Sem formação superior	Arte e Educação
Geni Couto Dantas	Sem formação superior	
Gilda Vasconcelos Gama	Técnica em Economia Doméstica	Coordenadora do Curso
Giovanni Oliveira	Sem formação superior	Matemática
Humbelina Aciole Bomfim	Sem formação superior	Coordenadora do Curso de Economia Doméstica
Judite Tavares Ferreira	Sem formação superior	Nutrição
Laelze Leal Santos	Não encontramos dados	Não dados.encontramos
Laonte Gama da Silva.	Técnica em Economia Doméstica	Coorden de Economia Doméstica
Maria José de Menezes	Sem dados Encontrados	Bibliotecária
Nair Sampaio Barreto	Sem dados encontrados	Sem dados encontrados

Fonte: Relação dos os Professores de Economia Doméstica. Período: 1954 a 1955 e 1964-1967.

Não obstante esse quadro docente, o Curso apresentou grande dificuldade, pois as professoras que atuavam nas duas unidades de economia doméstica não possuíam formação

técnica. Eram pessoas com experiência em arte culinária, corte e costura que, em sua maioria, não concluíram a formação primária¹¹. Existiam também situações em que alguns professores da rede estadual de ensino, cedidos pelo governo estadual, atuavam como docentes neste curso – normalmente, pessoas que haviam concluído o curso da Escola Normal.

Apesar dessas dificuldades, o Curso Técnico em Economia Doméstica foi implantado e conseguiu ter um quadro de professores necessários, devido à devolução do pessoal que estava cedido à Igreja Católica para manter o MEB funcionando na escola. Estes profissionais tinham formação pedagógica em nível médio e muitos deles haviam concluído algum tipo de curso superior. Especificamente, não existiam quadros com habilitação técnica para o exercício da docência no Curso de Economia Doméstica, porque, em todo o país, só havia um centro oferecendo esse tipo de formação, a Universidade de Viçosa.

Sendo assim, era necessário contar com professores para disciplinas como Arte e Habitação, Higiene e Enfermagem, Alimentação e Nutrição, Vestuário e Floricultura. Em 1965, quando o Ministério da Agricultura reconheceu o Curso Técnico em Economia Doméstica Rural do Colégio Agrícola Benjamin Constant (Portaria nº 70/MA/SEAV), as disciplinas referentes aos conteúdos da formação geral foram oferecidas às alunas juntamente com os alunos do Curso Técnico em Agropecuária, com professores comuns aos dois cursos.

A fim de resolver esse problema, o Colégio Agrícola Benjamin Constant adotou a estratégia de utilizar recursos da Cooperativa escolar, sob a forma de bolsas de estudos, para investir na qualificação em nível superior de algumas alunas das primeiras turmas do Curso Técnico em Economia Doméstica, que colaram grau a partir de 1967¹².

Observamos no Curso Técnico em Economia Doméstica uma quantidade maior do quadro de docentes do sexo feminino, contrastando com o reduzido número de professores do sexo masculino. É instigante como a feminização do Magistério crescia desde o final do Império, quando as virtudes femininas eram reconhecidas como mais propícias ou desejáveis às atividades educacionais, abrindo-se um mercado de trabalho mais interessante para as mulheres e menos atrativo para os homens. Outra característica a destacar é a formação das

¹¹Todas essas pessoas, contudo foram reenquadradas como docentes do quadro de professores da Escola.

¹²Foram patrocinadas três alunas. Uma foi fazer veterinária, as outras duas foram para Viçosa estudar o Curso Superior de Economia Doméstica, com tudo custeado pela escola, porque eram meninas pobres. Uma era neta de um funcionário da escola, morava lá. Elas foram com a garantia de, no retorno, trabalharem na Escola, e assim aconteceu. Voltaram e fizeram parte do quadro docente.

às atividades educacionais, abrindo-se um mercado de trabalho mais interessante para as mulheres e menos atrativo para os homens. Outra característica a destacar é a formação das

docentes, que passou a ser um dos critérios fundamentais para o ingresso na carreira do Magistério: ter boa índole, boa moral, bons costumes, ser de boa família, ter bom *status* social (ALMEIDA,2007, p.45).

Nos depoimentos realizados com oito ex-alunas¹³ da escola, com o objetivo de adquirir informações e dados precisos sobre a escola e em especial do funcionamento do curso de Formação em Economia Doméstica ,quando questionadas sobre as primeiras docentes e diretoras, destacaram o reconhecimento da disciplina comportamental aplicada diariamente na Economia Doméstica, mas outros dispositivos pedagógicos agiam no fazer diário da escola, de forma que praticamente não havia resistência às normas do regimento interno, principalmente por parte das alunas internas.

No que se refere à parte administrativa e pedagógica da Escola esta sempre esteve sob a responsabilidade e critério de seleção da EAFSC que buscou desde o início de fundação da formação em Economia Doméstica, manter uma rigorosa seleção dos seus funcionários, bem como, a iniciativa de manter o plano educacional traçado inicialmente. Este plano envolvia uma cultura de formação geral e uma parte específica que se destinava a formar conhecedoras dos saberes domésticos.

As docentes conseguiam (com algumas exceções) conquistar o grupo de alunas de forma a tornar o ambiente escolar um espaço familiar, permitindo-lhe sentir-se à vontade na convivência diária. As memórias trazidas à tona pelas ex-alunas focalizaram os bons momentos vividos com as colegas de turma, bem como a cordial convivência com a diretora da época e que, apesar das regras disciplinares do estabelecimento, a escola ainda se destacava por não ser tão severa em termos de castigos e formas de tratar as discentes, como outras existentes na cidade.

As docentes conseguiam (com algumas exceções) conquistar o grupo de alunas de forma a tornar o ambiente escolar um espaço familiar, permitindo-lhe sentir-se à vontade na convivência diária. As memórias trazidas à tona pelas ex-alunas focalizaram os bons momentos vividos com as colegas de turma, bem como a cordial convivência com a diretora da época e que, apesar das regras disciplinares do estabelecimento, a escola ainda se destacava por não ser tão severa em termos de castigos e formas de tratar as discentes, como outras existentes na cidade.

¹³As seis ex-alunas que prestaram depoimentos foram:Dilma dos Anjos Santos Góes, Maria Estela Gonçalves, Núbia Lemos, Maria das Dores, Maria de Assunção de Afonso, Marivalda David Santos, Vanilde Silva dos Santos, Rivanete Santos Xavier.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA FORMAÇÃO EM ECONOMIA DOMÉSTICA NA ESCOLA
AGROTÉCNICA FEDERAL DE SÃO CRISTÓVÃO (1952 A 1967)

PROFESSOR(A)	ANO	DISCIPLINA
Alzira Tavares Rollemberg	1954/1955	-----
Izaura Menezes Silveira	1954/1955	-----
Leda Barreto Mendonça	1954/1955	Nutrição
Maria Carolina Mendonça Melo	1954/1955	-----
Mário Rubens Maciel Barreto	1954/1955	-----
Sem dados encontrados	1956/1963	-----
Antônio Almeida Barreto	1964/1965	Português
Francisca de Souza Prata	1964/1965	Puericultura
Geni Costa Dantas	1964/1965	Arte Culinária
Nair Sampaio Barreto	1964/1965	Arte Culinária
Valmir Lopes Laranjeiras	1964/1965	-----
Antônio Almeida Barreto	1966/1967	Português
Benjamin dos Santos	1966/1967	-----
Francisca de Souza Prata	1966/1967	Puericultura
Geni Costa Dantas	1966/1967	Arte Culinária
Gilda Gama da Silva	1966/1967	Arte Culinária
Humbelina Acioli Bomfim	1966/1967	Orientadora
Izaura Menezes Silveira	1966/1967	-----
Jacy Leite Franco	1966/1967	Arte Habitação
Laura Maria Soares Barreto	1966/1967	Higiene e Enfermagem
Maria Auxiliadora Maciel Barreto	1966/1967	-----
Maria Auxiliadora Maynard	1966/1967	-----
Maria Izalda Barros	1966/1967	Arte Culinária
Maria José de Araújo	1966/1967	Corte e Costura
Maria Terezinha Tavares	1966/1967	-----
Marivalda Costa Alves	1966/1967	Corte e costura
Nair Sampaio Barreto	1966/1967	Arte Culinária
Ruth Maciel Barreto	1966/1967	Corte e costura
Vilma Maciel Barreto	1966/1967	Corte e costura

Fonte: Livro de Ponto dos Professores de Economia Doméstica. Período: 1954 a1955 e 1964-1967. Folhas numeradas de 1 a 200 e rubricadas por Ruth Maciel Barreto.

As docentes conseguiam (com algumas exceções) conquistar o grupo de alunas de forma a tornar o ambiente escolar um espaço familiar, permitindo-lhe sentir-se à vontade na convivência diária. As memórias trazidas à tona pelas ex-alunas focalizaram os bons momentos vividos com as colegas de turma, bem como a cordial convivência com a diretora da época e que, apesar das regras disciplinares do estabelecimento, a escola ainda se destacava por não ser tão severa em termos de castigos e formas de tratar as discentes, como outras existentes na cidade.

Os professores, nesse contexto, foram considerados, a nosso ver, os principais agentes que colocaram em prática os dispositivos pedagógicos da instituição à qual estavam vinculados, aplicando as normas pedagógicas, seguindo os rituais da escola (como os encerramentos do ano letivo), aplicando os instrumentos de avaliação, realizando algumas práticas de disciplinarização, punições, premiações, enfim, faziam parte da complexidade da educação e de suas respectivas ações educativas e disciplinadoras.

Nos depoimentos, as alunas, em geral, expressaram gratidão pela qualidade da formação que tiveram na escola e por algumas professoras que exerceram grande influência em suas vidas, como modelo de orientação em suas escolhas de carreira e profissão. Nesses casos, as referências positivas recaíram sobre aquelas que conseguiram estabelecer uma comunicação menos formal e rígida com as alunas, contribuindo, também para o fortalecimento do interesse pela leitura, aprofundamento de aprendizagem mais integral, desenvolvendo os sentidos e significados dos conteúdos, ao invés de enfatizar apenas a memorização.

Evidenciamos também que nesse primeiro grupo de diretoras e professores da formação em Economia Doméstica havia pessoas que na Escola, passaram a ser consideradas as precursoras e construtoras da cultura escolar, tendo inicialmente como base teórica a fundamentação nos preceitos da Pedagogia Nova e das novas formas de perceber o ensino e a aprendizagem, dispendo a formação feminina em novos patamares de elevação cultural que se sobressairia diante de uma formação restrita às primeiras noções de matemática e língua portuguesa, para uma formação mais integral e geral da mulher. Mediante as ações dos (as) docentes e das diretoras da Formação em Economia Doméstica, temos do outro lado as discentes da Escola que singularizam nesse universo de práticas escolares as pessoas que se apropriavam dessas práticas, mas que também agiam diante delas, manifestando - se através de suas idéias e cosmovisão. Podemos dizer que professores (as) alunas não mantinham relações polarizadas, totalmente opostas, no sentido em que estamos buscando compreender a cultura escolar como a vida da escola. Alunas e professores (as) mantinham distanciamentos,

mas também proximidades de idéias a partir dos diversos momentos em que, juntas, compactuavam com algumas práticas culturais trabalhadas no interior da EAFSC.

2.2 O CORPO DISCENTE

O Curso de Formação em Economia Doméstica era constituído por um corpo discente exclusivamente feminino. A instituição, desde o Curso de Preparação em Economia Doméstica, dedicou as suas práticas educativas ao público feminino, funcionando em regime de internato e externato, cuja maioria das alunas que fazia o curso provinha da cidade de Aracaju, de localidades próximas, dos municípios pertencentes ao Estado como São Cristóvão, Lagarto, Poço Verde, Rosário do Catete, entre outros, mas também de Estados como Alagoas e Salvador.

O Curso de Preparação em Economia Doméstica (o qual funcionava na Escola Agrícola Benjamin Constant e em duas unidades implantadas fora da sede do estabelecimento de ensino: uma no município de Maruim e outra na capital do Estado de Sergipe, Aracaju) tinha sua clientela formada por alunas pobres de renda baixa, do meio rural. A intenção da Escola com esse curso era oferecer melhores condições para aquelas mulheres que viviam no campo, preparando assim a mão de obra para o exercício de funções como as de babá e empregada doméstica, ao mesmo tempo em que eram alfabetizadas.

Havia muitas alunas matriculadas no Curso de Preparação em Economia Doméstica, porém não temos dados efetivos, por não existir nenhum registro nos arquivos da Escola, no período de 1952 a 1959. Através do depoimento da Professora e Coordenadora do referido curso no ano de 1952, Humbelina Acioli Bomfim, as alunas eram provenientes da zona rural e das localidades próximas à Escola, as quais buscavam o curso com o objetivo de se prepararem para as atividades domésticas e adquirirem conhecimentos na área de higiene, vestuário, artes, fruticultura, culinária, entre outros, para ter uma possibilidade de aumentar a renda da família.

A faixa etária das alunas estava entre 14 e 19 anos, por já terem concluído o primeiro grau; porém, muitas delas ingressavam após concluírem os estudos do segundo grau no regime de complementação de estudos previsto pela Lei 5692/71, com a finalidade de buscarem formação profissional.

Em entrevista, a ex-aluna Maria das Dores Soares dos Reis, que estudou na instituição em 1964, fazendo parte da primeira turma do Curso Técnico em Economia

Doméstica, lembrou, com saudades, dos tempos em que estudou na escola. Era aluna externa, mas estudava no Colégio Agrícola Benjamin Constant, na sede primeira, situada no Povoado Quissamã. Relatou que o interesse dos pais em enviar seus filhos para estudar na Escola e fazer o Curso Técnico em Economia Doméstica era com a finalidade de permitir-lhes prosseguir nos estudos, uma vez que tinham ouvido falar da boa qualidade do ensino ofertado pela formação em Economia Doméstica, do compromisso e da disciplina empregada na educação das mulheres, como também a priorização dos conteúdos no currículo escolar.

A aluna Dilma dos Anjos Santos, em seu depoimento, externou muita emoção, afeto e carinho, lembrando-se da sua vivência na escola, de suas colegas e da interação que havia entre elas. Destacou momentos vividos com o grupo de alunas internas, valorizando a rigidez e a disciplina empregadas no dia-a-dia do internato, trazendo uma direção para o desenvolvimento das ações das alunas, sem causar nenhum constrangimento e ressentimentos.

A vida numa escola interna, que poderia ser para a aluna um grande dissabor, devido à ausência da família no convívio diário, é ressaltada com um dos momentos vivenciados no passado que possibilitou aprendizados válidos a aplicados a sua vida fora da Escola.

Lembrou que, devido ao sistema de internato, as discentes apresentavam muita organização no cotidiano delas, posto que eram fiscalizadas pelos inspetores de alunos: Gregório, João Pelotão e Manoel Carneiro. Elas não podiam namorar, sair sem autorização dos pais, mas também tinham os momentos de liberdade, de brincar e ir ao recreio. Destacou com muita alegria um momento de lazer: os jogos educativos. Foi fazer um Curso Superior – Licenciatura em Educação para o Lar, financiado pelo Ministério da Educação e Cultura, recebendo uma bolsa de estudos, com mais doze alunas.

Maria de Assunção de Afonso Lima, outra depoente, aluna interna, destacou de forma positiva a vida interna na Escola, lembrando que o alojamento das alunas era localizado em uma das casas da vila, próximo à casa da Direção. Os quartos onde as alunas dormiam eram compostos por seis ou oito camas; neles, havia um armário com portas individuais, onde cada aluna tinha sua parte e guardava os seus objetos pessoais, sendo responsáveis pela organização, zelo e disciplina com os seus pertences, usando apenas o que lhes pertencia.

Imagem 1 – Fotografia de alunas do time de futebol do Curso Técnico em Economia Doméstica



Fonte: Acervo particular da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão

Maria de Assunção de Afonso Lima, outra depoente, aluna interna, destacou de forma positiva a vida interna na Escola, lembrando que o alojamento das alunas era localizado em uma das casas da vila, próximo à casa da Direção. Os quartos onde as alunas dormiam eram compostos por seis ou oito camas; neles, havia um armário com portas individuais, onde cada aluna tinha sua parte e guardava os seus objetos pessoais, sendo responsáveis pela organização, zelo e disciplina com os seus pertences, usando apenas o que lhes pertencia.

A aluna informou ainda que os aprendizados adquiridos na escola foram muito válidos na sua vida, pois nunca precisou de uma enfermeira, de babá para cuidar dos seus filhos, sentia-se muito preparada para lidar com várias situações cotidianas, fruto dos conhecimentos adquiridos na instituição, da qual somente saiu para casar-se. Assim, concluiu que o curso foi muito importante para sua vida e sua formação, porém optou por ser dona de casa e cuidar do marido e dos filhos.

Essas recordações da vida estudantil externadas pelas ex-alunas do Curso Técnico em Economia Doméstica desenharam um pouco as vivências da escola na época e a cultura escolar do internato. Os depoimentos confirmaram a necessidade das famílias em encaminhar suas filhas para serem educadas em escolas internas, por acreditarem que tais instituições eram as mais confiáveis em termos de formação do caráter, dos valores e costumes condizentes à formação exigida ao sexo feminino na sociedade.

Quando matriculada na instituição, a aluna deveria adaptar-se a um estilo de vida ritmado pela disciplina e obediência. A vida das alunas internas no interior da escola tinha um

ritmo marcado pelos dias e pelas sinetas de horários para acordar, assistir à aula, fazer refeições, receber visitas, orar, dormir. O tempo das alunas era meticulosamente mensurado e racionalizado, dividido entre o tempo de despertar, de estudar, de cumprir tarefas e o de recolher-se aos seus aposentos.

A Escola possuía um Regulamento próprio e nele estavam prescritas as normas internas de organização e funcionamento da instituição, bem como as condições de admissão das alunas. O Regimento Interno, além de conter normas e regras a seguir por parte das alunas, professoras, coordenadora e direção, trazia, em seu *corpus*, uma rígida orientação sobre o uso racional do tempo escolar, de forma que não houvesse desperdício de tempo ou ociosidade entre um horário e outro, como evidencia o quadro de horário a seguir.

Quadro 3 – Demonstrativo de horário da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão

DE SEGUNDA À SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
ATIVIDADES		
6h- Acordar	6h-Acordar	6h-Acordar
6h30min-Serviço doméstico	6h30min-Arrumação dos armários, entre outros, no dormitório	7h-Arrumação dos dormitórios
7h-Cultura física	7h30min-Café	8h-Café
7h30min-Café	8h- Limpeza geral dos dormitórios.	10h30min- Estudo
8h às 11h- Aulas	10h- Concerto de roupa	11h30min-Descanso
11h- Almoço	11h-Almoço	12h- Almoço
12h- Chamada	12h-Serviço doméstico	14h-Silêncio
12h10min às 15h30min-Aulas	12h-Serviço doméstico	14h-Silêncio
15h30min às 16h30min- Descanso	16h-Descanso	16h30min-Recreio
16h30min- Jantar	16h30min- Jantar	18h30min-Ceia
17h-Recreio	17h-Recreio	20h30min-Silêncio
18h30min às 20h- Estudo	18h30min- Estudo ou Seção recreativa	
20h- Silêncio	20h-Ceia	
	20h40min-Silêncio	

Fonte: Acervo particular da autora.

Ao realizar uma análise do quadro mencionado, no que se refere à distribuição dos horários das atividades das alunas no decorrer da semana, percebemos que houve uma grande preocupação da Escola em manter as alunas ocupadas em alguma prática no decorrer do dia, de forma que a ociosidade não fosse uma constância. Todo o exercício escolar era organizado, de acordo com uma racionalizada organização, de forma que de uma atividade para a outra houvesse pequenos intervalos intercalados para o mínimo de descanso e lazer.

Como demonstrado no quadro de horários, nos finais de semana, a aluna teria uma agenda menos rígida, preferencialmente aos domingos, em especial, para as internas, a fim de que pudessem receber visita de familiares ou pessoas conhecidas, com a expressa autorização dos responsáveis por elas.

Um dos dados destacados no Regimento Interno da Escola sobre a distribuição das matrículas das alunas eram o item que tratava de duas categorias: as internas e as semi-internas, matriculadas a partir dos onze anos de idade e ainda as alunas externas.

As alunas internas constituíam-se por aquelas que, em sua maioria, eram oriundas do interior do Estado de Sergipe e de outros Estados. Esse era o pré-requisito necessário para que a instituição matriculasse a discente em Regime de internato, não admitindo a aluna que residisse na cidade de Aracaju fazer parte desse grupo. No grupo das semi-internas, faziam parte as que distribuíam em período integral de estudo, não dormindo no estabelecimento por motivo de residirem em Aracaju. Ainda as alunas, denominadas externas, eram as que freqüentavam o ambiente escolar por um turno de aula, sendo manhã ou tarde.

Todas as discentes tinham que se adaptar a uma rotina escolar permeada por muito rigor na disciplina, no comportamento, conduta, incluindo os horários rigorosos de estudo, horários de acordar e dormir e de recebimento de visitas no local e no caso específico das internas, os horários de refeição, de entrada e saída e permanência na escola. A vigilância, a formação dos hábitos disciplinares e de valores morais eram nesse contexto ações a seguir para serem postas em prática na convivência com os outros, seja na relação aluna/aluna, aluna/direção, aluna/funcionários, devendo haver, no ambiente escolar, práticas afetivas amigáveis de cooperação, de entendimentos e não de desavenças. Assim a cultura escolar, ou seja, a vida da escola seria cada vez mais aperfeiçoada por uma harmonia interna, representada por uma harmonia interna representada por uma pequena família composta dos que lá conviviam diariamente.

Desde suas origens, a Formação em Economia Doméstica na EAFSC não apresentou inicialmente grande número de alunas matriculadas e diplomadas. Uma das suas características era o pequeno número das que passavam anualmente pela instituição. Esse

reduzido número somente sofreu um acréscimo significativo a partir da década de 60 do século XX, onde as turmas discentes passaram a ser compostas por um número estável entre vinte e vinte e cinco alunas. Antes desse período, tínhamos uma quantidade variável mais reduzida entre 3 a 10 alunas.

Podemos pensar que esse baixo índice poderia ser devido a não aceitação do país do modelo curricular do referido curso e os gastos elevados com a matrícula e custos adicionais com a compra de fardamento e enxoval da aluna, exigência para a permanência desta na escola, subtraindo dos pais uma quantia um pouco generosa para custeio dos estudos.

O enxoval que era exigido dos familiares das discentes tratava-se, na verdade, do material pessoal de cada aluna, de forma que todas que desejassem permanecer no sistema de internato levassem para a escola peças de roupas padronizadas, obedecendo às exigências de vestimenta daquele estabelecimento de ensino.

Quadro 4 – **Relação do Enxoval para as alunas matriculadas no Curso de Economia Doméstica**

1-Dois(02) cadeados tamanho médio com duas chaves(uma chave deverá ser entregue a CGAE durante a primeira semana de adaptação);
2-Dois(02) jalecos na cor branca para uso nas aulas práticas;
3-Dois(02) pares de meias brancas;
4-Duas(02)calças jeans na cor azul, sem efeitos;
5-Lençóis, fronhas, toalhas de banho, colchas e travesseiro;
6-Luvas cirúrgicas descartáveis para aulas práticas;
7-Máscara higiênica descartável;
8-Material de higiene pessoal(creme dental, papel higiênico, sabonete, escova de dente, desodorante, perfume, etc...);
9-Material escolar para uso individual (régua, lápis grafite, caneta, cadernos, borracha, etc.);
10-Taxa para aquisição de talheres e copos pagos na secretaria escolar;
11-Toucas descartáveis para o cabelo;
12-Três(03) camisas de malha brancas com o logotipo da Escola(uma para a prática de Educação Física e duas para sala de aula)vendidas na Escola;
13-Um(01) colchão em perfeito estado de conservação;
14-Um(01) par de tênis na cor azul;
15-Um(01) saco de tecido para transportar a roupa suja para o setor de lavanderia;
16-Uma(01) bermuda de malha na cor verde-escuro com lista branca, para prática de Educação Física, vendida na Escola;
17-Uma(01) calça branca para os eventos cívicos;
18-Um(01) para de luvas brancas para os eventos cívicos;
19-Um(01)tênis branco para os eventos cívicos.

Fonte: Arquivo da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE.

De forma geral, as estudantes que cursaram Economia Doméstica, desde o Curso de Preparação ao Curso Técnico, moldaram-se bem ao modelo curricular proposto pela escola, não tiveram grandes disparidades econômicas entre os valores apreendidos pela escola e a realidade de suas vidas, as propostas educativas eram consideradas válidas para o contexto daquele tempo, consolidando a Escola como um importante meio de difusão cultural e intelectual da mulher, bem como adquiriram a formação profissional para terem melhores condições de vida, um preparo para as atividades domésticas e oportunidades no mercado de trabalho.

2.3 O CURRÍCULO ESCOLAR

Discutir currículo escolar implica compreendê-lo a partir da sua constituição social e histórica, reconhecendo que o conhecimento organizado em forma curricular e transmitido nas instituições educativas apresenta finalidades explícitas, ou não, dentro de um contexto lógico de construção de significados, a partir de interesses individuais e grupais, apresentando, por isso, uma história de proposições e valores.

Numa perspectiva crítica sobre o significado do currículo, reconhecemos a não neutralidade da ciência, dos saberes e das atitudes de quem aprende e de quem ensina, acreditamos também que o engendramento de um novo saber pedagógico alimenta sua base e fundamenta os objetivos e finalidades a curto e/ou longo prazo. Nesse sentido, qualquer discurso sobre currículo, numa perspectiva mais ampla, também sob a ótica da cultura escolar, deve considerar o projeto social que se quer construir, visto não ser ele um elemento neutro, mas impregnado de valores sociais e culturais.

Uma cultura escolar que envolve o fazer escolar, o que ensinar e o que transmitir para ser aprendido implica compreender o currículo normativo da escola e quais disciplinas escolares são privilegiadas, como também se tais prioridades são relevantes para a formação do indivíduo, diante das mudanças exigidas a partir das transformações sociais, econômicas e políticas.

Nessa linha de raciocínio, para analisar o currículo do Curso de Preparação e do Curso Técnico em Economia Doméstica da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, foi necessário compreender o significado das disciplinas, uma vez que o saber transmitido na escola estruturou-se sob a condição de cursos trabalhados em sala de aula e nos laboratórios práticos.

Destacamos que, no contexto do início do século XX, o conceito de disciplina ainda não era difundido; por isso, as instituições escolares utilizavam a denominação “cursos” ou “matérias” para especificar o que, na atualidade, classificamos como disciplinas do currículo escolar.

Perceber o saber escolar dessa forma implicou reconhecer que as disciplinas escolares são como criações contextuais e originais do sistema escolar, produtos históricos e instrumentos de trabalho da instituição segundo seus interesses, convicções e idéias. O saber, portanto, que a disciplina ordena no currículo sobrepõe-se à necessidade de apenas repassar o saber científico, passando a ser instrumento de trabalho pedagógico necessário ao atendimento da filosofia de trabalho da instituição, dos seus anseios e do seu projeto pedagógico.

Nesse raciocínio, percebemos que o modelo curricular da Formação em Economia Doméstica, apesar de ter sido inspirado no modelo existente de outras escolas que oferecem esta formação, ao ser transposto para a realidade aracaçuense, passou por algumas adaptações reajustáveis à realidade local, como por exemplo, a necessidade de enfatizar conteúdos que iriam ajudar na orientação das mulheres que residiam em zonas rurais e, por isso, segundo os anseios dos profissionais da EAFSC, a Formação em Economia Doméstica precisaria orientar essas alunas, para que pudessem conhecer e vivenciar de uma forma mais adequada algumas situações diárias consideradas difíceis para algumas mulheres que não tinham conhecimento sobre agricultura, pecuária, leiteria, avicultura, etc. e os aprendizados que primavam pelos estudos de medicina do lar, higiene, puericultura, leiteria, lavagem, engomado, cozinha, costura, confecção, agricultura foram criados também com a finalidade de aprimorar os saberes teóricos e práticos indispensáveis às mulheres que moravam no campo ou nas cidades do interior.

A escola, com essa preocupação, conseguiu no nosso conhecimento, aproximar os saberes do currículo com as necessidades e interesses das discentes, o que representava um grande avanço pedagógico nas formas de ensinar e aprender, onde o conhecimento não era considerado como algo alheio, distante da realidade de vida das alunas, sujeitos heterogêneos e, portanto, de realidades distintas e de interesses diversificados.

Os saberes instituídos pela EAFSC na Formação em Economia Doméstica compreendia uma aprimorada educação social, moral, física e intelectual, segundo as finalidades da instituição. Foi com base nos fins a que se propunha a Escola que o currículo foi construído, voltado para uma formação de uma cultura geral, onde as discentes deveriam aprender os saberes numa ordem dialógica: teoria/prática.

Fazendo uma leitura do encaminhamento dado à organização dos conteúdos de ensino e o repasse destes na escola, percebemos que a professora que lecionava na Economia Doméstica recebia orientação de considerar, em primeiro lugar, os interesses e necessidades das alunas. Muito embora o currículo já tivesse sido estruturado inicialmente, o referencial que o norteava baseava-se numa matriz de pensamento menos tradicional de ensino e mais numa concepção onde o ensinar e aprender caminhava de forma mais horizontal, menos hierarquizada, mais estimulante e condizente com a vida cotidiana das discentes, priorizando o fazer. Uma orientação pedagógica que implicava estudar mais o concreto do que o teórico e o abstrato; as faculdades mentais deveriam ser provocadas a um desenvolvimento gradual e harmonioso. A aluna era estimulada ao observar objetos e fatos; o conhecimento, em vez de ser transmitido pelo professor, emergia da relação concreta estabelecida entre aluna/objetos ou fatos.

Tendo em vista a finalidade do programa curricular para atender aos interesses das famílias advindas do interior do Estado, dos povoados vizinhos e aos propósitos do Curso Técnico em Economia Doméstica, que continuava partindo do pressuposto de que o lar era o reino da mulher e ela deveria ser formada para exercer tal papel.

Para alcançar os objetivos a que se propunha, o curso tinha uma duração de três anos e possuía um currículo com disciplinas do Núcleo Comum, como: Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Química, Biologia e Física; além de uma parte diversificada, como: Nutrição e Preparo de Alimentos, Desenho Aplicado, Vestuário, Artes Industriais, Práticas Agropecuárias, Confecção de Adornos e Utensílios Domésticos, Arte e Decoração, Enfermagem, Pequenas Atividades Agrícolas, Educação Artística, Administração do Lar, Puericultura, Noções de Extensão Rural, Arte de Habitação, Recursos Audiovisuais, Prática de Administração do Lar e Práticas Industriais Rurais Caseiras, conforme composição curricular no quadro abaixo.

Quadro 5 – Composição Curricular do Curso Técnico em Economia Doméstica

EDUCAÇÃO GERAL	SÉRIES			TOTAL HORAS
	1ª	2ª	3ª	
Língua Portuguesa	2	2	1	150
Inglês	2	-	-	60
Matemática	2	2	-	120
Química	2	2	-	120
Biologia	2	-	-	60
Física	2	2	-	120
SUB TOTAL	12	08	01	630
EDUCAÇÃO ESPECIAL	SÉRIES			TOTAL HORAS
	1ª	2ª	3ª	
Nutrição e Preparo de Alimentos	2	2	2	180
Desenho Aplicado	2	2	-	120
Vestuário	2	2	2	180
Artes Industriais	2	-	-	60
Práticas Agropecuárias	2	-	-	60
Confecção de Adornos e Utensílios Domésticos	-	2	-	60
Arte e Decoração	-	2	-	60
Enfermagem	-	2	-	60
Pequenas Atividades Agrícolas	-	2	-	60
Pequenas Atividades Agropecuárias	-	2	-	60
Educação Artística	-	2	-	60
Administração do Lar	-	-	2	60
Industrialização Construção de Produtos Agropecuários	-	-	2	60
Puericultura	-	-	2	60
Noções de Extensão Rural	-	-	2	60
Arte de Habitação	-	-	2	60
Recursos Audiovisuais	-	-	2	60
Prática de Administração do Lar	-	-	2	60
Práticas Industriais Rurais Caseiras	-	-	2	60
Estágio Supervisionado	-	-	-	360
SUBTOTAL	10	18	19	1800
TOTAL GERAL				2430

Fonte: Arquivo da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE.

Os conteúdos programáticos das disciplinas eram ministrados através de aulas teóricas e práticas. As aulas da educação geral foram ministradas nas salas de aulas, as de Química e Biologia nos respectivos laboratórios; já as de formação especial foram ministradas nas mesmas salas de aula, exceto as Práticas e as Atividades Agrícolas Agropecuárias, que se realizavam na sala ambiente, e as das disciplinas-base para a formação técnica, que aconteciam nas seguintes Unidades Educativas de Produção (UEPs):

- Unidade Educativa de Produção de Vestuário e Têxteis;
- Unidade Educativa de Produção de Alimentação e Nutrição;
- Unidade Educativa de Produção de Arte e Habitação;
- Unidade Educativa de Produção de Administração do Lar;
- Unidade Educativa de Produção de Higiene e Enfermagem.

Os componentes curriculares de cada ano letivo voltavam-se para a formação do discente nessas cinco áreas. Para isso, foram ministradas aulas teóricas e aulas práticas, eram executadas atividades extraclasse, cujo objetivo era o de permitir o contato com a comunidade local, também eram realizadas visitas técnicas para que o discente conhecesse a realidade fora do ambiente escolar, como também era desenvolvido um estágio supervisionado de 360 horas, distribuído da seguinte maneira: 200 horas de estágio e 160 horas de monitoria. Durante o período letivo, os discentes receberam conhecimentos com os quais desenvolveram as atividades abordadas fora da escola, como no lar, em empresas e no mercado de trabalho como um todo.

2.4 OS PROGRAMAS ESCOLARES

O Curso Técnico em Economia Doméstica deveria ser formado por um currículo de disciplinas e programas escolares que possibilitasse o desenvolvimento das atividades profissionais através do conhecimento das ciências, da tecnologia e das artes, para a solução de problemas relacionados aos aspectos da vida, do ambiente e da família. Para o seu funcionamento, o curso contava com cinco laboratórios: Alimentação e Nutrição; Artes e Habitação; Vestuário; Administração do lar e Higiene; além do laboratório de Enfermagem.

Na área de **Saúde** foram ministrados os conhecimentos em puericultura, apresentando o desenvolvimento da criança desde o nascimento até a puberdade; além dos seguintes conteúdos: a reprodução humana; o aparelho genital masculino e feminino; métodos

de concepção e contracepção; controle pré-natal e gravidez; preparo para o parto; o parto; cuidados pós-parto; o aborto; a alimentação e os cuidados com a criança e os direitos da gestante (DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.440).

Na área de **Higiene e Enfermagem** foram trabalhos os conceitos e a divisão de higiene; cuidados com o paciente no lar; administração de medicamentos, remédios, curativos simples, farmácia comunitária e caseira; sinais vitais; esterilização de materiais e primeiros socorros(DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.440)..

Na área de **Programa de Saúde**, foram apresentados os conceitos de saúde; medidas preventivas das doenças; termos usados na área de saúde; participação da técnica em programas desenvolvidos pelos municípios; educação sanitária; doenças transmissíveis (tipos, formas de contágio e como combatê-las, doenças sexualmente transmissíveis e como combatê-las) e drogas(DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.440).

Imagem 2 – Fotografia das alunas no Laboratório de Higiene e Enfermagem do Curso Técnico em Economia Doméstica-trabalhando a disciplina de Puericultura



Fonte: Acervo particular da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão

Imagem 3 – Fotografia das alunas no Laboratório de Higiene e Enfermagem do Curso Técnico em Economia Doméstica, trabalhando a disciplina de Higiene e Enfermagem



Fonte: Acervo particular da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão

Nessas imagens, notamos as alunas na aula de Higiene e Enfermagem, com a professora Laura Maria Soares Barreto, aprendendo como administrar os medicamentos, os primeiros socorros e a aplicação de injeção com os devidos cuidados que deveriam ter com o paciente.

Na área de **Vestuário e Têxteis** foram ministrados conhecimentos sobre a evolução do vestuário, noções de fibras têxteis, a conservação do vestuário, os tipos de aviamentos, a utilização das máquinas e utensílios de costura, os moldes básico e comercial, como também a confecção de peças básicas(DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.440)..

Nas imagens 4 e 5, por exemplo, as alunas estavam com a professora de Corte e Costura Ruth Maciel Barreto aprendendo a manusear as máquinas e saber quais os utensílios de costura para começarem a confeccionar as peças.

Na imagem 6, notamos as alunas com a professora Maria José de Araújo, trabalhando na modelagem das roupas no que diz respeito às medidas, moldes básicos, aviamentos e confecção fina das peças.

Imagem 6 – Fotografia das alunas no Laboratório Vestuário e Têxteis do Curso Técnico em Economia Doméstica, trabalhando a disciplina de Vestuário e Corte



Fonte: Acervo particular da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão

Na área de **Alimentação e Nutrição** foram ministrados conhecimentos sobre: noções gerais sobre alimentação e nutrição, nutrientes, metabolismo basal e valor calórico, porções recomendadas *per capita*, fator de correção e escolha de alimentos, industrialização e conservação de alimentos, planejamento de cardápios balanceados para pessoas saudáveis, serviços de mesa, preparo e cocção de mantimentos e aproveitamento de sobras de alimentos, tal como averiguamos práticas das alunas no Laboratório de Alimentação e Nutrição nas imagens 7 e 8. Na 8, especificamente, percebemos as alunas, juntamente com a professora Maria Izalda Barros, preparando doces e compotas, colocando rótulos de identificação com as datas de fabricação e validade (DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.440).

Imagem 7 – Fotografia das alunas no Laboratório Alimentação e Nutrição do Curso Técnico em Economia Doméstica, trabalhando a disciplina de Alimentação e Nutrição.



Fonte: Acervo particular da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão.

Imagem 8 – Fotografia das alunas no Laboratório Alimentação e Nutrição do Curso Técnico em Economia Doméstica- trabalhando a disciplina de Alimentação e Nutrição



Fonte: Acervo particular da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão

Nesta imagem as alunas estão no laboratório de alimentação, preparando o ambiente a produção de doces e compotas.

Na área de **Arte e Habitação** foram trabalhados os conhecimentos sobre o histórico e a evolução da habitação, as áreas e as funções da habitação, o estudo da cor, além de técnicas de pinturas, planejamento da habitação, decoração de interiores e a evolução do mobiliário. As referidas práticas podem ser visualizadas nas imagens 9 a 14, as quais denotam práticas da professora Jacy Leite Franco, trabalhando com as alunas atividades de pinturas de vidros, produção de enfeites decorativos, pinturas em tecidos e confecção de desenhos(DICIONÁRIO DAS PROFISSÕES, 1981, p.440)..

Na imagem 9 as alunas na aula de Arte e Habitação estavam trabalhando a prática de montagem de enfeites decorativos para festas de aniversários, prendas para as datas comemorativas, festas de casamento, dentre outros eventos.

Imagem 9 – Fotografia das alunas no Laboratório Arte e Habitação do Curso Técnico em Economia Doméstica, trabalhando a Confecção de Enfeites



Fonte: Acervo particular da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão

Na imagem 10 a aluna na aula de Arte e Habitação está trabalhando a prática de pintura em vidro, montando prendas em potes de vidro, pintando e enfeitando as tampas com crochê, papéis coloridos, flores e enfeites de massa.

Imagem 10 – Fotografia das alunas no Laboratório Arte e Habitação do Curso Técnico em Economia Doméstica, confeccionando enfeites com pintura em vidro.



Fonte: Acervo particular da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão

Imagem 11 – Fotografia das alunas no Laboratório Arte e Habitação do Curso Técnico em Economia Doméstica, confeccionando enfeites com pintura em vitral.



Fonte: Acervo particular da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão

Na imagem 11 a aluna na aula de Arte e Habitação estar trabalhando a prática de pintura em vidro, para a montagem de quadros em vitrais.

Nas imagens 12 e 13 as alunas na aula de Arte e Habitação estavam trabalhando a prática de pintura em tecidos e a reprodução dos desenhos para a pintura.

Imagem 12 – Fotografia das alunas no Laboratório Arte e Habitação do Curso Técnico em Economia Doméstica, confeccionando pintura em tecidos .



Fonte: Acervo particular da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão

Imagem 13 – Fotografia das alunas no Laboratório Arte e Habitação do Curso Técnico em Economia Doméstica, confeccionando moldes de desenho para pintura



Fonte: Acervo particular da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão

Na imagem 12 as alunas estão pintando flores e frutas em panos de prato.

Na imagem 13, as alunas estão desenhando, selecionando os desenhos e cortando para montar os moldes e levar para pintura nos tecidos.

Imagem 14 – Fotografia das alunas no Laboratório Arte e Habitação do Curso Técnico em Economia Doméstica, confeccionando enfeites com pinturas



Fonte: Acervo particular da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão

Na imagem 14 uma visão geral das alunas na aula de Arte e Habitação trabalhando a prática de pintura em tecidos, reprodução dos desenhos para a pintura, montagem e confecção de enfeites e prendas.

2.5 ESTÁGIO E MONITORIA

2.5.1 Estágio Supervisionado

O estágio supervisionado representa a oportunidade de o discente vivenciar os ensinamentos teóricos e práticos que lhe foram ministrados pela escola. Portanto, proporciona ao aluno aprofundar seus conhecimentos tecnológicos e as relações sociais que se estabelecem

no mercado de trabalho, possibilitando-lhe o desenvolvimento da visão crítica sobre o sentido social que permeia o exercício de uma profissão.

Para a escola, o estágio representava a oportunidade de avaliação do seu processo educativo, cabendo-lhe, com base em informações coletadas no que se refere aos dados gerais de cada aluno e dos conhecimentos aprendidos no decorrer de todo o curso analisar seu currículo, a fim de adequá-lo às inovações tecnológicas e às mudanças ambientais.

As alunas, que eram regularmente matriculadas no Curso Técnico em Economia Doméstica, tinham o direito de realizar o estágio supervisionado, no decorrer da 3ª série e após o término dela. Esta prática era efetivada em empresas e/ou órgãos de prestação de serviços no setor econômico, bem como em instituições educacionais profissionalizantes da área primária, previamente cadastradas, como também eram realizados projetos em comunidades familiares, objetivando contribuir para a fixação da aluna no meio familiar e proporcionar melhoria das condições de vida familiar.

De acordo com a legislação em vigor, a carga horária mínima do estágio era de 360 horas, distribuídas, consoante especificado anteriormente, em 200 horas de estágio supervisionado e 160 horas em monitoria, correspondendo a um semestre letivo.

O estágio foi planejado e acompanhado sob a Coordenação da Seção de Integração Escola-Comunidade, em articulação com a Seção de Supervisão Pedagógica, a seção de Orientação Educacional e o Serviço de Educação-produção e, ainda, com a participação dos estagiários e do supervisor ou responsável pelo estágio na empresa.

O estagiário era avaliado através de mecanismos que possibilitassem retratar seu desempenho durante o exercício profissional, tais como: plano de atividades, relatórios, fichas de acompanhamento, questionários, visitas *in loco*, quando possível, dentre outros. O estagiário era considerado apto se obtivesse conceitos e frequência, conforme os critérios adotados pela escola, bem como cumprisse o total de 360 horas, no mínimo, de acordo com a legislação vigente.

O estágio era realizado com as empresas conveniadas como: EMBRAPA, EMATERSE, nos hospitais, creches e algumas fábricas.

2.5.2 Sistema de monitoria

A monitoria se caracterizou como um dos elementos do processo de descentralização das decisões e de democratização do saber, por se tratar de componente curricular que

oportuniza ao educando o desenvolvimento de habilidades sócio-afetivas, exercita a coparticipação no planejamento e a execução de projetos educativos.

Esta prática foi exercida pelas alunas durante a 3ª série, junto às unidades educativas de produção e à Cooperativa-escola, perfazendo uma carga horária mínima de 160 horas.

O planejamento global da monitoria era desenvolvido através do Serviço de Produção (SEP) em articulação com a Seção de Supervisão Pedagógica (SSP), com a seção de Orientação Educacional (SOE) e a Seção de Integração Escola-Comunidade (SIEC).

A organização dessa prática metodológica pressupunha o detalhamento das modalidades de execução, a definição das atribuições dos setores envolvidos, dos instrumentos de acompanhamento e dos critérios de avaliação, os quais ocorriam de forma constante pelas seções pedagógicas e professores da área técnica.

A avaliação do monitor era realizada pelo professor, através do preenchimento de fichas próprias, do diálogo e da observação do seu desempenho, podendo ainda ser adotado o recurso da autoavaliação. Na avaliação do desempenho do monitor, foram considerados, dentre outros aspectos: o relatório da monitoria (conteúdo, metodologia e ortografia) e o relacionamento monitor/professor e monitor/aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção deste trabalho, algumas inquietações e desafios foram surgindo. Pesquisar a formação em Economia Doméstica através do Curso de Preparação em Economia Doméstica e o Curso Técnico em Economia Doméstica não foi fácil, principalmente, devido a grande dificuldade que tivemos em localizar alguns documentos que considerávamos importantes para a reconstrução das práticas cotidianas do curso pesquisado.

Sabemos da utopia em se chegar a uma possível verdade absoluta dos acontecimentos, mas, na postura de pesquisadora, priorizamos no trabalho a busca constante da aproximação dos acontecimentos; por isso, entrelaçamos durante a construção da pesquisa a análise de documentos oficiais, registros fotográficos de acervos particulares e do arquivo da escola e os depoimentos de algumas pessoas que estudaram no Curso Técnico em Economia Doméstica, permitindo-nos, assim, que, ao final da pesquisa, tivéssemos um “desenho” do curso – fato que nos ajudou a compreender a trajetória do objeto investigado no seu tempo, na sua singularidade e na sua história.

Nos fios que se entrelaçavam essa união, encontramos e reencontramos o objeto de estudo, sabendo ser inconcebível uma produção histórica totalmente fechada com verdades absolutas – afinal, não foi a nossa pretensão criar novos dogmas a respeito do que foi e representou a formação em Economia Doméstica na instituição pesquisada. Não percebemos o curso como um objeto pré-determinado, fabricado, pronto e acabado, por suas características e peculiaridades.

Entendemos que tudo que foi apresentado sobre a Economia Doméstica foi de grande valia e serviu para verificar que a Economia Doméstica, no campo do conhecimento e profissional, não deveria trabalhar apenas em função dos afazeres do lar, mas, sobretudo, o seu papel deveria ser desenvolvido dentro da comunidade não apenas familiar, mas como um todo.

Durante a organização desse trabalho, notamos, através dos dados coletados e de conversas com pessoas que fizeram parte da formação em Economia Doméstica, que deveriam receber conhecimentos associados à teoria e à prática, relacionados à comunidade e ao mercado de trabalho.

Assim, verificamos também que o profissional de Economia Doméstica era preparado “para prestar assistência técnica em órgãos públicos e privados, orientando programas ligados à área de saúde, vestuário e têxteis, alimentação e nutrição, arte e habitação e extensão” (AMARAL, p. 35, 2002).

Os levantamentos realizados indicaram que a Formação em Economia Doméstica foi para Sergipe um marco importante por ser uma concepção profissional educativa destinada à instrução das mulheres.

Esse profissional deveria ser preparado para atender à família, à Escola e à comunidade como um todo, a fim de que pudesse propor alternativas para transformar a realidade comunitária. Seria necessário, então, habilitá-lo para realizar todas as outras funções – fosse na área de extensão, prestação de serviços, fosse como profissional autônomo. Estas tarefas iniciais desenvolveram nos profissionais de Economia Doméstica hábitos, habilidades e atitudes, aspectos indispensáveis para o desempenho da profissão.

A Formação em Economia Doméstica, através do Curso Técnico, tentou explicar, em função de suas práticas educativas, que, para ser mãe e uma boa dona de casa, era preciso muito mais do que adquirir o domínio prático de algumas atividades, como: costurar, cozinhar, lavar e passar roupa.

Para exercer esse papel, a mulher necessitaria enveredar para outros campos de estudo, era preciso dominar principalmente, os saberes teóricos fundamentais. Era preciso estudar a ciência do lar, o que significava para a mulher se aprofundar em conhecimentos sobre a Psicologia, a Culinária, a Economia, dentre outros campos de estudo que dariam maior racionalidade às suas práticas e, nesse sentido, a Pedagogia ganhou um novo *status*, não só moralizante, mas também de formação educacional, contribuindo para formar mulheres disciplinadas, educadas, respeitadas e ativas administradoras do lar.

Por fim, o entendimento presente em nossa análise sobre as práticas educativas desenvolvidas pelo Curso Técnico em Economia Doméstica considera que o objetivo do curso não foi apenas formar boas donas de casa, mas, de uma forma geral, educar mulheres para um novo mundo moderno que se descortinava. A preparação para o mercado de trabalho, que exigia a racionalização da mão de obra e indivíduos eficientes e ativos, transpôs-se para o âmbito escolar e também familiar onde, no segundo caso, foi cobrado das mulheres um melhor empenho nas atividades do lar, devendo, pois, aprender a melhor administrá-lo, racionalizar os recursos econômicos da casa e educar seus próprios filhos para esse novo mundo que trazia com ele princípios valorativos próprios do modo de produção capitalista.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e educação a paixão pelo possível**. São Paulo: UNESP, 1998.
- AMARAL, C.C.G. do. **Fundamentos de Economia Doméstica**: Perspectivas da Condição Feminina e das Relações de Gênero. Fortaleza: EUFC, 2002.
- BARRETO, E. S. de S. **Educação**. In: FUNDAÇÃO Carlos Chagas. **Mulher BRASILEIRA; BIBLIOGRAFIA ANOTADA 2**. São Paulo, Brasiliense, 1981, p. 211 – 307.
- BARROSO, C. **Mulher, sociedade e estado no Brasil**. São Paulo, Brasiliense/UNICEF, 1982.
- BETÂNIA, M. de. **Noções de Economia Doméstica**. São Paulo: Editora Saraiva, 1957.
- BLAY, E. A. Trabalho industrial x trabalho doméstico. A ideologia do trabalho feminino. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1975 p. 8-20
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BRUSCHINI, C. & AMADO, T. Estudos sobre mulher e educação: algumas questões sobre o magistério. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1988, p. 4 – 13.
- CALAZANS, Maria Lulieta Costa. **Estudo retrospectivo da educação rural no Brasil**. Rio de Janeiro: IESAE, 1979.
- CAMARGO, Marilena Aparecida Jorge Guedes de. **“Coisas Velhas”**: um percurso de investigação sobre cultura escolar (1928-1958): São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CARVALHO, J. C. de. **Memórias do Aprendizado**: 80 anos de ensino agrícola em Sergipe. Maceió: Edições Catavento, 2004.

CARVALHO, Marília Gomes de. Relações de Gênero na Família. Tecnologia e Humanismo. Workshop: **O papel da mulher no Ensino Tecnológico: O Estado da Arte no Brasil**. Curitiba: CEFET, n.17, 1996.

CASTRO, T. L. **A mulher e a Sociologia**. Obra póstuma, Francisco Alves Editor. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

CASTRO, C. M.; ASSIS, M.P.; OLIVEIRA, S.F. **Ensino técnico: desempenho e custos**. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1972.

CASTRO, M.G. & LAVINAS, M.G. de C.L. Do feminismo ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A. de O. & BRUSCHINI, C. (orgs). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro, Rosa dos tempos: São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 216 – 251.

CAVERO, David Ortega. **Guia para currículo de Economia Doméstica**. Contribuição da educação em economia Doméstica para o ensino especializado em Economia doméstica. Rio de Janeiro: Gráfica Barthel, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio Janeiro: Florense Universitária, 2002.

CLEOPHAS, João. **Ministério da Agricultura**. Rio de Janeiro, 1952.

DEL PRIORE, Mary. **A Mulher na História do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

DURHAM, E. R. Família e reprodução humana. IN: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983, p. 13 – 44.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. 6 ed. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

GONÇALVES, C.P. & PIMENTA, S.G. Revendo o ensino de 2º grau, propondo a formação de professores Ed. São Paulo, 1994

HEILBORN, M.L. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In: **MULHER e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991.

HORTA, J.S.B. **Gustavo Capanema**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

IGLÉSIAS, F. **A industrialização brasileira**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense., 1994, p. 93.

KENSKI, V. M. Memória e ensino. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994, p. 45 – 51.

KUENZER, A. Z. **O trabalho como princípio educativo**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1964

LIMA, J. P.; RODRIGUES. L.M; CUNHA, T,F. da TORRES, Y, A., **Técnicas para o desenvolvimento da agricultura**. Rio de Janeiro: ABACAR, 1961.

LOPES, E. M.T. O escolanovismo: revisão crítica. In MELLO, G. N. de (org). **Escola Nova, Tecnicismo e educação compensatória**. São Paulo: Loyola, 1984, p.19 – 68.

LOURO, Guacira. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação e Realidade**. Porto Alegre: Rio Grande do Sul, v. 20, n.2,p.101 – 132, 1995.

MARTINS, E. C. A filosofia da educação na atualidade. **Educação e Filosofia**. Uberlândia, 1993,p. 155 – 178.

MIRANDA, G. V. de. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades econômicas, 1970.. **Cadernos de pesquisa**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1975, p.21 – 36.

NAGLE, J.A. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU, 1976.

_____. A educação e sociedade na primeira república. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. O Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1978, p.259 – 292.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao Lar**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RIBEIRO, A. I. M. **A educação feminina durante o século XIX: O Colégio Florence de Campinas 1863-1889**. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

RIBEIRO, M.L.S. **História da educação brasileira**. 4 ed. São Paulo: Moraes, 1982 (Coleção Educação Universitária).

RONCAGLIO, C. Relações de gênero, espaço público e feminismo. In: MARTINS, A. P. V. **Mulheres na História: Paraná séculos 19 e 20**. Curitiba: UFPR, 1976.

ROSA, M.G.de. **História do ensino agrícola no Brasil República**. Marília: Unesp, 1980.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. São Paulo: Quatro Artes-INL, 1979.

_____. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, Cristina. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SANTOS, R. S. Exigências educacionais no processo de industrialização. **Revista do Ensino**. Belo Horizonte: Fundação de Educação da UFMG. 34 (220): 17-2, 1965.

SCOTT, J. História das mulheres. In: BURKE, P.(org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo:UNESP, 1992, p. 63 – 95.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, 1990, p. 5 – 22.

SERRANO, Isabel de Almeida. **Noções de Economia Doméstica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

SECOMPO, M. Minha irmã, “minha cabra”. In: GRUSPUN, H. *et alli*. Escola de pais do Brasil. Educa para o futuro. Rio de Janeiro: Atheneu, 1978, p. 93 – 97.

SORJ, B. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, A. de O & BRUSCHINI, C. (orgs). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 15 -23

SOUZA, Rosa Fátima de. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, Marcus Vinicius da (org). **Ideário e Imagens da Educação Escolar**. Campinas/SP: Editora Autores Associados. Programa de Pós-graduação em educação escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 2000, p 3 – 27.

TAMBARA, Zilma da Costa e TAMBARA, Eliomar. Antropologia Social e Economia Doméstica: elementos ideológicos. In: **Oikos**: Revista Brasileira de Economia Doméstica. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 1983, vol. 3, n 1, p. 35 – 38.

VEIGA, C.G. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VICIOSO, C. Mulher e desenvolvimento: o que significa ver a mulher como sujeito. IN: **Mulher e políticas públicas**. Rio de Janeiro, IBAM/UNICEF, 1991, p. 39 – 51.

VILLELA, H. de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES; FARIA FILHO; VEIGA (orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 95 – 134.

WEREBE, M. J. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. Ed. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1970.

Legislação

BRASIL. Decreto nº 1606, de 29 de dezembro de 1906

BRASIL. Decreto nº 1604, de 13 de agosto de 1934,

BRASIL. Código de Educação em 1933

BRASIL. O Plano Nacional de Educação de 1937

BRASIL. Decreto-lei nº 982, de 23 de dezembro de 1938

BRASIL. Decreto-lei nº 2832, em 4 de novembro de 1940

BRASIL. Decreto Lei nº 9613, de 28 de agosto de 1942

BRASIL. Decreto nº 4073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial.

BRASIL. Decreto nº 4073/42 – Lei Orgânica do Ensino Industrial

BRASIL. Decreto-lei nº 4244/42 - Lei Orgânica do Ensino Secundário

BRASIL. Decreto nº 9613/46 – Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4024/61- Lei Orgânica do Ensino Agrícola

BRASIL. Decreto nº 60731, de 19 de maio de 1967,

BRASIL. Lei nº 5692/71-Lei Diretrizes e Bases da Educação.

BRASIL.Lei nº 8731, de 16 de novembro de 1993

Entrevistas

BARROS, Maria Izalda, 2012. Entrevista concedida a autora no dia 07 de setembro.

BOMFIM, Humbelina Acioli. 2012. Entrevista concedida a autora no dia 09 de setembro.

DORES, Maria das. 2012. Entrevista concedida a autora no dia 09 de setembro

GOÉS, Dilma dos Anjos Santos. 2012. Entrevista concedida a autora no dia 10 de dezembro.

GONÇALVES, Maria Estela. 2012. Entrevista concedida a autora no dia 10 de dezembro.

LEMOS, Núbia. 2012. Entrevista concedida a autora no dia 10 de dezembro.

LIMA, Maria de Assunção de Afonso, 2012. Entrevista concedida a autora no dia 10 de dezembro.

SANTOS, Marinalva David, 2012. Entrevista concedida a autora no dia 08 de setembro.

SANTOS, Vanilde Silva dos, 2012. Entrevista concedida a autora no dia 08 de setembro.

SILVA, Gilda Vasconcelos Gama da, 2012. Entrevista concedida a autora no dia 10 de setembro.

XAVIER, Rivanete Santos. 2012. Entrevista concedida a autora no dia 10 de dezembro.

ANEXOS

REGULAMENTO PEDAGÓGICO E ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA

SEÇÃO I

DO CURRÍCULO PLENO

Art. 1 - O currículo pleno dos cursos ministrados pela Escola, terá uma Base Nacional obrigatória e uma parte diversificada de acordo com as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

Art. 2 - A Base Nacional e a parte diversificada objetivam possibilitar ao aluno formas de comunicação e expressão, conhecimento do meio físico, social e histórico, desenvolvimento do pensamento científico a fim de proporcionar ao aluno uma formação integral.

Art. 3 - A teoria e a prática deverão estar conjugadas no desenvolvimento do currículo através da integração horizontal e vertical dos conteúdos das disciplinas.

Art. 4 - Os cursos técnicos terão organização curricular própria, estruturados em disciplinas, sob a forma de módulos.

§ 1º - Os módulos poderão ter caráter de terminalidade para efeito de qualificação profissional, dando direito, neste caso, a certificado de qualificação profissional;

§ 2º - Para a obtenção da habilitação, estes módulos poderão ser cursados na mesma instituição ou em instituições credenciadas, desde que o prazo entre a conclusão do primeiro e o último módulo não exceda a 05 (cinco) anos;

§ 3º - Será conferido o diploma de técnico de nível médio, na habilitação profissional correspondente aos módulos cursados, ao aluno que apresente o certificado de conclusão do ensino médio;

§ 4º - As disciplinas que compõem cada módulo serão desenvolvidas de forma integrada com os vários projetos da Escola, com a participação dos alunos em todas as suas fases;

§ 5º - Os projetos pré-definidos deverão ser obrigatoriamente discutidos e avaliados entre docentes e discentes, procurando atender às necessidades do aluno e da comunidade, adequando-os sempre que se fizer necessário.

SEÇÃO II

DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO, DA MONITORIA E DO PLANTÃO

Art. 5 – O estágio supervisionado é obrigatório e proporciona a complementação da aprendizagem, constituindo-se em integração, aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

§ 1º - O estágio poderá ser realizado em colaboração com empresas, instituições, propriedades rurais e outras, de acordo com o número de horas prevista nas grades curriculares dos cursos ministrados pela Escola;

§ 2º - O estágio somente poderá ser realizado em instituições que tenham condições de proporcionar experiências práticas na linha de formação, devendo o aluno para esse fim estar em condições de estagiar, segundo disposto em lei.

Art. 6 – O estágio independentemente do aspecto profissionalizante, direto e específico, poderá assumir a forma de atividades de extensão, mediante a participação do aluno em empreendimentos ou projetos de interesse social.

Art. 7 – A realização do estágio dar-se-á mediante termo de compromisso celebrado entre o aluno e a parte concedente, com a interveniência obrigatória da instituição de ensino, exceto quando realizada sob a forma de ação comunitária.

Art. 8 – O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser concordada, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária, devendo o aluno em qualquer hipótese estar segurado contra acidentes pessoais, providenciado diretamente pela instituição de ensino ou através da atuação conjunta com agentes de integração.

Art. 9 – A realização do estágio dar-se-á após o término do ano letivo, podendo ser realizado a partir da conclusão de cada módulo.

§ 1º - A Escola poderá oferecer estágio a seus alunos com carga horária máxima de 100 (cem) horas;

§ 2º - A Escola poderá oferecer vagas para estágio a alunos de estabelecimentos congêneres.

Art. 10 – A Escola poderá desenvolver atividades de monitoria, segundo normas estabelecidas pela mesma e sob orientação direta do professor.

Parágrafo Único – A Escola poderá contar para efeito de estágio até 100 (cem) horas de monitoria.

Art. 11º - O plantão adotado pela Escola é obrigatório e visa ao desenvolvimento de atividades de manutenção dos projetos e/ou outras de acordo com as necessidades da Escola.

Parágrafo Único – As atividades do plantão serão desenvolvidas segundo normas definidas pela Escola.

SEÇÃO III

DAS DISCIPLINAS, PROGRAMAS E MÓDULOS

Art. 12º - Os conteúdos e as atividades curriculares serão desenvolvidas através de disciplinas, módulos e programas, obedecendo a determinado número de horas/aula, distribuídas ao longo do ano letivo ou durante o módulo.

§ 1º - Entende-se por disciplina o conjunto homogêneo, sistemático e delimitado de conhecimentos, cujo programa sob a forma de plano de ensino deve ser elaborado pelo respectivo professor, analisado e aprovado pela Supervisão Pedagógica;

§ 2º - Entende-se por módulo um conjunto de disciplinas afins, que em conjunto proporcionaram uma qualificação específica para o aluno.

CAPÍTULO II

DO REGIME ESCOLAR

SEÇÃO I

DO CALENDÁRIO

Art. 13º - Será elaborado pela Escola o calendário escolar que conterà, dentre outros, os seguintes elementos: período de inscrição e datas do exame de seleção, de matrícula, de início e término do ano letivo, dias destinados a reuniões pedagógicas e administrativas, avaliação, recuperação, dias letivos e feriados, comemorações cívicas, culturais e sociais, férias e recesso escolar, dentre outros.

Art. 14º - O período destinado ao recesso escolar poderá ser utilizado para, treinamento de recursos humanos e oferta de cursos para a comunidade intra e extra-escolar.

Parágrafo Único – O rodízio de férias, quando necessário, será realizado pelos alunos das 1^{as} (primeiras) e 2^{as} (segundas) séries.

SEÇÃO II

DA SELEÇÃO E MATRÍCULA

Art. 15º - A Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão/SE fixará, anualmente, o número de vagas para as 1^{as} (primeiras) séries dos seus cursos regulares, que será publicado em tempo hábil, através do Edital do Exame de Seleção, divulgando-o nos principais órgãos de comunicação.

Art. 16º - As inscrições para o exame de seleção ficarão abertas durante um mínimo de 30 (trinta) dias consecutivos, entre os meses de outubro e dezembro, a critério da Escola.

Parágrafo Único – Do edital de abertura das inscrições constarão: os cursos oferecidos e respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida, a relação das provas e exames médico-odontológicos, os critérios de classificação, os pré-requisitos para inscrição, como idade-limite, escolaridade e demais informações úteis.

Art. 17º - As inscrições serão feitas no Setor de Registros Escolares do Estabelecimento, em prefeituras municipais, instituições ou órgãos credenciados pela Escola.

Art. 18º - Serão documentos exigidos para inscrição no exame de seleção:

- a) Requerimento, segundo modelo fornecido pela Escola, assinado pelo candidato ou responsável;
- b) Certidão de nascimento ou carteira de identidade;
- c) Comprovante do pagamento da taxa de inscrição;
- d) Uma fotografia 3x4 (recente).

Parágrafo Único – No ato da inscrição, o candidato receberá os programas das provas e o cartão de identificação, que deverá ser apresentado durante a realização das provas.

Art. 19º - O planejamento e a execução do exame de seleção ficarão sob a responsabilidade da comissão designada pela Direção Geral da Escola.

Art. 20º - O exame de seleção constará de provas de conhecimentos e exames de saúde.

Art. 21º - As provas de conhecimentos serão escritas e abrangerão as seguintes áreas:

- a) Português;
- b) Matemática.

Parágrafo Único – Para a realização das provas de que trata este artigo, serão exigidos conhecimentos do Ensino Fundamental ou Médio, conforme o curso do candidato.

Art. 22º - O exame de saúde tem por objetivo identificar as condições físicas e mentais dos candidatos para o adequado desenvolvimento das atividades do currículo.

Parágrafo Único – Para a realização do exame de saúde a Escola poderá contratar serviços ou celebrar convênios com órgãos de assistência médica.

Art. 23º - As provas escritas de conhecimentos serão classificatórias, enquanto o exame de saúde poderá ser em casos especiais, eliminatório.

Parágrafo Único – A classificação dos candidatos far-se-á pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado pelo estabelecimento para os respectivos cursos.

Art. 24º - As provas escritas de conhecimentos, precederão os exames médico-odontológicos.

Art. 25º - Será excluído do exame de seleção, o candidato que:

- a) Utilizar-se de meios considerados ilícitos;
- b) Infringir as normas estabelecidas para o exame de seleção;
- c) Faltar à realização de qualquer prova escrita ou aos exames médico-odontológicos.

Art. 26º - Caso o número de candidatos inscritos, por curso, seja igual ou inferior ao número de vagas oferecidas, tornar-se-á dispensável a realização pela Escola, das provas de conhecimento.

Parágrafo Único – No caso previsto no presente artigo, a Escola poderá realizar testes de sondagem de conhecimentos.

Art. 27º – A Escola poderá, ouvido o Conselho Docente, aceitar matrícula de estudantes beneficiados por meio de convênios e/ou acordos culturais na forma da lei.

Art. 28º - Apurados os resultados do exame de seleção, a Escola publicará a relação dos candidatos classificados para cada curso.

Art. 29º - A matrícula realizar-se-á no Setor de Registros Escolares, dentro do prazo fixado no calendário escolar, mediante a apresentação pelo candidato, dos seguintes documentos:

- a) Requerimento de matrícula, segundo modelo fornecido pela Escola;
- b) Certificado de conclusão dos estudos, pré-requisito para o curso classificado;
- c) 6 (seis) fotografias 3x4 (recentes);
- d) Título de eleitor para maiores de 18 anos;
- e) Comprovante de estar em dia com o serviço militar, quando for o caso;
- f) Certidão de nascimento e carteira de identidade (fotocópias).

§ 1º - O pedido de matrícula em qualquer circunstância, somente poderá ser deferido à vista da documentação completa;

§ 2º - Poderá ser admitida matrícula inicial, fora do prazo fixado pela escola, durante os primeiros 15 (quinze) dias do ano letivo, desde que resulte de vagas por desistência, observada a ordem de classificação, ou possível não preenchimento das vagas oferecidas por curso.

§ 3º - No caso de matrícula de alunos estrangeiros será exigida documentação estabelecida pela legislação em vigor.

Art. 30º - No ato da matrícula, o candidato deverá apresentar comprovante de pagamento da taxa correspondente ao seu regime escolar ou requerimento de isenção, adquirido na Coordenação Geral de Acompanhamento ao Educando (CGAE).

Parágrafo Único – O aluno que solicitar isenção, após análise da sua situação sócio-econômica, quando indeferida, o mesmo pagará a taxa acrescida de atualização monetária.

Art. 31º - A matrícula será renovada anualmente ou a cada final de módulo, a depender do curso.

§ 1º - A não renovação da matrícula no período definido pela Escola, implica em abandono do curso e perda do direito de matricular-se no ano letivo ou módulo em curso;

Art. 32 – Será concedido trancamento de matrícula decorrente de prestação de serviço militar, tratamento de saúde, mudança temporária dos pais ou responsáveis e trabalho, bem como em casos especiais decididos pela Direção Geral, ouvido o Conselho Docente.

§ 1º - O período de trancamento de matrícula deverá estar expresso no requerimento firmado pelo aluno ou responsável, quando menor de idade, não devendo ultrapassar 01 (um) ano letivo para o ensino médio e o previsto no parágrafo 2º do artigo 4, para os cursos técnicos;

§ 2º - O trancamento de matrícula consecutivo ou alternado, só será concedido, em caso excepcional, a ser decidido pela Direção Geral, ouvido o Conselho Docente.

Art. 33º - A documentação do candidato não matriculado será devolvida ao interessado.

Art. 34 – Será vedado ao aluno a renovação de matrícula, quando:

- a) Tiver sido reprovado mais de uma vez durante o curso;
- b) For decidido pelo Conselho Docente, nos casos de indisciplina.

§ 1º - O aluno reprovado por falta não terá direito a matrícula em regime de residência.

§ 2º - O aluno reprovado, desde que não se enquadre na alínea a deste artigo, renovará sua matrícula em regime de semi-residência, podendo vir a Ter concedido o regime de residência, após análise da condição sócio-econômica, disponibilidade de vagas , não possuir falta disciplinar grave e decidido pelo Conselho Docente.

Art. 35º - Encerradas as matrículas, o Setor de Registros Escolares remeterá ao órgão competente de recrutamento militar, a relação dos alunos que até o final do ano em curso completarem 17 anos.

Art. 36º - O aluno que houver interrompido o curso por trancamento de matrícula, durante o ano ou módulo, ao retornar à Escola realizará as atividades previstas no currículo em vigor, correspondentes ao seu afastamento.

SEÇÃO III

DA TRANSFERÊNCIA

Art. 37º - A transferência do aluno será aceita observando-se a Base Nacional e os mínimos estabelecidos para as respectivas habilitações profissionais e, recebida até o início do segundo semestre.

Art. 38º - Em caso de transferência, o candidato deverá apresentar o histórico escolar, atestado de saúde, carteira de identidade, certidão de nascimento, 06 (seis) fotografias 3x4 recentes, título de eleitor para maiores de 18 anos, alistamento militar ou certificado de reservista, quando for o caso.

Parágrafo Único – O aluno dependente de servidor público civil ou militar transferido, ex-combatente, de artistas e técnicos em espetáculos de diversão cuja atividade seja itinerante, tem sua matrícula assegurada, independente da existência de vaga, em qualquer ocasião, observando-se a Base Nacional e os mínimos estabelecidos para as respectivas habilitações profissionais.

Art. 39º - O aluno transferido fica sujeito ao cumprimento integral do currículo pleno do curso em que foi admitido, observando-se o que dispõem os artigos 41, 42 e 43 deste Regulamento.

Art. 40º - As transferências da Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão-SE., para outros estabelecimentos, poderão ser efetuadas em qualquer época do ano, mediante requerimento do aluno ou de seu responsável, caso seja menor.

Parágrafo Único – Será fornecida transferência ao aluno cuja matrícula tenha sido cancelada por decisão do Conselho Docente.

SEÇÃO IV

DO APROVEITAMENTO, DA ADAPTAÇÃO DE ESTUDOS E DA DEPENDÊNCIA

Art. 41º - Para fins de aproveitamento de estudo, serão analisados o histórico escolar e os programas das disciplinas cursadas pelo aluno transferido.

Parágrafo Único – A análise a que se refere este artigo, será realizada pela Supervisão pedagógica e o professor responsável pelos respectivos conteúdos programáticos.

Art. 42º - O aluno transferido estará sujeito às adaptações que se fizerem necessárias, de acordo com o limite fixado pela Escola, com a finalidade de suprir insuficiência curricular.

Art. 43º - Os professores juntamente com a Supervisão Pedagógica, elaborarão o plano de adaptação de estudos.

Art. 44º - A Escola oferecerá adaptação de estudos em até 03 (três) disciplinas.

Art. 45º - A Escola poderá oferecer regime de dependência em duas disciplinas, desde que não seja pré-requisitos e aprovado pelo Conselho Docente.

§ 1º - O regime de dependência será oferecido para todos os alunos de todas as séries, aprovados por rendimento;

§ 2º - O aluno da 3ª série terá direito a dependência, quando autorizada pelo Conselho Diretor, ficando o mesmo em regime de externato;

§ 3º - A reprovação na disciplina cursada em regime de dependência, quando alunos das 1ª (primeira) ou 2ª (segunda) séries, acarretará em reprovação na série em que o aluno estiver cursando, retornando à série anterior;

§ 4º - O aluno só terá direito a fazer dependência, quando autorizada, apenas uma vez em cada série;

SEÇÃO V DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 46 – A avaliação tem como finalidade precípua aferir o nível de aprendizagem e acompanhar o desenvolvimento do aluno, tendo em vista o aperfeiçoamento global do processo educativo.

Art. 47º - O presente sistema de avaliação tem por finalidade regulamentar os critérios de mensuração do aproveitamento de conhecimentos e de promoção do educando.

Art. 48º - O sistema de avaliação obedecerá os seguintes critérios:

- a) Constituir-se-á de avaliações contínuas e cumulativas no decorrer de cada bimestre e seus resultados computados ao final do mesmo;
- b) As avaliações bimestrais devem ser distribuídas racionalmente ao longo do ano letivo, evitando-se o excesso de conteúdo;
- c) O número de avaliações de cada bimestre deverá ser definido de acordo com os conteúdos ministrados, sendo no entanto exigido um mínimo de 02 (dois) instrumentos avaliativos, tais como: provas, testes, seminários, relatórios, dentre outros;
- d) Deverão ser atribuídas notas variáveis de 0,0 (zero) a 10,0 (dez) pontos, admitindo-se a fração com 01 (uma) casa decimal;
- e) Além das avaliações realizadas no interstício do bimestre, haverá uma avaliação realizada no final do mesmo, previamente planejada pela CGE;

- f) O número de avaliações a que se refere o item anterior, não deve exceder a duas por dia.

Art. 49º - Cada professor deverá observar, diante da natureza, especificidade e características do conteúdo ministrado e dos métodos e técnicas de ensino adotadas, o princípio pedagógico da adequabilidade dos instrumentos de avaliação.

Parágrafo Único – É vedado ao professor repetir notas, em quaisquer circunstâncias.

Art. 50º - É direito e dever do professor elaborar, aplicar, julgar as avaliações de aprendizagem.

Parágrafo Único – Cabe à equipe técnico-pedagógica da Escola acompanhar os instrumentos de avaliação, sugerindo ao docente formas de adequação técnica e de aperfeiçoamento metodológico.

Art. 51º - As disciplinas desenvolvidas nas UEP's e Laboratórios, deverão ter avaliações das práticas realizadas, seguindo o artigo 48 e tendo peso 50% da média do bimestre.

Art. 52 – Para efeito de cálculos e apuração de resultados, serão adotados os seguintes critérios:

- a) A média anual (MA) será a média aritmética das médias finais dos semestres;
- b) A média semestral (MS) será a média aritmética entre as médias finais dos bimestres (MB) e a nota da recuperação semestral (RS), se houver;
- c) A média bimestral (MB) será obtida fazendo-se a média aritmética entre todas as notas dos instrumentos de avaliação aplicados no bimestre.
- d) Terá direito à prova final, o aluno que ao final da recuperação do segundo semestre e, conforme determina o item “a” deste artigo, não alcançar a média mínima exigida para sua aprovação.

§ 1º - A média final dos cursos modulares será a média aritmética da nota final do módulo com a nota da prova final, quando houver;

§ 2º - Na hipótese da alínea “b” deste artigo, sendo a nota da recuperação (NR) inferior à média semestral (MS), prevalece à média semestral (MS).

Art. 53º - Será considerado imediatamente aprovado o aluno que alcançar no ano letivo ou no módulo, a média aritmética (MA) igual ou superior a 6,0 (seis) pontos, desde que

tenha a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária global, nos termos do artigo 24, inciso IV, da Lei 9.394/96.

Art. 54º - Será considerado aprovado no módulo o aluno que obtiver na média final (MF) de cada disciplina, componente do módulo, valor igual ou superior a 6,0 (seis) pontos.

Parágrafo Único – Poderá o aluno ficar em regime de dependência em até 02 (duas) disciplinas, quando não obtiver média final (MF) igual ou superior a 6,0 (seis) pontos, conforme o artigo 45 deste Regulamento.

Art. 55º - Fica assegurado ao educando que por motivos justos tenha deixado de comparecer à avaliação final do bimestre, o pedido de segunda chamada.

§ 1º - O pedido de segunda chamada deverá ser requerido junto à Coordenação Geral de Ensino (CGE), quando do retorno do educando, até 24 (vinte e quatro) horas, devidamente acompanhado de documentos comprobatórios que justifiquem sua ausência;

§ 2º - Caberá à Coordenação Geral de Ensino, após analisado e deferido o pedido, autorizar o professor a realizar a segunda chamada;

§ 3º - A falta de apresentação do pedido, o descumprimento do prazo ou a ausência dos documentos comprobatórios, de que trata o § 1º deste artigo, implica na imediata perda do possível direito.

Art. 56º - Fica assegurado ao aluno o pedido de reconsideração de resultados e de revisão de provas, quando se julgar prejudicado em razão de correção ou de registros de notas do Diário de Classe.

Parágrafo Único – O pedido de reconsideração deverá ser encaminhado à Coordenação Geral de Ensino, através de “requerimento”, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após a entrega do instrumento de avaliação ou publicação do resultado, o qual será encaminhado ao professor, que terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para decidir e entregar ao CGE.

Art. 57º - Do resultado do pedido de reconsideração, caberá ao educando ainda recurso ao Conselho Docente, que terá 15 (quinze) dias a partir do recebimento para decidir.

Parágrafo Único – O aluno terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para recorrer junto ao Conselho Docente, encaminhando requerimento devidamente fundamentado e instruído pelos documentos comprobatórios, ao presidente do referido Conselho.

SEÇÃO VI

DA RECUPERAÇÃO

Art. 58º - Ficam instituídos os estudos de recuperação ao final de cada semestre com base no artigo 24, inciso V, letra “e” da Lei 9.394/96.

Art. 59º - Os estudos de recuperação caracterizam-se pela orientação docente aos alunos de aproveitamento insuficiente e serão desenvolvidos mediante programação especial, definida pelo titular da disciplina e perfazendo um total de 10% (dez por cento) da carga horária do semestre.

Parágrafo Único – Os estudos de recuperação semestral (RS) são obrigatórios para todos os alunos de aproveitamento insuficiente, ou seja, que no semestre não alcancem à média semestral igual ou superior a 6,0 (seis) pontos.

Art. 60º - A recuperação terá efeito decisivo sobre a promoção do educando e constará de aula(s) e 01 (uma) avaliação, cujo resultado será expresso em nota, na forma prevista neste Regulamento.

Art. 61º - Após os estudos de recuperação será considerado recuperado o aluno que obtiver, em cada disciplina, 100% (cem por cento) de frequência das aulas dadas e a média semestral (MS) igual ou superior a 6,0 (seis) pontos.

SEÇÃO VII

DA FREQUÊNCIA

Art. 62º - A frequência às aulas e atividades de ensino são obrigatórias e as faltas devem ser devidamente justificadas junto à Coordenação Geral de Ensino, sendo permitido o abono nos casos previstos em Lei.

Art. 63º - Todos os dados contidos no Diário de Classe e os seus registros são de inteira responsabilidade do professor, cabendo ao Setor de Registros Escolares, a sua transcrição e divulgação.

SEÇÃO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 64º - Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na aplicação do presente Regulamento serão dirimidos pela Direção Geral da Escola, ouvido o Conselho Diretor, no que couber.

REGULAMENTO DISCIPLINAR DO CORPO DISCENTE

TÍTULO I

Dos Objetivos

Art. 1º - Oportunizar o corpo discente desta EAF, o conhecimento da legislação e normas vigentes;

Art. 2º - Conscientizar os discentes quanto à necessidade de cumprimento das normas disciplinares da Escola.

TÍTULO II

Dos Direitos do Corpo Discente

Art. 3º - São direitos do corpo discente:

- I. Receber a educação de acordo com a legislação em vigor;
- II. Receber corrigidos os trabalhos e avaliações escritas solicitados pelos professores;
- III. Contestar a correção e/ou pontuação referente aquele instrumento avaliativo imediatamente após o seu recebimento à seção competente;
- IV. Expor as dificuldades encontradas em trabalhos escolares e solicitar ao professor a devida orientação;
- V. Apresentar ao órgão competente as dificuldades e problemas pessoais, bem como sugestões relativas ao melhoramento da vida escolar;
- VI. Fazer prova em outro período, quando, por motivo justo, não tenha comparecido à primeira, obedecidas as normas estabelecidas pela Escola;02
- VII, tomar ciência, por escrito, de qualquer ocorrência disciplinar de que tenha sido acusado;
- VIII. Utilizar os vários setores da Escola, de acordo com o regime curricular;
- IX. Ser tratado com respeito, atenção e urbanidade por seus professores, colegas e servidores técnico-administrativos da Escola;
- X. Participar, como associado, na Cooperativa-Escola;
- XI. Participar de ação colegiada, votando e sendo votado, para escolha de representantes, na forma do Regimento Interno;

XII. Recorrer de decisões, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, após as publicações da ciência;

XIII. Promover, organizar e participar de eventos artísticos, culturais e desportivos na Escola, com o devido deferimento da direção Geral;

XIV. Ausentar-se da Escola quando devidamente autorizado pela Coordenadoria Geral de Atendimento ao Educando;

XV. Ausentar-se para representar a Escola em atividades artísticas, culturais, desportivas e científicas desde que não venham a prejudicar o seu processo ensino-aprendizagem, com autorização do órgão competente;

XVI. Frequentar a Biblioteca da Escola e as instalações sócio-desportivas, nos dias e horários permitidos;

XVII. Requerer transferência, trancamento de matrícula e outros documentos a que têm direito, quando de maior idade, ou menor, através de seu representante legal;

XVIII. Conhecer as normas do regimento da Escola.

TÍTULO III

Dos Deveres do Corpo Docente

Art. 4º - São deveres do corpo docente:

I. Executar as tarefas e atribuições escolares solicitadas pelos professores;

II. Participar das reuniões dos Conselhos Diretor, de Classe e das Assembléias da Cooperativa, quando convocados;

III. Participar de atividades planejadas pela Escola, quando convocados;

IV. Zelar pelo patrimônio da Escola, assumindo a responsabilidade pelos danos que venham causar;

V. Cumprir das disposições e normas legais vigentes na Escola;

VI. Receber os novos colegas ou visitantes com dignidade e sociabilidade, proporcionando assim uma perfeita integração e adaptação na Escola;

VII. Manter um clima de respeito mútuo com colegas investidos ou não em funções de representantes, bem como funcionários e professores;

VIII. Zelar pela conservação do prédio, mobiliário e material didático, bem como, tudo que é de uso coletivo e/ou particular, indenizando por quaisquer danos de que seja responsável;

IX. Ser pontual e assíduo, não só quanto ao comparecimento às aulas, na execução das tarefas escolares determinadas pelos professores, como também no cumprimento dos demais deveres;

X. Tratar com respeito, atenção e urbanidade os colegas, professores e servidores técnico administrativos do estabelecimento;

XI. Apresentar-se sempre corretamente uniformizado e portando material didático próprio à atividade a ser desenvolvida;

XII. Permitir ao órgão competente DDE (Departamento de Desenvolvimento Educacional) e CGAE (Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando) a qualquer momento, a vistoria da residência e pertences, com acompanhamento do aluno em caso de suspeita de furto, porte de bebidas alcólicas ou produtos que causem dependência;

XIII. Comunicar ao CGAE (Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando) ou outro setor competente, qualquer ocorrência disciplinar de que tenha conhecimento;

XIV. Proceder com integridade e honestidade em todas as atividades escolares e nos setores da Escola;

XV. Frequentar as aulas e atividades correlatas em um mínimo de 90% no bimestre a fim de fazer jus à residência e/ou ao transporte escolar;

XVI. Comparecer em todas as solenidades cívicas promovidas pela Escola e aqueles que ocorram na comunidade, das quais a mesma participe;

XVII. Não organizar rifas, sorteios, festas, excursões ou qualquer atividade em que esteja envolvendo o nome da Escola, sem que para isso esteja devidamente autorizado;

XVIII. Evitar transitar em trajés sumários nas dependências internas da Escola;

XIX. Não incitar os colegas a atos de rebeldia, abstendo-se de colaboração em faltas coletivas.

TÍTULO IV

Do Regime Disciplinar

Art. 5º - Os alunos estão sujeitos às seguintes penas disciplinares, de acordo com a gravidade da falta e do envolvimento do educando:

- I. ADVERTÊNCIA ESCRITA..... FALTA LEVE;
- II. SUSPENSÃO DE 03 A 08 DIAS..... FALTA MÉDIA;
- III. SUSPENSÃO DE 10 A 15 DIAS..... FALTA GRAVE;
- IV. PERDA DO DIREITO AO REGIME DE RESIDÊNCIA E/OU TRANSPORTE ESCOLAR;
- V. DESLIGAMENTO DA ESCOLA..... FALTA GRAVÍSSIMA.

Art. 6º - Após a reincidência por duas vezes de uma falta, a falta subsequente, independente do seu grau, será considerada falta de grau maior. Passando assim, de falta leve para média; de média para grave; de grave para gravíssima.

05

Art. 7º - na aplicação da penalidade, considerar-se-á o fato ocorrido, os agravantes e atenuantes da vida escolar do educando.

Art. 8º - As ocorrências disciplinares foram agrupadas levando-se em consideração a gravidade e a frequência com que possam ocorrer.

SEÇÃO I

Grupo I – Faltas Leves

Art. 9º – Serão consideradas faltas leves:

- I. Falta de asseio pessoal;
- II. Falta de asseio e/ou cuidado com os pertences da Escola;
- III. Não cumprimento do horário geral da Escola;
- IV. Mau comportamento na sala de aula e demais dependências da Escola ou em locais que possam denegrir a imagem da instituição;
- V. Uso de “fraudes” na avaliações;
- VI. Não cumprimento das atividades acadêmicas;
- VI. Falta do uso do uniforme em sala de aula ou nas Unidades Educativas, conforme determinação da Escola;
- VIII. Não participação nas reuniões dos Conselhos e comissões, quando solicitado;
- IX. Proferir palavras e gestos obscenos nas dependências da Escola ou em locais que possa denegrir a imagem da instituição;
- X. Não cumprimento das normas e instruções da Coordenação Geral de Acompanhamento ao Educando (CGAE).

SEÇÃO II

Grupo II – Faltas Médias

Art. 10 - Serão consideradas faltas médias:

- I. Prática de atos atentatórios á dignidade moral dos colegas e servidores;
- II. Danos causados em bens pertencentes à Escola e à propriedade alheia, independente do ressarcimento dos danos causados;
- III. Fuga da Escola;
- IV. Desrespeito à autoridade escolar;
- V. Omitir-se da participação em programações esportivas ou cívicas na Escola ou fora, quando representando a mesma;
- VI. Não cumprimento às escalas de serviços e plantões, salvo por motivos justificados, aceitos pelo Setor competente;

SEÇÃO III

Grupo III – Faltas Graves

Art. 11 – Serão consideradas faltas graves:

- I. Atos atentatórios à dignidade física de colegas e servidores;
- II. Agressões físicas a colegas;
- III. Prática de banho ou pesca nos rios e lagos, na área da Escola;
- IV. Autorizar ou se fazer acompanhar de pessoas estranhas à Instituição, nos alojamentos da Escola, sem prévia autorização da direção Geral;
- V. Administrar trote a seus colegas ou qualquer outra pessoa, quando atentatória a integridade física e moral do aluno;
- VI. Uso de desonestidade para se eximir das atividades escolares;07
- VII. Perturbação da ordem nos alojamentos, refeitório e demais dependências de atividades pedagógicas e/ou administrativas;
- VIII. Intenção e/ou prática de atos libidinosos na área da Escola;
- IX. Circular ou permanecer nas dependências da Escola em trajes sumários;
- X. Não cumprimento as normas e instruções da Escola;

- XI. Não comunicação à Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando ou outro Setor competente, qualquer ocorrência disciplinar de que tenha conhecimento;
- XII. Aliciamento de colegas a executar tarefas a si atribuídas;
- XIII. Promoção e/ou participação em encontros, congressos, debates estudantis, no recinto da Escola, sem prévio conhecimento e o devido deferimento do órgão competente.

SEÇÃO IV

Grupo IV – Faltas Gravíssimas

Art. 14 – Serão consideradas faltas gravíssimas:

- I. Uso de qualquer tipo de arma;
- II. Furto ou roubo;
- III. Atear fogo, sem autorização, em qualquer Setor da Escola;
- IV. Agressões físicas a servidores;
- V. Semeadura, cultivo, colheita, preparo, uso, produção, fabricação, aquisição, venda, exposição à venda ou oferecimento, fornecimento ainda que gratuitamente, posse, transporte, guarda, indução, entrega, de qualquer forma, substâncias entorpecentes e/ou bebidas alcoólicas nas dependências da Escola.

SEÇÃO V

Grupo V – Perda do Direito ao Regime de Residência e/ou Transporte Escolar

Art. 13 – O aluno perderá o direito a residência e/ou transporte escolar, quando da primeira reincidência de uma falta grave, ou quando:

- I. Exceder a 10% (dez por cento) de faltas, não justificadas, do número total de aulas previstas para o bimestre, em qualquer das disciplinas;
- II. Reprovar ao final do ano letivo, após apreciação da Comissão Disciplinar.

Art. 14 – As penalidades disciplinares previstas neste regulamento e aplicadas pelas autoridades escolares, não isentam os infratores das responsabilidades de ordem civil e penal em que porventura hajam incorrido.

TÍTULO V

Das Competências

Art. 15 – São competentes para aplicação de penalidades:

I. Advertência – A advertência escrita, poderá ser feita por qualquer servidor, comunicado a Coordenadoria Geral de Assistência ao Educando (CGAE), ouvida as partes;

II. Suspensão – De 03 a 08 dias letivos, pelo Coordenador da CGAE, e entre 10 a 15 dias letivos, pelo Diretor do DDE, com a aprovação da Direção Geral;

III. Perda do direito à residência e/ou transporte escolar – pela Direção Geral após conclusão do inquérito disciplinar;

IV. Desligamento da Escola – pela direção Geral, após conclusão do inquérito disciplinar.

Art. 16 – A aplicação das penalidades, com exceção dos itens IV e V do art. 5º será precedida de apuração pela Coordenação Geral de Acompanhamento ao Educando (CGAE), com plenos direitos de defesa ao provável aluno infrator.

§ 1º – Ao aluno infrator, será dado conhecimento, por escrito, pelo setor competente, da respectiva sanção disciplinar, ficando esta registrada e assinada pelo pai ou responsável;

§ 2º - Com exceção do item I do art. 5º, todo aluno infrator, deverá somente retornar à Escola, acompanhado dos pais ou responsáveis.

Art. 17 – Será facultado ao setor competente, propor ao aluno infrator, substituição das penalidades previstas no art. 5º, com exceção dos itens IV e V, por atividades educativas na própria Instituição.

Art. 18 – A aplicação das penalidades previstas nos itens IV e V do art. 5º será de responsabilidade da Direção Geral e precedida de inquérito instaurado pela Comissão Disciplinar.

§ 1º - A Comissão Disciplinar será designada por portaria da Direção Geral, no início do ano letivo, para um período de 01 (hum) ano e será constituída por um representante da CGAE, preferencialmente o Orientador Educacional, 02 (dois) docentes e 02 (dois) servidores técnico-administrativo, sob a presidência do primeiro;

§ 2º - O inquérito deverá ser iniciado após solicitação por escrito do Coordenador Geral de Acompanhamento ao Educando (CGAE) e concluído no prazo máximo de 03 (tres) dias úteis, contados a partir da instalação.

Art. 19 – Os casos omissos serão resolvidos pela Direção Geral, ouvido o Conselho Diretor no que couber.

Esta pesquisa consiste em apresentar a trajetória histórica da Formação em Economia Doméstica, curso de nível médio, ministrado na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, atualmente Instituto Federal de Sergipe – Campus São Cristóvão. Tem como objetivo geral compreender a formação em Economia Doméstica desenvolvida na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, no período de 1952 a 1967 e como objetivos específicos: analisar as relações existentes entre a formação em Economia Doméstica e as discussões sobre o ensino agrícola em Sergipe, além de compreender a Economia Doméstica no contexto da formação para o trabalho no que diz respeito às mulheres. Neste sentido, os conceitos de cultura escolar, gênero feminino e economia doméstica foram fundamentais para compreender essas práticas, contribuindo para um melhor direcionamento dos elementos que fazem parte dos aspectos institucionalizados na escola, entre eles: currículo, finalidades, modos de ensinar e aprender, condutas e normas, enfim, para a sua organização e práticas cotidianas. O levantamento histórico dos dados foi processado nos arquivos da instituição escolar – objeto deste estudo – através de fontes documentais, por exemplo: relatórios ministeriais e relatórios de gestão do Colégio Agrícola, fontes iconográficas e fontes orais, como: entrevistas semiestruturadas e fontes bibliográficas, as quais foram selecionadas, organizadas e sistematizadas. A fundamentação teórica está baseada em estudos referentes à Cultura Escolar, Educação Feminina e História da Educação, em pesquisadores como: Almeida (1998), Camargo (2000), Cavero (1987), Ribeiro (1996), Saffioti (1969), Serrano (1954), entre outros. Por fim, destaca-se que a formação em Economia Doméstica, na Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão, destinava-se a qualificar as moças como boas donas-de-casa, visando dar uma qualidade de vida melhor à mulher e à família rural. Desta forma, a Formação em Economia Doméstica buscava atender às necessidades e às exigências do mercado de trabalho e proporcionar um profissional bem qualificado nesta área.